

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAIBA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**Relatório de Gestão do exercício de 2011
apresentado aos órgãos de controle interno e
externo como prestação de contas anual a que
esta Unidade está obrigada nos termos do art.
70 da Constituição Federal, elaborado de
acordo com as disposições da IN TCU nº
63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria
TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de
controle interno.**

João Pessoa-PB/2012

Superintendência Regional no Estado da Paraíba

Superintendente Regional: Lenildo Dias de Moraes

Procuradoria Federal Especializada

Procurador Chefe: Valdeci de Sousa Segundo

Divisão de Administração

Chefe da Divisão: Jorge Luiz de Sousa Lima

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Chefe da Divisão: Antonio Dias de Lisboa

Divisão de Obtenção de Terras

Chefe da Divisão: Edvaldo Pereira da Silva

Divisão de Desenvolvimento

Chefe da Divisão: Marcos Faro Eloy Dunda

SUMÁRIO

Em conformidade com o disposto no Anexo II, da Decisão Normativa-TCU nº 107 de outubro de 2010, o Relatório de Gestão desta Unidade Jurisdicionada está composto de três partes: ..10

Parte A- Conteúdo Geral, itens de 01 a 14.....10

Parte B, Informações Contábeis da Gestão, itens 15.....10

Parte C- Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas, itens 16 e 17.....10

PARTE A – CONTEÚDO GERAL11

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual11

2 Objetivos e metas institucionais12

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas..... 12

2.1.1 Competências 12

2.1.2 Objetivos estratégicos 12

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais..... 16

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária..... 16

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento..... 16

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento 17

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa 17

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade..... 18

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais 18

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo 32

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária 39

2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres 64

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura 70

Programa 1350 – Educação no Campo 77

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas 82

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola..... 99

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário103

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....106

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro 113

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa113

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa117

2.5- Indicadores Institucionais.....121

3.1 Análise Crítica..... 129

Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores..... 130

4.1 Análise Crítica..... 130

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	131
5.1 Composição do quadro de servidores ativos.....	131
5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	134
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	135
5.4-Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	136
5.5 - Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	137
5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	138
5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	139
6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	140
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	140
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	151
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	154
Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	163
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	172
18 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	173

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

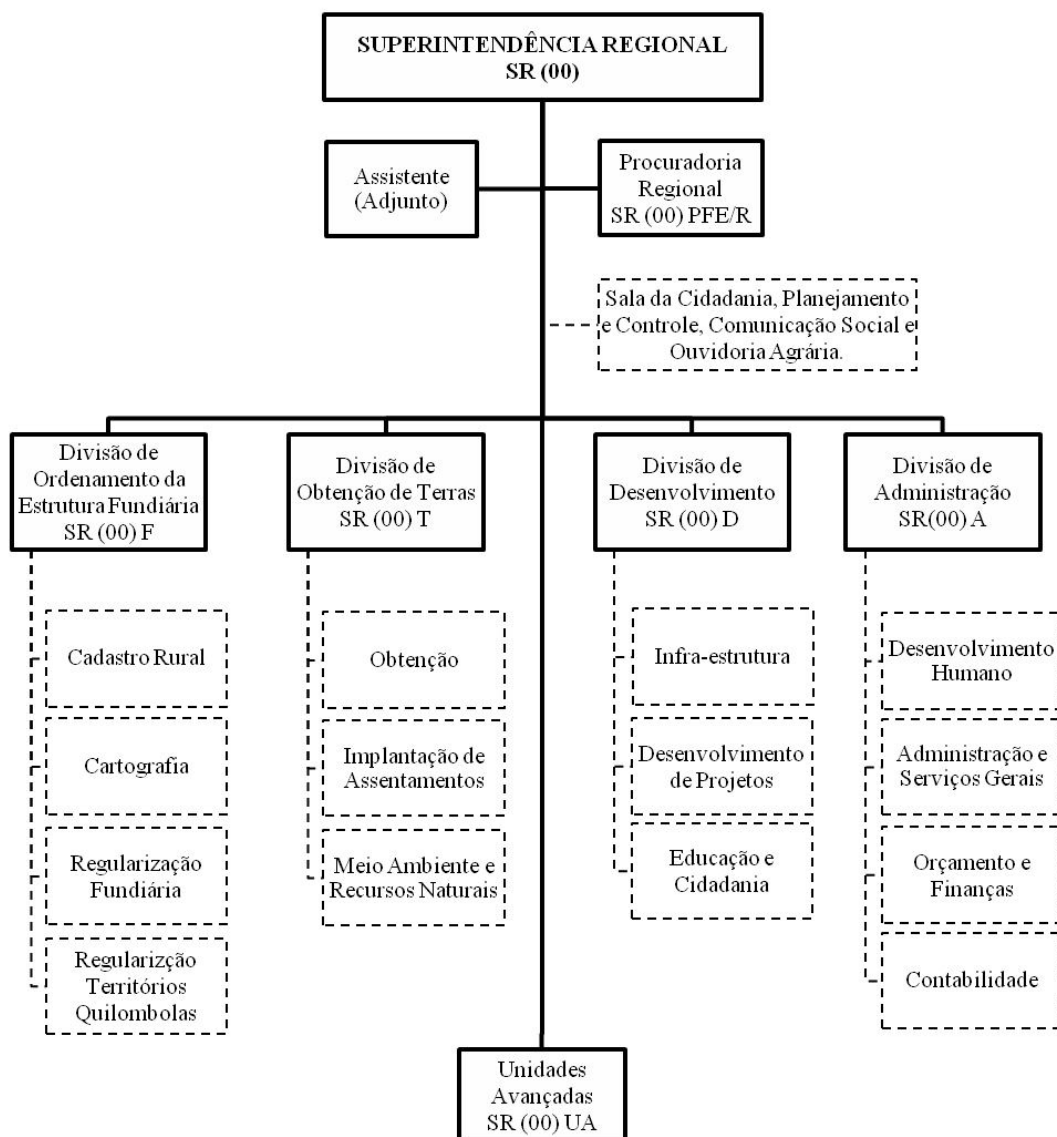
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto no Anexo II, da Decisão Normativa-TCU nº 107 de outubro de 2010, o Relatório de Gestão desta Unidade Jurisdicionada está composto de três partes:

Parte A- Conteúdo Geral, itens de 01 a 14.

Com relação aos itens 2.4.1.2, 2.4.1.3 , 2.4.1.4 e 14, constantes no Anexo II da DN-TCU-107, não se aplicam a natureza jurídica da UJ;

Com relação ao item 3; 5.6; 11.1.2 , 15.2,15.3,15.4; e 16, não houve ocorrências caracterizadas nessa situação no exercício de 2010;

Parte B, Informações Contábeis da Gestão, itens 15.

Com relação ao item 19, constantes no Anexo II da DN-TCU-107, não se aplica a natureza jurídica da UJ

Parte C- Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas, itens 16 e 17.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra na Paraíba			
Denominação abreviada: SR(18)PB			
Código SIORG: 4140	Código LOA:		Código SIAFI: 373047
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	PABX	FAX	GABINETE
(083) 30499204	(083) 3049-9200	(083) 3049-9264	(083) 3049-9215
Endereço eletrônico: incrapb@jpa.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Desportista Aurélio Rocha, 592, Bairro dos Estados, CEP 58031000, João Pessoa, Paraíba.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto-Lei n.º 1.110, DOU de 10/07/1970, extinto através de Decreto-Lei 2363, DOU de 21/10/1987, restabelecido através de Decreto-Legislativo 02, de 29/03/1989. Estrutura Organizacional aprovada pelo Decreto n.º 5.735, publicado no DOU de 28 de março de 2006, com nova redação dada pelo Decreto nº 5.928, publicado no DOU de 14 de outubro de 2006, revogados pelo Decreto 6.812, de 03 de abril de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno aprovado através da Portaria MDA/nº 20, de 20 de abril de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a UJ	Texto		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a UJ	Texto		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se aplica a UJ			

2 Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

2.1.1 Competências

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do País, é partícipe essencial no desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de emprego e renda no meio rural.

As Superintendências Regionais, órgãos descentralizados, são executoras dos principais programas e ações indutores destes objetivos, cabendo-lhes coordenar e executar as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

2.1.2 Objetivos estratégicos

A discussão do Plano de Ação para 2011 teve início em dezembro de 2010 através da elaboração, por parte das Superintendências Regionais, da proposta de capacidade operacional para o exercício, destacando principais entraves/dificuldades e potencialidades/capacidades identificados na execução e operacionalização das ações.

O Plano Estratégico, com foco em três características: ser qualitativamente substantivo, politicamente sustentável e operacionalmente viável, destacando os principais Valores Públicos efetivamente gerados pelo INCRA, quais sejam:

- Democratização do acesso à terra.
- Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva.
- Cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária.
- Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

O documento denominado Ajuste Estratégico reafirma os rumos desenhados em meados de 2003 e reorienta outras ações para o biênio 2009/2011, com cinco diretrizes a seguir:

1 O INCRA implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país,

... contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia.

2 O INCRA implementará a Reforma Agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

... contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

- 3 O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais,

... contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

- 4 O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infra-estrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes,

... contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agro-ecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

- 5 O INCRA implementará a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais,

... contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Além das diretrizes estratégicas do INCRA, desde o PPA 2008-2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, juntamente com outros 18 Ministérios, vem executando suas ações no contexto do Programa Território da Cidadania, cujo objetivo geral é a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, tendo como objetivos específicos a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, o planejamento e integração de políticas públicas, ampliação da participação social e a busca da universalização de programas básicos de cidadania.

A partir dos critérios técnicos: menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número com baixo dinamismo econômico; e maior organização social, foram selecionados 120 territórios em todo o país.

No Estado da Paraíba são 06 Territórios da Cidadania, num total de 104 municípios, com população de 2.426.838. Destes, 421.456 correspondem à população rural, sendo 71.339 (17%) referentes à agricultura familiar, dos quais 9.422 (13,20%) famílias oriundas de projetos de assentamento da reforma agrária. Estas famílias estão distribuídas em 177 projetos de assentamento (61,03%) do total de 290 no estado da Paraíba. São 12 comunidades quilombolas e três indígenas.

Do total de recursos aplicados em 2011, aproximadamente R\$ 3.470.000,00 milhões foram destinados aos Territórios de Cidadania. Este volume representa aproximadamente 36% do total de recursos executados pela Superintendência.

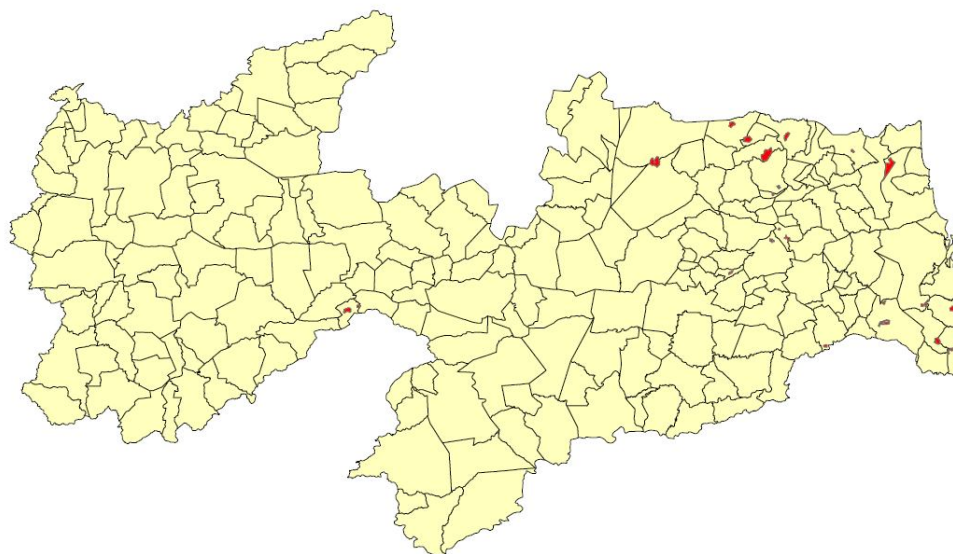
Em meados de julho, ocorreu a mudança do Gestor máximo da Superintendência do INCRA/PB, por conseguinte todo um ajuste e redefinições da operacionalização das ações. A partir da aprovação da primeira versão do caderno de metas, ocorridos em junho/2011, foram intensificados os esforços de forma a garantir o cumprimento das obrigações nele contidas.

A meta de assentamento para a Superintendência Regional em 2011 foi fixada em 510 famílias, sendo assentadas 620 famílias, dentre as quais estão 141 famílias assentadas em área de 1.007 hectares doada pelo Governo do Estado da Paraíba, dentro do Projeto de Irrigação Várzea de Sousa-PIVAS.

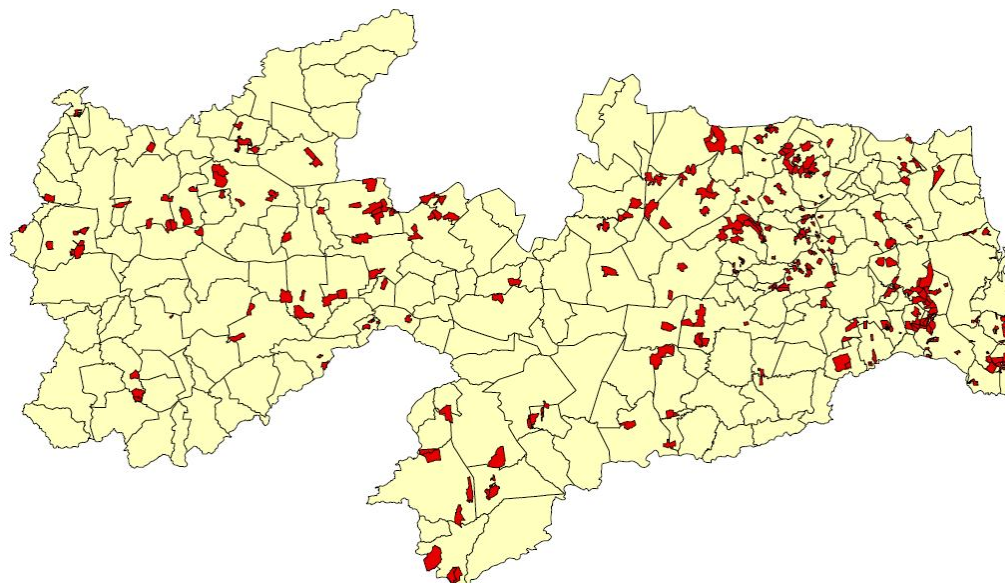
O Incra foi imitado na posse da comunidade Quilombola denominada Engenho do Bonfim com 22 famílias, no município de Areia, com área de aproximadamente 122 hectares de terras de onde as famílias tiram sua subsistência. A regularização da área ocupada pela comunidade foi feita através de decreto assinado pelo presidente Lula no dia 20 de novembro de 2009.

Evolução da Ação de Obtenção de Terras no Estado da Paraíba

(Situação1: Projetos de Assentamentos criados até 1994)



(Situação 2: Projetos de Assentamentos criados até 2011)



ASSENTAMENTO FAMÍLIAS 2004-2011				
Ano	Fam assentadas em PA's criados no exercício	Vagas/substituições	Famílias reconhecidas do Estado	Total
2004	389	624	735	1748
2005	575	534	266	1375
2006	99	440	160	699
2007	321	234	2	557
2008	311	241	7	559
2009	206	188	0	394
2010	167	310	0	477
2011	284	336	0	620
TOTAL	2352	2907	1170	6429

Fonte: SIPRA

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Após os ajustes estratégicos determinados pela Direção central e conforme respectivas obrigações regimentais as Divisões executaram as ações com foco especial para:

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

1. Supervisão e acompanhamento do Convênio com o Governo do Estado para ações Georreferenciamento e Regularização Fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas de Transposição de águas do rio São Francisco;
2. Intensificação das ações de Cadastro e Certificação de imóveis rurais;
3. Intensificação do controle das aquisições de terras por estrangeiros residentes no país, através da fiscalização e acompanhamento dos projetos de exploração com vistas a regular as autorizações;
4. Restabelecimento da capacitação da rede de atendimento das Unidades Municipais de Cadastramento, diminuindo a sobrecarga na Superintendência;
5. Fortalecimento das atividades de identificação, delimitação e regularização dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos;
6. Capacitação continuada dos servidores para cumprimento das atividades de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

1. Ampliação das parcerias com órgãos de outras esferas de governo visando à obtenção de imóveis rurais preferencialmente de forma não onerosa;
2. Articulação com a Procuradoria e o Poder Judiciário no sentido de se manter bloqueado, por ocasião do ajuizamento da ação, o montante destinado à indenização de benfeitorias equivalente à recomposição de danos ambientais constatados eventualmente não descontados quando da avaliação dos imóveis;
3. Planejamento e execução das ações relativas à implantação do Projeto de Assentamento com a efetiva participação da comunidade assentada;
4. Priorização das ações para execução das atividades que tratam da identificação e correção das inconsistências referentes aos critérios e elegibilidade na seleção de beneficiários da Reforma Agrária.
5. Intensificação das ações para execução das atividades fiscalizadoras de ilícitos, sobretudo na identificação de comercialização de lotes em Assentamentos da Reforma Agrária.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

1. Manutenção das articulações interinstitucionais com vistas a melhoria das ações executadas no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial; Incremento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental e de Capacitação de assentados frente a nova Lei de ATER;
2. Realização da Pesquisa de Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária;
3. Promoção da retomada de parcelas ocupadas irregularmente nos Projetos de Assentamentos, de forma transparente e sob controle social;
4. Viabilização para acesso dos beneficiários da reforma agrária no programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no âmbito do MDA, voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento;
5. Identificação e averbação, junto aos respectivos cartórios de registro de imóveis, as áreas de reserva legal dos projetos de assentamento a serem qualificados/recuperados;
6. Viabilização para o acesso a linha de crédito rural Pronaf A e AC, para 171 famílias via emissão de declaração de Aptidão;
7. Contribuição para a inclusão social através da escolarização e formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversos Projetos de Assentamento;
8. Potencialização da concessão de créditos de instalação e produtivos às famílias beneficiárias do Programa Nacional de reforma Agrária.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

1. Racionalização dos procedimentos das atividades administrativas;
2. Identificação das necessidades referentes à aquisição de mobiliários em geral, para suporte administrativo aos setores da Superintendência;
3. Implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCPD no âmbito da Unidade como determinação da Diretoria Administrativa/Sede em cumprimento a exigência do MPOG;
4. Implantação do sistema de controle de deslocamentos de viaturas por GPS.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101358384	A	3	Fam	510	336	284	620	121,57%	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
53.097,00	33.342,00	24.447,71	73,32	22.885,71	68,64	199.477,61	87,88

Fonte: SIAFI

Para que a ação de Cadastramento e Seleção de famílias efetivamente se realize é fundamental o resultado obtido nas Ações de Obtenção de Terras, que se concretiza após a imissão do INCRA na posse do imóvel expropriado. A partir da criação do Projeto de Assentamento e das atividades que envolvem retomadas de parcelas resultantes de ocupações irregulares, desistências e/ou abandono de lotes é que ocorre o real assentamento das famílias a serem beneficiadas pelo programa de reforma agrária.

Observa-se que o total de famílias acampadas em 2011 no Estado da Paraíba foi de cerca de 3.880 famílias, distribuídas em 110 acampamentos localizados em 83 Municípios do Estado da

Paraíba e que para este exercício, a meta estipulada foi de 510 famílias a serem assentadas, **sendo 157 de obtenção onerosa, 250 de retomada de lotes e 141 de áreas públicas.**

A meta executada de 620 famílias assentadas corresponde a algo em torno de 16% de famílias que se encontravam acampadas e atendidas como novos beneficiários da Reforma Agrária, sendo 284 famílias assentadas em novos projetos e 336 assentadas em projetos criados em exercícios anteriores, resultantes de substituições em lotes retomados ou de vagas disponíveis.

Como a demanda dos movimentos sociais por assentamento de famílias apresenta-se superior à nossa capacidade de assentamento, que se refere às famílias efetivamente homologadas no SIPRA – Sistema de Informações da Reforma Agrária, o cadastramento realizado em campo apresenta-se de forma superior o que significa um déficit continuado de famílias acampadas esperando serem assentadas.

A participação da comunidade beneficiada foi de fundamental importância para a consecução do objetivo desta ação, através de encontros, reuniões de trabalho e visitas técnicas objetivando uma maior transparência da ação.

Tendo como parâmetros a meta estipulada de 510 famílias e a meta realizada de 620, o que resultou num índice alcançado de 121,27% do previsto, fica demonstrado, no conjunto das ações, um grau de eficiência bastante significativo, objetivo este, perseguido insistentemente a cada ano, haja vista as dificuldades anualmente verificadas.

Entretanto, percebe-se que a participação de áreas obtidas em anos anteriores foi de fundamental importância para atingirmos a meta proposta já que representou 54% do total de famílias assentadas. Além disso, há de se ressaltar o assentamento de 141 famílias em área doada pelo Governo do Estado da Paraíba no PIVAS - Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, contribuindo decisivamente para o sucesso do nosso objetivo.

De acordo com a tabela denominada “Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ”, que diz respeito à execução orçamentário-financeira, depreende-se que a ação não sofreu impactos significativos com insuficiência de recursos, apesar da forma descontinuada da liberação dos recursos financeiros, haja vista que apenas 68% destes recursos foram efetivamente liquidados.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101358387	A	3	Ha	17.000	7.404,00	2.564,00	9.968,00	58,63	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
169.000,00	227.031,76	200.050,61	88,13	199.477,61	87,88	199.477,61	87,88

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende aos critérios estabelecidos na Lei 8629/93 e na Medida provisória 2183/2006 e suas alterações, bem como com os critérios definidos pela NE/Incra/DT/52/2006 que aprova o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial e pela Norma de Execução N° 95/2010.

Por se tratar de uma das ações mais demandadas pelos movimentos, esta ação é considerada como ponto inicial de todo o processo de reforma agrária, que poderá culminar com a aquisição do imóvel e a consequente criação do projeto de assentamento, quando ocorrerá a seleção e a homologação das famílias. Assim, a ação atenderá ao elevado número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra existentes e distribuídos pelos municípios do Estado da Paraíba.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividades	Unid	Passivo de Exercícios Anteriores		Iniciadas no Exercício de 2011		Total	
		Concluídas	Em Execução	Concluídas	Em Execução	Concluídas	Em Execução
Vistoria preliminar	ha	2.564,13	5.402,02	7.403,99	0	9.968,12	5.402,02
	Imóvel	3	4	9	0	11	4
Vistoria Avaliação	ha	4.283,38	516,95	0	0	4.283,38	516,95
	Imóvel	6	1	0	0	6	1
Outras vistorias	ha	0	0	2.875,16	0	2.875,16	0
	imóvel	0	0	8	0	8	0
Imissão Posse	ha	0	0	8.120,41	0	8.120,41	0
	Imóvel	0	0	8	0	8	0
Perícias Judiciais	ha	0	0	3.840,94	0	3.840,94	0
	Imóvel	0	0	7	0	7	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Da meta de execução física prevista de 17.000 ha foi possível a execução de 58,63% o que totaliza 9.968 ha, motivada pela dificuldade, hoje existente, de encontrarmos áreas de grandes extensões no Estado da Paraíba e que sejam viáveis para projetos de assentamento da reforma agrária.

A meta executada de 17.126,6644 ha constante da Tabela denominada “Detalhamento da Meta Física”, coluna Total/concluídas, foi obtida a partir do somatório das atividades de Vistoria Preliminar e de Avaliação que foram iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2011 além das iniciadas e concluídas em 2011.

A explicação se dá pelo fato de que os estágios das atividades - conclusão de vistorias/avaliações - podem passar para o exercício seguinte onerando-o de forma significativa. Além disso, o conceito usual de meta executada mostra-se de forma bastante ampla, não se encerrando apenas nas atividades meramente de campo (vistorias/avaliações) e sim quando da entrega do relatório final da comissão.

Os Laudos Agronômicos de Fiscalização - LAF das vistorias preliminares demonstram que muitos imóveis, às vezes resultam em não passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária pelos aspectos da produtividade, pela inviabilidade de solos, custo e dimensão ou algum óbice de cunho judicial. Os que não se enquadram nessas condições são encaminhados para edição do decreto e posteriormente, vistoria de avaliação. Simultaneamente são elaborados os RVA - Relatórios de Viabilidade Ambiental para efeito de requerimento do Licenciamento Ambiental-LP.

Salientamos que quando se tratar de imóveis adquiridos por outras formas de obtenção a exemplo do Decreto 433/92 ou da Lei 4.132/62, as vistorias preliminares e de avaliação se realizam de forma conjunta.

Esta ação tem a característica básica de ter sua execução realizada totalmente em campo levando-se em conta a localização, o acesso e a dimensão dos imóveis. Desta forma a necessidade de recursos apresenta-se de forma bastante significativa, pois envolve atividades de pesquisas cartorárias, notificação de proprietários, vistoria preliminar, identificação de passivos ambientais, vistoria de avaliação, imissão de posse, demandas jurídicas e acompanhamento de perícias.

Há de se ressaltar ainda, a necessidade de atualização semestral da PPR - Planilha de Preços Referenciais de imóveis rurais e benfeitorias no sentido de que possa refletir a realidade do mercado de terras do Estado da Paraíba, onerando decisivamente a ação haja vista tratar-se de 23 microrregiões comportando 223 Municípios.

Diante das situações acima descritas considerou-se fundamental a conclusão de processos oriundos de exercícios anteriores, que contribuíram de forma decisiva para o atingimento da meta estipulada, observando que os resultados das atividades de avaliação em 06 imóveis, totalizando

4.283 ha, incrementaram sobremaneira as metas executadas da Ação de Obtenção de imóveis, aliada ao item “outras vistorias” que contribuíram com 2.875 ha em 08 imóveis.

Principais problemas

1. Dificuldade em se obter informações em alguns cartórios e de órgãos congêneres;
2. Dificuldade de notificação dos proprietários rurais, em atendimento à legislação vigente, acarretando desperdício de tempo e de recursos;
3. Atraso na liberação de recursos, impactando a ação que é parte responsável pelos contratos de locação de automóveis, taxas, publicação de editais e serviços judiciários.
4. Descentralização de recursos de forma parcelada e extemporânea prejudicando a programação feita para o período.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101358374	A	3	Licença protocolada	19	7	0	7	36,84	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
76.791,78	157.457,14	140.157,98	89,01	116.442,86	73,95	116.442,86	73,95

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende determinações e critérios da Lei 6.938/81; Resolução CONAMA nº 387/2006; Normas de Execução/INCRA/SD/nº 43/2005 e nº 44/28-06-2005; Norma de Execução/INCRA/DD/nº 71/20; *Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária*; *Manual Operacional de ATEs*; TCU - Acórdão nº 2.633/2007 (publicação em DOU 11/12/2007); TCU - Acórdão nº 1.684/2008 (publicação em DOU 18/08/2008). A ação busca regularizar a situação ambiental, em virtude desta Lei e do que dispõe a Resolução, além do que, visa atender o que dispõe o TCU por meio de Acórdão nº 2.633/2007 que determina ao INCRA o cumprimento de metas anuais de licenciamento ambiental no sentido de sanar gradativamente o seu passivo ambiental.

A ação de licenciamento ambiental desdobra-se em três vertentes que são: licenciamento prévio (imóveis em processo de obtenção); licenciamento de operação (projetos de assentamento) e regularização das áreas de reserva legal. Atente-se sobre a possibilidade de renovação de LP para imóvel (ainda que já seja projeto de assentamento) na medida em que não forem cumpridas as condicionantes exigidas pelo órgão ambiental.

Em 2011 foram protocoladas 7 (sete) licenças prévias. Assim a Superintendência Regional deu continuidade a implementação do seu *Plano de Regularização Ambiental dos Assentamentos* para o período de 2009 a 2011, protocolando 73 licenças das 97 assumidas para o período, ou seja 75,25% de meta cumprida para o período acima citado.

Para o ano de 2012 as expectativas são de superação das metas já que 08 (oito) PDA's e 04 (quatro) projetos básicos encontram-se finalizados e prontos para serem protocolados junto ao Órgão Ambiental para obtenção da LIO, bem como aguardando outros 30 (trinta) aprovados pelo setor de ATES. Portanto, a expectativa para o ano de 2012 até o momento é de 42 requerimentos de LIO a serem protocolados.

Não foi expedida nenhuma LP nem LIO, considerando o final de vigência do Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA e a SUDEMA, ocorrida em abril e renovada somente em janeiro de 2012. Esse espaço de tempo sem atuação impossibilitou as atividades de vistoria por parte dos técnicos.

Independentemente do Termo acima referido, foram protocoladas 26 (vinte seis) requerimentos de Autorizações Ambientais para uso alternativo do solo e expedidas (dezenove), aproximadamente 700 famílias beneficiadas.

Principais Dificuldades:

As dificuldades que persistem :

1. Limitação de recursos humanos envolvidos para cumprimento das atividades, apenas 02 servidores, sendo que um deles está envolvido também nas atividades de obtenção de terra;
2. Dificuldade dos encaminhamentos referentes aos requerimentos de Licença de Instalação e Operação (LIO) em face do atraso na entrega, análise e aprovação dos Planos de desenvolvimento de Assentamentos - PDAs, PRA's, e/ou Projetos Básicos;
3. Necessidade de cumprimento das condicionantes impostas pelo Órgão Ambiental no momento da expedição das Licenças prévias – LP's;
4. Demora na expedição das licenças por parte do órgão ambiental.

Situação das Licenças protocoladas

Licenças Prévias							
nº Ordem	Imóvel	Projeto de Assentamento	Famílias	Município	Território da Cidadania	Data da solicitação	Data da expedição
1	Tambauzinho (P)	Dom José M. Pires	23	Santa Rita	Mata Norte	23/09/08	Aguardando
2	Pinturas de Cima	Em obtenção	17	Pilões	Borborema	07/12/09	Aguardando
3	Mata do Chocalh	Antônio Chaves	28	Jacaraú	Mata Norte	08/07/10	Aguardando
4	Conjunto Malha	Antônio Paulo	44	Boa Vista	Cariri Oriental	08/07/10	Aguardando
5	Pedra D'Água (S	Che Guevara	13	Casserengue	Borborema	12/07/10	Aguardando
6	Sítio Arara	Cícero Romano	11	Areial	Borborema	12/07/10	Aguardando
7	Jardim	Jardim	42	Curral de Cima	Mata Norte	12/07/10	Aguardando
8	Fz. Salão, Salão	Boa Sorte e Maria	40	S. Sebastião de U	Cariri Ocidental	13/07/10	Aguardando
9	Santa Mônica	Santa Mônica	62	Pombal e Lagoa	Fora	13/07/10	Aguardando
10	Cafundó	Zumbi dos Palmares	85	Mari	Mata Norte	13/07/10	Aguardando
11	Faz. Serra Preta	Em obtenção	12	Remígio	Borborema	21/10/10	Aguardando
12	Faz. Tanques e C	Em obtenção	60	Alagoa Grande	Borborema	29/11/10	Aguardando
13	Faz. Poço	Em obtenção	15	Barra São Miguel	Curimataú	13/04/11	Aguardando
14	Faz. Jacaré	Em obtenção	23	Cabaceira	Fora	24/03/11	Aguardando
15	Faz. Jatobá	Em obtenção	12	Sousa	Fora	12/05/11	Aguardando
16	Faz. Urtiga	Em obtenção	93	Santa Terezinha	Médio Sertão	14/06/11	Aguardando
17	Fazenda Arara/ro	Em obtenção	13	Camalaú	Cariri	31/10/11	Aguardando
18	Faz. Angicos/Oli	Em obtenção	20	C. Grande	Borborema	31/10/11	Aguardando
19	Faz. Uirapuru	Em obtenção	4	Solânea	Borborema	31/10/11	Aguardando
Licença de Instalação e Operação-LIO							
nº Ordem	Imóvel	Projeto de Assentamento	Famílias	Município	Território da Cidadania	Data da solicitação	Data da expedição
1	Itatiunga	Campo Comprido	86	Patos	Médio Sertão	06/04/06	Aguardando
2	Estrela Dalva	Estrela Dalva	77	S. Seb. do Umbuze	Cariri Ocidental	04/08/10	Aguardando
3	Cochos; Oitis e M	Valdeci Santiago	64	Cajazeiras	Fora	12/08/10	Aguardando

2.3.1.4 - Ação 4460-Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101358384	A	3	Ha	12600	8959,99	0	8959,99	71,11	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
7.223.000,00	2.789.957,67	2.789.724,61	99,99	1.026.241,92	36,78	1.026.241,92	36,78

Fonte: Siafi

Tabela de Detalhamento da Meta Física

nº ordem	Imóvel	Município	Área PAGA (ha)	R\$ TDA(BSB)	R\$ Benfeitorias	R\$ sobras de TDA	R\$ Total
1	Riacho Doce	Pilar	39,4787	124.309,46	24.908,85	57,13	149.275,44
2	Gravatá	Pocinhos	1049,1800	330.966,99	271.660,00	227,66	602.854,65
3	Taboleiro do Meio, Pereiros	São José da Lagoa Tapada	624,4500	173.852,64	210.282,34	19,22	384.154,20
4	São Miguel	Catolé do Rocha	600,0000	154.721,42	110.642,53	114,50	265.478,45
5	Faz. Lucinéia	Pedras de Fogo	199,5030	638.202,64	7.337,36	71,30	645.611,30
6	Saco da Conceição	Santa Teresinha	1178,0000	274.430,85	272.106,77	90,27	546.627,89
7	Faz. Crispim e Taboleiro	Conceição	1196,7158	213.972,48	128.595,01	96,04	342.663,53
8	Engenho Pinturas de Cima	Pilões	306,2952	363.678,92	66.134,81	303,92	430.117,65
9	Miranda	Cajazeiras	295,7125	112.992,85	76.778,11	75,78	189.846,74
10	Faz. Juá - parte	Boa Vista	245,5296	183.601,66	57.765,63	69,21	241.436,50
11	Faz. Juá glebas 1 a 4 - parte	Boa Vista	209,4215	167.004,37	45.436,05	51,16	212.491,58
12	Faz. Juá glebas 1 a 4 - parte	Boa Vista	210,8710	135.685,19	113.396,22	27,17	249.108,58
13	Faz. Juá gleba 5 - parte	Boa Vista	276,6180	155.939,51	27.375,28	1,12	183.315,91
14	Floresta	Sousa	592,6325	249.006,40	266.596,71	0,00	515.603,11
15	Faz. Linda Flor	Mojeiro	867,5275	959.829,72	887.178,23	54,76	1.847.062,71
16	Faz. Juá glebas 1 a 4 - parte	Boa Vista	167,4083	108.137,39	222.001,36	0,00	330.138,75
17	Faz. Olindina, Quirino e Caiçara	Ingá	900,5934	1.574.683,80	0,00	81,18	1.574.764,98
			8959,9370	5.921.016,29	2.788.195,26	1.340,42	8.710.551,97

Principais resultados:

O cumprimento do percentual de execução da meta física desta ação depende diretamente do resultado da ação denominada Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, bem como de possíveis óbices judiciais impetrados pelos proprietários rurais em todas as fases processuais.

As características inerentes à localização, ao acesso e à dimensão dos imóveis definem e impactam decisivamente sobre o valor dos mesmos, enfatizando-se que, para efeito de pagamento, a área a ser indenizada (ha) será sempre a menor, entre a registrada e a georreferenciada em campo. Para efeito do cumprimento desta ação considera-se como imóvel obtido aquele cujos títulos da dívida agrária e pagamentos de benfeitorias foram empenhados no exercício.

O desempenho alcançado de 71,11% da meta física desta ação, conforme tabela denominada “Tabela de detalhamento da meta física”, deveu-se apenas aos processos advindos dos exercícios de 2010 e 2009, que estavam na Diretoria à espera da emissão dos TDA’s pelo Tesouro Nacional ficando pendente na sede, apenas o processo para obtenção da Fazenda Três Passagens, localizada no Município de Gurinhém/PB, para lançamento dos Títulos da Dívida Agrária e pagamento das benfeitorias que contribuirá para os resultados do ano de 2012.

Em função do fato da retenção pela Casa Civil de todos os processos que estavam para decretação, exceto o imóvel denominado São Bento, localizado no Município de Barra de Santa Rosa, que foi decretado em dezembro/2011, a obtenção pautou-se apenas nos processos oriundos de exercícios anteriores.

Dos imóveis elencados na tabela de Detalhamento da Meta Física destaca-se o imóvel rural denominado “Olindina/Quirino/Caiçara” que depois de muitos entraves e entreveros, teve a sua obtenção possibilitada a partir de um acordo judicial buscado pela persistência dos trabalhadores/posseiros e pela capacidade de diálogo dos servidores do INCRA possibilitando solucionar um conflito que se arrastava por 12 anos.

Principais problemas:

1. Atraso/ insuficiência de recursos orçamentários para empenho das despesas referentes à emissão dos Títulos da Dívida Agrária e pagamento das benfeitorias dos imóveis rurais;
2. Atraso na liberação dos recursos financeiros referente às despesas empenhadas para pagamento de benfeitorias dos imóveis, ocasionando consequentemente atrasos na imissão de posse do imóvel e na criação do projeto de assentamento;
3. Retenção pelo MDA/Casa Civil dos processos enviados para decreto, ocasionando falta de imóveis para avaliação, emissão de Títulos da Dívida Agrária, recursos para pagamento de benfeitorias, imissão na posse e criação de projetos de assentamento.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: : Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101358384	A	3	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	146.623,94	145.631,97	99,32	66.486,33	45,34	66.486,33	45,34

Fonte: Siafi

Conforme descrição constante no Plano Plurianual 2008-2011, as ações denominadas Gestão e Administração do Programa – GAP atendem as despesas fixas e/ou contratuais de natureza administrativa/operacional que dão suporte para concretização das metas dos programas finalísticos. Também pode atender despesas com deslocamento dos Superintendentes Regionais e outros servidores quando convocados pelas sede, à conta do programa a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada. Em 2011, a ação atendeu parcialmente despesas referente a entrega de cestas básicas.

Detalhamento execução orçamentária/financeira

GAP - Assentamento	Recebido	Empenhado	Pago	Saldo a pagar
Assistência social, técnica e jurídica fam acampadas				
Diárias no país	21.378,03	21.378,03	21.378,03	0,00
Material de consumo	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
Combustíveis e lubrificantes automotivos			3.600,00	0,00
Material p/ manutenção de veículos			2.400,00	0,00
Despesas com deslocamentos	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
Locação de meios de transporte		0,00	2.000,00	0,00
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00
Manutenção e conserv. de veículos			1.500,00	0,00
Sub-total	30.878,03	30.878,03	30.878,03	0,00
Suporte operacional				
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	93.650,00	93.650,00	32.504,36	61.145,15
Locação de maquinas e equipamentos			1.950,00	1.950,00
Manutenção e conserv. de bens imóveis			0,00	3.900,00
Manut. e conserv. de maquinas e equipamentos			2.100,00	3.557,00
Serviços de energia elétrica			27.320,88	32.509,83
Serviços de água e esgoto			1.133,48	2.986,72
Serviços de telecomunicações			0,00	14.000,00
Despesas com teleprocessamento			0,00	2.241,60
Sub-total	93.650,00	93.650,00	32.504,36	61.145,15
Suporte operacional				
Comunicação em geral	21.103,94	21.103,94	3.103,94	18.000,00
Serviços de comunicação em geral			3.103,94	18.000,00
Sub-total	114.753,94	114.753,94	35.608,30	79.145,15
Total da ação	145.631,97	145.631,97	66.486,33	79.145,15

Fonte: Siafi

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163111202109	A	3	Fam	642	17.780	0	17.780	2769,47	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0	104.990,42	104.990,42	100	94.454,52	89,96	92.454,52	88,06

Fonte: Siafi

Um dos aspectos desta ação refere-se ao atendimento às famílias de trabalhadores rurais sem terra em risco alimentar. A distribuição de cestas de alimentos é viabilizada através do convênio celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a CONAB, sob a coordenação da Superintendência Regional do INCRA na Paraíba – SR-18/PB, através da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. Em 2011 a distribuição ocorreu durante oito meses, totalizando 17.780 cestas, conforme quadro abaixo:

Detalhamento da Meta física

Nº ordem	Movimentos	Município	Territórios da Cidadania	Nome do Acampamento	Total
1	CPT	Alagoa Grande	FORA	Engenho do Meio	100
2	MST	Alagoa Grande	FORA	Usina Tanques	600
3	CPT	Alagoinha	FORA	Alagoinha	60
4	CPT	Algodão de Jandaira	T-BORBOREMA	Serra Preta	40
5	MST	Alhandra	T-Mata Sul	Mucatu	33
6	CPT	Aparecida	FORA	Angélica II	145
7	MST	Aparecida	FORA	Floresta	145
8	STR	Aparecida	FORA	Santa Clara	205
9	CPT	Aparecida	FORA	São Lourenço/São Domingos/STF	125
10	MST	Aparecida	FORA	Várzea de Sousa /Nova Vida I	300
11	CPT	Aparecida	FORA	Verdes	155
12	CPT	Araruna	FORA	Acampamento Girau	13
13	MST	Bananeiras	FORA	Olga Benário da Faz. Carvalho	60
14	MST	Barra de Santa Rosa	FORA	Boa Esperança	240
15	STR (Área de c	Barra de São Miguel	FORA	Poço ou Santana	124
16	MST	Bonito de Santa Fé	FORA	Maria Bonita	260
17	MST	Boqueirão	FORA	Quebra Kilos	130
18	MST	Caapora	T-MATA SUL	Ouro Verde da (Fazenda Alvorada	227

Nº ordem	Movimentos	Município	Territórios da Cidadania	Nome do Acampamento	Total
19	CPT	Cabaceiras	FORA	Jacaré	135
20	CPT	Cajazeiras	FORA	Boa Conquista	190
21	MST	Cajazeiras	FORA	Lagoa do Arroz	155
22	MST	Cajazeiras	FORA	Miranda	75
23	MST	Cajazeiras	FORA	Nossa Senhora Aparecida	44
24	MST	Camalaú	T-CARIRI OCIDENTAL	Quilombo (Fazenda Ipueira)	23
25	MST	Campina Grande	T-BORBOREMA	Acampamento Novo (PA JOSE A	70
26	CPT	Campina Grande	T-BORBOREMA	Quixaba	35
27	MST	Casserengue	T-BORBOREMA	25 de Julho	70
28	STR	Casserengue	T-BORBOREMA	Rosa Luxemburgo	145
29	MST	Catingueira	T-MÉDIO SERTÃO	Inácio da Catingueira	545
30	CPT	Catolé do Rocha	FORA	São Miguel	175
31	MST	Condado	T-MÉDIO SERTÃO	Nova Conquista Fazenda São Vic	175
32	MST	Conde	T-MATA SUL	Nova Esperança	64
33	CPT	Coremas	FORA	05 de março (ou 7 de abril?)	200
34	CPT	Cruz do Espírito Santo	T-MATA NORTE	Da Paz	230
35	CDRS	Cruz do Esto Santo/Sapé	T-MATA NORTE	Santa Luzia	2
36	MST	Curral de Cima	T-MATA NORTE	HADASSA-BTG	143
37	MST	Damião	T-CURIMATAÚ	Solidão	138
38	CPT	Desterro	T-MÉDIO SERTÃO	Novo Desterro	50
39	MST	Diamante	FORA	Cabanos	21
40	CPT	Diamante	FORA	Lampião	13
41	MST	Diamante/ Ibiara	FORA	Dede Martilo	499
42	CPT	Emas	FORA	Paz e Amor	170
43	MST	Esperança	T-BORBOREMA	Carlos Marighela/Capeba	48
44	CPT	Gurinhém	FORA	Jucá	36
45	STR	Ibiara	FORA	Dona Judite	180
46	CPT	Imaculada	T-MÉDIO SERTÃO	Nova Palmeira	213
47	CPT	Imaculada	T-MÉDIO SERTÃO	Valmir Mota	90
48	MST	Itabaiana	T-MATA SUL	Pau Brasil – Imóveis Faz. Bela Vi	70
49	MST	Itabaiana	T-MATA SUL	Santa Clara	150
50	CPT	Itaporanga	FORA	Área da Maconha	2
51	MST	Jacaraú	T-MATA NORTE	São José	0
52	MST	Jericó	FORA	São Francisco	950
53	CPT	João Pessoa	T-MATA SUL	Ponta de Gramame	84
54	MST	Juarez Távara	FORA	Fazenda Quirino/Caiçara/Olindina	105
55	MSP	Juarez Távara	FORA	Keno/Bebedouro	48
56	MST	Juripiranga	T-MATA SUL	Boa Esperança	165
57	CPT	Lagoa	FORA	Sabiá	405
58	STR	Lastro	FORA	Jerimum	320
59	MST	Livramento	T-CARIRI OCIDENTAL	Lagoa do Juá	100
60	MST	Logradouro	FORA	Antonio Joaquim	67
61	MST	Manaira A Santana de Mangue	FORA	Joaquim Teotônio	542
62	MST	Mari	T-MATA NORTE	Pequena Vanessa	98
63	CPT	Mogeiro	FORA	Salgadinho	150
64	CPT	Mogeiro	T-MATA SUL	Linda Flor	178
65	ATRUCC	Monteiro	T-CARIRI OCIDENTAL	Xique Xique (Manga da Coruja)	190
66	MST	Mulungu	FORA	Fazenda Gomes	0
67	MST	Mulungu	FORA	Ipueira	15
68	MST	Mulungu	FORA	São José	18

Nº ordem	Movimentos	Município	Territórios da Cidadania	Nome do Acampamento	Total
69	MST	Olho D'água	FORA	Mãe Rainha	90
70	MST	Patos	T-MÉDIO SERTÃO	Ana Patricia	540
71	MSP	Patos	T-MÉDIO SERTÃO	Irmã Dorothy	180
72	MST	Patos/São José do Bonfim	T-MÉDIO SERTÃO	João Pedro Teixeira	0
73	CPT	Pedras de Fogo	T-MATA SUL	Fazenda Lucinéia	75
74	MST	Piancó	FORA	Novo Piancó	147
75	MST	Pilar	T-MATA SUL	Prato Cheio	50
76	MST	Pilões	T-BORBOREMA	Josué de Castro da Fazenda Pasta	40
77	MST	Pitimbu	T-MATA SUL	Marinas	80
78	MST	Pocinhos	FORA	Primeiro de Maio	20
79	CPT	Pocinhos	Fora	Gravatá	54
80	CPT	Poço Dantas-Bernardino Batis	FORA	Mário Dias	510
81	CPT	Prata	T-CARIRI OCIDENTAL	Quitéria do Angico	178
82	CPT	Princesa Isabel	FORA	Quilombo do Livramento	102
83	MSP	Remígio	T-BORBOREMA	Carlos Lamarca	95
84	CPT	Rio Tinto	T-MATA NORTE	Ilha Aratingui	104
85	MST	Salgadinho	FORA	Laginha	81
86	MST	Santa Cruz	FORA	Serra Comissário/Agreste	140
87	MST	Santa Helena	FORA	Estrela (Fazenda Estrela)	115
88	MST	Santa Rita	T-MATA NORTE	Padre Afonso	0
89	MST	Santa Rita	T-MATA NORTE	Sítio Tambauzinho	60
90	CPT	Santa Terezinha	T-MÉDIO SERTÃO	Erivaldo Alves	180
91	MST	Santana dos Garrotes	FORA	Nova Santana	190
92	MST	São Domingos	FORA	Carlos Marighela	180
93	MST	São José da Lagoa Tapada	FORA	Bom Destino (ex-Morada Nova)	330
94	MST	São José da Lagoa Tapada	FORA	Caldas	265
95	MST	São José da Lagoa Tapada	FORA	Morada Nova – Faz. Morada Nova	505
96	CPT	São José da Lagoa Tapada	FORA	Poço dos Cavalos	175
97	MST	São José da Mata-Campina Gr	T-BORBOREMA	Acampamento Novo	0
98	MST	São José do Bonfim	T-MÉDIO SERTÃO	Chico Mendes	230
99	MST	São José do Bonfim	T-MÉDIO SERTÃO	Eldorado dos Carajás da Faz. Urti	134
100	CPT	São Mamede	T-MÉDIO SERTÃO	Nossa Senhora Aparecida II	154
101	MST	Sapé	T-MATA NORTE	Antas	115
102	MST	Sapé	T-MATA NORTE	Antônio Joaquim (Novo Sapé)	130
103	CPT	Serraria	T-BORBOREMA	Celso Furtado (Engenho Martins)	140
104	CPT	Solanea	T-Borborema	Evylí	50
105	MST	Solânea	T-BORBOREMA	Zé Luciano	200
106	CPT	Soledade	FORA	Mangueiral	288
107	MSP	Sousa	FORA	Emiliano Zapata	190
108	CPT	Sousa	FORA	Isabel Cristina	240
109	MST	Sousa	FORA	Renascer/Pau D'arco	160
110	MST	Tacima (antigo Campo de Santa	FORA	José Monteiro	126
111	MST	Taperoá	T-Cariri Ocidental	Novo Horizonte	40
112	MST	Taperoá/Livramento	T-CARIRI OCIDENTAL	José Operário	205
113	MST	Tavares	FORA	Paraíso	0
114	MST	Teixeira	T-MÉDIO SERTÃO	Riacho Verde	94
115	CPT	Uirauna	FORA	Penha	245
					17780
Fonte: SIR-Módulo Monitoramento					

Para esta ação a SR-18/PB coloca à disposição 02 caminhões e 05 servidores - 02 motoristas e 03 técnicos – formando 03 equipes de distribuição composta de um motorista e um técnico, o qual é responsável pela coordenação da entrega. Eventualmente, o Chefe da Divisão de Obtenção fiscaliza os acampamentos através de verificação “*in loco*”, para constatar a existência dos acampamentos bem com a quantidade de famílias que permanecem acampadas.

As despesas desta atividade foram suportadas pelas ações do programa Paz no Campo e pelo GAP do programa Assentamento de Trabalhadores Rurais, conforme tabela de detalhamento.

Ouvidoria Agrária

Pela ação da Ouvidoria Agrária, desenvolveram-se atividades de prevenção de tensão social nos municípios de Santa Helena, Aparecida, Bonito de Santa Fé, Juarez Távora, Mogeiro, Itabaiana, Uiraúna, Sousa, Campina Grande, Capim, Sapé, Cruz do Espírito Santo, Pedras de Fogo, Pilar.

Mediaram-se conflitos nas disputas dos imóveis: Riacho Doce, no município de Pilar, Quirino/Olindina/Caiçara, no município de Juarez Távora/Ingá, Salgadinho, no município de Mogeiro, Curtume, no município de Itabaiana, Arapuá, no município de Cabaceiras, Cabeça de Boi, no município de Pocinhos, Mucatú, no município de Alhandra.

Distribuíram-se 19 (dezenove) rolos de lonas nos acampamentos do Brasil, Terra da Gente-BTG, Acampamento da Paz, no município de Cruz do Espírito Santo, Ana Patrícia e Irmã Dorat, no município de Patos, Acampamento no município de Jericó, Lucinéia, no município de Pedras de Fogo, Laginha, no Salgadinho, Linda Flor, no município de Mogeiro, Emiliano Zapata no município de Sousa. Monitorou-se processos judiciais de Reintegração de Posse, nas Comarcas de Cajazeiras, Cabaceiras e na Serventia dos Feitos Especiais da Comarca da Capital, bem como monitoramento de inquérito policial que apura homicídio de posseiro ligado a luta pela posse da fazenda Poço no município de Barra de São Miguel, em andamento na Delegacia de Polícia de Taquaritinga do Norte, no Estado de Pernambuco.

Realizou-se negociação com proprietário visando aquisição do imóvel Riacho doce, em situação de conflito no pelo Decreto Lei 433/1992, no município de Pilar.

Detalhamento execução orçamentária/financeira

ASSISTENCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURIDICA FAM ACAMPADAS					
DIARIAS NO PAIS	21.378,03	21.378,03	21.378,03	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			3.600,00	0,00	0,00
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			2.400,00	0,00	0,00
DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE		0,00	2.000,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			1.500,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	30.878,03	30.878,03	30.878,03	0,00	0,00

ASSISTENCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURIDICA FAM ACAMPADAS					
DESTAQUE MDA -CESTAS BÁSICAS -					
DIARIAS NO PAIS	49.462,36	49.462,36	49.462,36	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			7.000,00	0,00	0,00
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			1.000,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
PASSAGENS PARA O PAIS			0,00	0,00	0,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			2.000,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			2.000,00	0,00	0,00
OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	61.462,36	61.462,36	61.462,36	0,00	0,00
DESTAQUE MDA-DISTRIBUIÇÃO LONAS					
DIARIAS NO PAIS	9.395,20	9.395,20	9.395,20	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	24.999,86	24.999,86	16.463,96	8.535,90	0,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			4.000,00	0,00	0,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA			10.999,86	0,00	0,00
MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			1.464,10	8.535,90	0,00
MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSAGENS PARA O PAIS			0,00	0,00	0,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.133,00	5.133,00	5.133,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			2.000,00	0,00	0,00
OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			0,00	2.000,00	0,00
SUB-TOTAL	43.528,06	43.528,06	32.992,16	10.535,90	0,00
TOTAL DA AÇÃO	104.990,42	104.990,42	94.454,52	10.535,90	0,00

ATENDIMENTO DE DENUNCIAS					
DESTAQUE MDA					
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.478,00	2.478,00	2.478,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	2.478,00	2.478,00	2.478,00	0,00	0,00
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS					
DESTAQUE MDA					
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.381,00	9.381,00	9.381,00	0,00	0,00
DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL	9.381,00	9.381,00	9.381,00	0,00	0,00
PREVENÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS					
DESTAQUE MDA- CAPAC.MEDIADORES CONFLITOS					
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.080,00	7.080,00	7.080,00	0,00	0,00
TOTAL PAZ NO CAMPO	123.929,42	123.929,42	113.393,52	10.535,90	0,00

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101378396	A	3	Fam	512	0	1687	1687	329,5	2031*

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.331.189,97	6.439.762,47	6.437.992,47	99,97	68.999,43	1,07	68.999,43	1,07

Fonte: Siafi

Execução de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar
6.368.993,04	470.883,35	1.514.452,54	48.008,80

Fonte: Siafi

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Obras	Und	Iniciada em exercícios anteriores		Iniciada em 2011		Total	
		Concluída	Em Execução	Concluída	Em Execução	Concluída	Em Execução
Recuperação de estradas	Fam	16	0	0	475	16	475
	km	0,2	0	0	23,6	0,2	23,6
Abastecimento de água	Fam	1087	0	0	1556	1087	1556
Eletificação	Fam	136	0	0	0	136	0
Total	Fam	1239	0	0	2031	1239	2031

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Comentários

Como já informado em Relatórios anteriores, a partir do Acórdão 2633/2007, a execução desta ação sofreu solução de continuidade, referente aos contratos de 2007, só retornando à normalidade em meados de setembro de 2008, após diligências da Superintendência no sentido de atender as exigências ao referido Acórdão. Em função desse fato, as contratações referentes ao exercício de 2008 foram bem reduzidas, o que gerou um passivo de obras para os exercícios subsequentes, ainda não compensados.

Como decisão de gestão no exercício 2009, após perceber uma grande dificuldade provocada pela reduzida capacidade do setor de infra-estrutura da Superintendência Regional, optou-se pela contratação massiva de serviços de elaboração de projetos básicos executivos para abastecimento de água, construção de estradas e recuperação de açudes. Estes projetos básicos foram concluídos no exercício de 2011, o que possibilitou a Tomada de Preços de um número maior de obras nos Projetos de assentamentos do Estado, ainda ao final do exercício.

No exercício de 2010 não houve contratação, e por conseguinte não foi iniciada nenhuma obra em virtude da transferência, por determinação do INCRA sede, da totalidade dos recursos orçamentários destinados Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento no estado da Paraíba, para atendimento emergencial às vítimas das enchentes nos estados de Pernambuco e Alagoas. Cumpre-nos informar que, essencialmente as demandas por eletrificação rural são atendidas através do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, executadas pelo Estado, e alguns casos pontuais por esta Superintendência. Quanto ao acesso aos projetos de assentamento, estas são viabilizadas sempre que demandadas pelos trabalhadores. Normalmente o que é feito é a recuperação das vias de acesso.

As atividades para abastecimento de água ainda ocupam 90% das demandas nos projetos de assentamento, configurando-se em demanda específica da ação de maior impacto na vida das famílias assentadas, assumindo o caráter estratégico para o desenvolvimento dos projetos e o efetivo assentamento dos beneficiários.

Ressaltamos ainda que as demandas apresentadas estão sendo atendidas na medida em que são cumpridos os critérios para execução dos serviços, e em especial, para os projetos criados a partir de 2008, que exigem expedição da Licença de Instalação e Operação - LIO para início de quaisquer atividades de implantação de infra-estrutura.

Obras concluídas

Recuperação de Estradas

Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Tabocal	Areia	16	Borborema

Abastecimento D'Água simplificado

Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Apasa	Pitimbu	150	Zona da Mata Sul
Sarapó	S.J.daLagoa Tapada	36	Fora
Cruzeiro/Saquino	Jericó	31	Fora
1º de Março	Pitimbu	34	Zona da Mata Sul
Sede Velha	Pitimbu	49	Zona da Mata Sul
Santa Helena	Sapé	201	Zona da Mata Norte
Gurugi II	Conde	86	Zona da Mata Sul
N.S. de Fátima	Belém	42	Fora
Cachoeira	S.J. de Espinharas	40	Médio Sertão

Abastecimento D'Água/Recuperação de Açudes

Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Boa Sorte	S.Sebastião do Umbuzeiro	20	Cariri Ocidental
Maria Bonita	S.Sebastião do Umbuzeiro	20	Cariri Ocidental
Riacho da Cruz	Barra de Santa Rosa	150	Curimataú
São Vicente	Várzea	50	Médio Sertão
21 de Abril	Sapé	60	Zona da Mata Norte
Padre Gino	Sapé	62	Zona da Mata Norte
Bom Jesus	Poço Dantas	22	Fora
Frei Beda	Cajazeiras	34	Fora

Eletrificação

Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Curralinho	Paulista	40	Fora
Jacu	Pombal	40	Fora
Paulo Freire	Araçagi	16	Fora
Esperança	Areia	40	Borborema

Impactos Orçamentários

Por determinação do INCRA-Sede, foram anulados os empenhos relativos aos exercícios 2007-2008-2009 inscritos em restos a pagar não processados.

Foram ainda encerrados Contratos de Obras por decurso de prazo de vigência cujas empresas não apresentaram desempenho satisfatório para se postergar, mediante Termo Aditivo, prazos de execução e nem justificativa plausível para onerar tais contratos. Neste sentido retornaram à condição de demanda as seguintes obras não iniciadas nos contratos anteriores:

Recuperação de Estradas

Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Beira Rio	Camalaú	29	Cariri Ocidental
Boa Vista I	Coxixola	31	Cariri Ocidental
Patativa do Assaré	Patos	60	Médio Sertão
Tanques	Dona Inês	43	Fora

Tipo de Obra: Abastecimento D'Água simplificado

Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Novo Mundo/Beira Rio	Camalaú	116	Cariri Ocidental
Curralinho/Paxicu	Paulista	76	Fora
Patativa do Assaré	Patos	60	Médio Sertão
Saco do Monte	São Mamede	33	Médio Sertão

Obras Licitadas – Exercício 2011

Tomada de Preço: TP 001/2011

Tipo de Obra: Abastecimento D'Água

Valor da Proposta Vencedora: R\$ 994.219,90

Empresa Vencedora: IPERMANTA

Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Mundo Novo/Beira Rio/Eldorado	Camalaú	132	Cariri Ocidental
Padre Luciano Dias de Moraes	Catingueira	42	Médio Sertão
Asa Branca	Coxixola	34	Cariri Ocidental
Pinheiros	Coxixola	19	Cariri Ocidental
Padre Acácio Cartaxo Rolim	Malta	19	Médio Sertão
Chã do Balsamo	Matinhas	8	Borborema
Campo Comprido	Patos	86	Médio sertão
Paxicu	Paulista	36	Fora
Curralinho	Paulista	40	Fora
Cachoeira	S.J.de Espinharas	40	Médio Sertão
Maria Paz	S.J.de Espinharas	40	Médio Sertão
Osiel Alves	S.J.de Espinharas	25	Médio Sertão

Tiradentes I	S.J.de Espinharas	35	Médio Sertão
Saco do Monte	São Mamede	33	Médio Sertão
Água Branca	São Miguel de Taipu	73	Zona da Mata Sul

Tomada de Preço: TP 002/2011 Tipo de Obra: Recuperação de Açudes Valor da Proposta Vencedora: R\$ 216.037,76 Empresa Vencedora: CONSTRUTORA ELO			
Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Osiel Alves	S.J.de Espinharas	25	Médio Sertão

Tomada de Preço: TP 003/2011 Tipo de Obra: Recuperação de Açudes Valor da Proposta Vencedora: R\$ 884.255,72 Empresa Vencedora: CONSTRUTORA ELO			
Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Renascer	Prata	53	Cariri Ocidental
Serrote Agudo	Sumé/Prata/Amparo	86	Cariri Ocidental
Mandacaru	Sumé	118	Cariri Ocidental

Tomada de Preço: TP 004/2011 Tipo de Obra: Recuperação de Estradas Valor da Proposta Vencedora: R\$ 1.098.535,75 Empresa Vencedora: IPERMANTA			
Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Rosa de Luxemburgo	Algodão de Jandaíra	20	Borborema
Gruta Funda	Algodão de Jandaíra	40	Borborema
Várzea Grande	Dona Inês	45	Fora
Dom Marcelo Carvalheira	Mogeiro	70	Fora
Massangana I	Cruz do Espírito Santo	131	Zona da Mata Norte
Dom Expedito Eduardo	Santa Teresinha	50	Médio Sertão
Maria Paz	S.J.de Espinharas	40	Médio Sertão
Angélicas	S.J.da Lagoa Tapada	34	Fora

Tomada de Preço: TP 010/2011 Tipo de Obra: Recuperação de Açudes Valor da Proposta Vencedora: R\$ 845.700,66 Empresa Vencedora: JGS			
Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Boa Sorte	S. Sebastião do Umbuzeiro	20	Cariri Ocidental
Maria Bonita	S. Sebastião do Umbuzeiro	20	Cariri Ocidental
Estrela Dalva	S. Sebastião do Umbuzeiro	53	Cariri Ocidental

Tomada de Preço: TP 011/2011 Tipo de Obra: Recuperação de Açudes Valor da Proposta Vencedora: R\$ 230.015,81 Empresa Vencedora: LVR			
Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
Sítio Souza	Salgado de São Felix	50	Fora
Maravalha	São Miguel de Taipu	44	Zona da Mata Sul

Tomada de Preço: TP 012/2011 Tipo de Obra: Abastecimento D'Água/Construção de Cisternas Valor da Proposta Vencedora: R\$ 1.474.611,33 Empresa Vencedora: IMPERMANTA			
Projeto de Assentamento	Município	Nº de famílias	Território
José Horácio	Alagoa Grande	16	Fora
Margarida Maria Alves II	Alagoa Grande	7	Fora
Alagoa Nova	Alagoa Grande	1	Fora
Coração de Jesus	Alagoa Grande	19	Fora
Severino Cassemiro	Alagoa Grande	17	Fora
Maria da Penha I	Alagoa Grande	15	Fora
Severino Ramalho	Alagoa Grande	26	Fora
Santa Terezinha I	Alagoinha	20	Fora
Senhor do Bomfim	Alagoinha	15	Fora
Paulo Freire	Araçagi	16	Fora
Esperança	Areia	40	Borborema
União	Areia	54	Borborema
Nossa Senhora de Fátima	Belém/Bananeiras	22	Fora
Chã do Balsamo	Matinhas	8	Borborema
Nova Conquista	Pilar	100	Zona da Mata Sul
Chico Mendes	Riachão do Poço	12	Zona da Mata Norte

Todas as Tomadas de preços juntas perfazem um total de R\$ 5.743.376,93 revelando uma significativa retomada da ação de Implantação e recuperação de infra-estrutura básica nos projetos de assentamento do Estado, contemplando suas diversas modalidades (Abastecimento, Recuperação e açudes e Estradas) bem como geograficamente distribuídas em seus vários territórios constituídos.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101378398	A	3	Fam	477	0	62	62	13	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
196.210,75	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siai

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividades	Unid	Iniciadas em Exercícios Anteriores		Iniciadas no Exercício de 2011		Total	
		Concluída	Em	Concluída	Em Execução	Concluída	Em Execução
Perímetro	Fam	62	0	0	0	0	955
	km	4.978,96	0	0	0	0	507.968,04
	Pa	2	30	0	0	2	30

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Comentários

Conforme já citado em Relatórios anteriores a ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento compreende basicamente em duas etapas distintas. Inicialmente realiza-se a demarcação de perímetro do imóvel rural (no caso o Projeto de Assentamento), que consiste na materialização e medição dos vértices definidores do limite externo do assentamento. Em um segundo momento é realizada a segunda etapa, que consiste na materialização e medição dos vértices definidores dos limites internos do assentamento, ou seja, das parcelas, sejam elas lotes rurais, áreas coletivas, reserva legal, etc.

Todas as atividades de materialização e medição, bem como a apresentação dos trabalhos, são normatizadas através da Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais 2ª Edição de novembro de 2003, a qual define metodologia de trabalho, padrões de precisão e procedimento para o atendimento a Lei 10.263/2001 e os decretos que a regulamentam.

Quanto a esta questão é importante ainda observar que parte dos projetos de assentamentos, também objeto desta ação, não podem ser certificados conforme o que determina a lei 10.267/2001, em decorrência da dominialidade das propriedades não estarem em definitivo em nome do INCRA, cuja transmissão só ocorre quando termina o processo judicial de desapropriação, o que pode se estender por anos. Para minimizar o problema são abertos os processos de certificação, que ficam no aguardo da decisão judicial para se efetivarem os registros nos cartórios já devidamente certificados.

Salienta-se ainda que a etapa de parcelamento ocorre a posterior da etapa de perímetro em função da necessidade da elaboração previa do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e/ou Planos de Recuperação – PRA.

A baixa execução no exercício de 2011, foi conseqüência de problemas técnico-operacionais encontrados pela empresa TOPCON Ltda, quando da execução do Contrato, e trabalho de campo nos Projetos de Assentamentos Santa Mônica e Santa Mônica I, localizados nos municípios de Pombal e Lagoa respectivamente.

Para o exercício de 2012, a ação tende a assumir o status de prioridade, em função da aprovação de 25 (vinte e cinco) novos Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA's) e 07 (sete) novos Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA's) bem como à questão de Licenciamento ambiental e contratação de projetos produtivos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Alternativamente esta ação será também realizada por execução direta pelos topógrafos da Regional.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101374320	A	3	Fam	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	599.301,40	596.615,45	99,55	710	0,12	710	0,12

Fonte: Siafi

O cumprimento desta ação atende a critérios e a valores fixados através da NE/INCRA/76/2008, publicado no DOU 165 em 27 de agosto de 2008.

São diretrizes básicas da ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol, propiciar o aumento de renda dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais, com ênfase na Agroecologia.

Deverão ser beneficiados projetos de assentamento implantados ou reconhecidos pelo INCRA, em fase de estruturação ou de consolidação, sendo condição obrigatória, aplicação de recursos na forma de projetos coletivos, em atividades de:

- Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias;
- Inserção mercadológica e valorização da produção dos assentamentos;
- Atividades pluriativas, como Turismo Rural, Restaurantes Rurais, Artesanatos;
- Fomento à agroecologia;
- Gerar significativa ocupação de mão-de-obra feminina, melhorando a renda das famílias envolvidas;
- Fortalecer nos assentamentos a prática da transformação e conservação de alimentos com o objetivo de agregar valor à produção;
- Desenvolver o espírito associativista nos assentamentos;
- Aumentar a oferta de produtos processados para o mercado local e regional.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividades	Unid	Passivo de exercícios anteriores		Iniciadas no exercício de 2011		Total	
		Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Projeto de Fomento à Agroindústria e Comercialização	Fam	0	0	0	245	0	0
	PA	0	0	0	3	0	0
	Proj contrat	0	0	0	2	0	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta física em execução se refere ao número de famílias a serem atendidas por ocasião de 02 (dois) projetos contratados, sendo o primeiro, para estruturação de unidades de processamento de doces e salgados, nos projetos de assentamentos Nova Vivência e Estivas do Geraldo, e a segunda para construção da Central de Beneficiamento de Leite a ser instalada no município de Barra de Santa Rosa-PB, no Projeto de Assentamento Riacho da Cruz. Este projeto é uma parceria MDA/INCRA, onde o Ministério do Desenvolvimento agrário será o responsável pela aquisição e instalação dos equipamentos para o armazenamento e beneficiamento de leite, e o INCRA será o responsável pela construção das instalações físicas da Usina de beneficiamento. Tal obra foi licitada em dezembro de 2011 pela Tomada de Preços nº 014/2011, cuja proposta vencedora foi de R\$ 584.557,46 oferecida pela empresa CONSTRUDANTAS Ltda.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redesignação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101374358	A	3	Fam	155	1058	0	1058	682,58	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
21.731,50	90.460,00	72.597,01	80,25	70.597,01	78,04	70.597,01	78,04

Fonte: Siafi

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da IN/INCRA/Nº 30, de 24 de fevereiro de 2006, publicado no DOU em 06.03.2006.

A transferência do domínio em caráter definitivo, dos imóveis rurais originários de projetos de assentamento, para beneficiários da reforma agrária exige o cumprimento de algumas fases, quais sejam:

- verificação se a matrícula do imóvel já se encontra em nome da União, ou seja, se já ocorreu a transcrição da área em nome do INCRA e respectivo cadastramento do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR;
- planta e memorial descritivo do imóvel georreferenciado, com o parcelamento, se for o caso;
- registro da planta e respectivo memorial descritivo do PA criado e das parcelas no Cartório de Registro de Imóveis competente;
- averbação pelo INCRA da Reserva Legal – RL, quando comunitária;
- definição dos valores básicos a serem considerados para alienação do imóvel;
- verificação do cumprimento dos direitos e deveres dos futuros titulados (vistorias “in-loco”).

Entende-se como direito do assentado, a implantação de todas as ações de créditos instalação, infra-estrutura básica e de serviços e a regularização ambiental, necessários para seu desenvolvimento sustentável. Entende-se como dever, o cumprimento, por parte do assentado, das obrigações constantes do Contrato de Concessão de Uso – CCU ou documento correspondente à época do assentamento.

É necessário destacar, ainda, que o título definitivo contém cláusulas resolutivas, só liberadas após 10 (dez) anos, desde que, dentre outros critérios, estejam quitadas as prestações anuais relativas a alienação do imóvel.

As atividades desta ação são basicamente de campo, seja para transferência de domínio definitivo, (vistorias “*in loco*”, parcela por parcela, discussão com a comunidade para destinação de bens comunitários, levantamento de documentação, etc) ou do domínio provisório, mediante celebração do Contrato de Concessão de Uso – CCU, documento básico dos compromissos assumidos entre o INCRA e as novas famílias a serem beneficiada, emissão e entrega das guias de recolhimento para pagamento dos títulos emitidos.

Detalhamento da Meta física

Nº ORDEM	NOME DO PROJETO	MUNICÍPIO	QUANT
1	21 DE ABRIL	SAPÉ	7
2	25 DE JULHO	CASSERENGUE	10
3	ALAGOA NOVA	ALAGOA GRANDE	1
4	ANGELICA I	SOUSA	16
5	ALTO ALEGRE	JERICÓ	1
6	AMARELA I	SÃO MIGUEL DE TAIPU	5
7	ANTONIO CHAVES	JACARAU	5
8	BEIRA RIO	CAMALAU	3
9	BELO MONTE	CUBATI	9
10	BOA FÉ	IMACULA	2
11	BOA ESPERANÇA	JACARAU	5
12	BOA VISTA	SAPÉ	3
13	CAPIM DE CHEIRO	CAAPORÃ	8
14	CÍCERO ROMANA I	ESPERANÇA	4
15	CHÃ DE BALSAMO	MATINHA	2
16	CAIANA	ALAGOA GRANDE	8
17	CAMPART II	RIO TINTO	1
18	CACHOEIRA	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	1
19	CAMPOS	SALGADO DE SÃO FÉLIX	25
20	CANUDOS	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	24
21	CURRALINHO	PAULISTA	3
22	CAJÁ DE ALAGOINHA	ALAGOINHA	5
23	CHICO MENDES	RIACHÃO DO POÇO	9
24	CACHOEIRA GRANDE	AROEIRAS	5
25	CABANO	DIAMANTES	40

25	CABANO	DIAMANTES	40
26	DONA ANTONIA	CONDE	11
27	DOM MARCELO	MOGEIRO	1
28	EDVALDO SEBASTIÃO	CAJAZEIRAS	2
29	ELDORADO DOS CARAJÁS	CAMALAU	2
30	ENGENHO SANTANA	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	7
31	FREI DAMIÃO	ARARUNA	3
32	FORTUNA	JERÍCO	4
33	FRUTA FUNDA	ALGODÃO DE JANDAIRA	6
34	IMBIRAS	MASSARANDUBA	11
35	IRMÃ DOROTY STANG	REMIGIO	4
36	JUZEIRO I	OLHO D'ÁGUA	14
37	JACU	POMBAL	4
38	JARDIM	CURRAL DE CIMA	12
39	JOSÉ HORÁCIO	ALAGOA GRANDE	4
40	LAMPIÃO	DIAMANTE	35
41	MÃE RAINHA I	OLHO D'ÁGUA	17
42	MARIA BONITA	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	6
43	MARIA DA PAZ III	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	5
44	MARIA DA PENHA I	ALAGOA GRANDE	4
45	MARIA DA PENHA II	ALAGOA GRANDE	3
46	MARIA PRETA	ARAÇAGI	9
47	MARGARIDA MARIA ALVES II	ALAGOA GRANDE	5
48	MÃE RAINHA	CAJAZEIRAS	2
49	MANDACARU	SUMÉ	1
50	MARGARIDA MARIA ALVES	POMBAL	2

51	NEGO FUBA	SANTA TEREZINHA	39
52	NOSSA SENHORA APARECIDA II	SÃO MAMEDE	22
53	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	BANANEIRAS	7
54	NOSSA SENHORA APARECIDA I	ITABAIANA	30
55	NOVA CONQUISTA I	CONDADO	45
56	NOVA VIDA	PITIMBU	1
57	NOVA VISTA	BANANEIRAS	1
58	NOVO HORIZONTE I	VARZEA	5
59	NOVA ESPINHARA	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	56
60	NOVA AUROVA	PEDRAS DE FOGO	6

61	NOVA CONQUISTA	PILAR	23
62	NOVA VIDA I	APARECIDA	141
63	NOVO SALVADOR	JACARAU	8
64	NOVA VIVÊNCIA	SAPÉ	4
65	NOVO MUNDO	CAMALAU	12
66	NOSSA SENHORA APARECIDA	CATINGUEIRA	6
67	OZIEL ALVES	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	1
68	PAU BRASIL	ITABAIANA	14
69	PEQUENO RICHARD	CAMPINA GRANDE	9
70	PRIMEIRO DE MAIO	POCINHOS	20
71	PADRE ANTONIO DOMINGOS CLEIDES	SANTA HELENA	16
72	PADRE ACÁCIO CARTAXO ROLIM	MALTA	1
73	POÇO VERDE	BARRA DE SANTA ROSA	1
74	PAULO FREIRE	ARAÇAGI	2
75	PADRE LUIZ	ARARUNA	2
76	PAXICU	PAULISTA	11
77	QUEIMADAS	REMÍGIO	2
78	RIBEIRO GRANDE	ALAGOINHA	2
79	ROSA LUXEMBURGO	ALGODÃO DE JANDAIRA	11
80	SANTA VERÔNICA	DAMIÃO	2
81	SANTA VITÓRIA	BANANEIRAS	3
82	SANTANA II	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	2
83	SÃO FRANCISCO III	SOLÂNEA	4
84	SOCORRO	AREIA	3
85	SÃO DOMINGOS	CUBATI	1
86	SÃO LUIZ	SOSSEGO	5
87	SERROTE VERDE	BARRA DE SANTA ROSA	9
88	SARAPÓ	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	3
89	SEDE VELHA DO ABIAI	PITIMBU	3
90	SAPÉ DE ALAGOA GRANDE	ALAGOA GRANDE	6
91	SANTA ROSA	SANTA ROSA	20
92	SANTA MÔNICA I	LAGOA	7
93	SANTA MÔNICA	POMBAL	2
94	SERROTE AGUDO	SUMÉ	2
95	TABOCAL	ALAGOINHA	2
96	TIRADENTES	MARI	10
97	TRINCHEIRAS DE CARNOIO	RIACHO DE SANTO ANTONIO	29
98	TIRADENTES I	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	5
99	UMBURANA DA ONÇA	ARARUNA	4
100	UNIÃO	AREIA	2

101	URNA	ITABAIANA	1
102	VAZANTE	CAMPO DE SANTANA	3
103	XIQUE XIQUE	MONTEIRO	35
104	ZEQUINHA	SOUSA	18
105	ZUMBI DOS PALMARES	MARI	3
	TOTAL DE CCU's		1058

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Retomada de Lote

A retomada de lotes resulta das atividades do acompanhamento e supervisão dos projetos de assentamento, normatizada pela NE/INCRA/Nº 47, de 16 de setembro de 2008, publicado no DOU em 17.09.2008.

Conforme normativo, o procedimento de retomada de lotes é iniciado após a identificação por parte da Regional, seja por denúncia, seja por fiscalização de indícios de ocupação irregular em projetos de assentamentos. Após constituição de 02 (duas) comissões técnicas, uma com atribuição de realizar a vistoria das parcelas, e outra para análise da situação ocupacional.

Em 2011 foram formalizados 06 processos de retomada de parcela com o reforço de 3 (três) equipes de vistoria designada para ação foram totalizados 204 lotes vistoriados.

Cabe salientar que até a presente data não houve a conclusão e efetiva retomada, a simples presença da Comissão de Vistoria nos Assentamento, em regra geral, promove a espontânea regularização da situação ocupacional dos lotes por parte dos assentados, além de promover uma ação educativa e disciplinadora nas comunidades. O maior lapso de tempo entre a vistoria do lote irregular e a sua retomada, em parte, deve-se ao fato da administração, ter por obrigação em seus procedimentos e trâmites burocráticos, garantir sempre a ampla e irrestrita defesa ao administrado.

Detalhamento execução orçamentária/financeira

Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais	Recebido	Empenhado	Pago	Saldo a pagar
Diárias no país	28.370,47	28.370,47	28.370,47	0
Material de consumo	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0
Combustíveis e lubrificantes automotivos		0	1.000,00	0
Material p/ manutenção de veículos	0	0	2.000,00	0
Sub-total	31.370,47	31.370,47	31.370,47	0
Suporte operacional				
Diárias no país	31.226,54	31.226,54	31.226,54	0
Material de consumo	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0
Combustíveis e lubrificantes automotivos	0		5.000,00	0
Material p/ manutenção de veículos	0		3.000,00	0
Despesas com deslocamentos	2.000,00	2.000,00	0	2.000,00
Passagens para o país			0	2.000,00
Sub-total	41.226,54	41.226,54	39.226,54	2.000,00
Total da ação	72.597,01	72.597,01	70.597,01	2.000,00

Fonte: Siafi

2.3.2.5 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101372B06	A	3	Fam	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	1.301.710,00	1.301.709,86	100	0	0	0	0

Fonte: Siai

Desde 2010, a Superintendência tem programado atividades com vistas ao cumprimento do acordo com o Ministério Público para atenuar multa por danos provocados pelos assentados em sítio arqueológico e também para a execução do cercamento, condicionantes para averbação de Reserva Legal, necessária à aprovação pelo Órgão Ambiental de Plano de Manejo Florestal Sustentado. Devido ao limitado recursos humanos existentes na Comissão de Licitação, não foi possível a contratação naquele exercício. Com a reprogramação de demanda para o exercício de 2011 e a disponibilidade orçamentária, foi licitado o cercamento de 12 projetos de assentamentos, conforme abaixo discriminado, com início da execução no exercício de 2012.

Projeto de Assentamento	Nº de Famílias	Município	Território da Cidadania
Tiradentes I	35	São José de Espinharas	Médio Sertão
Nova Espinharas	58	São José de Espinharas	Médio Sertão
Nova Santana	24	São José de Espinharas	Médio Sertão
Osiel Alves	25	São José de Espinharas	Médio Sertão
Cachoeira	40	São José de Espinharas	Médio Sertão
Padre Acácio	19	Malta	Médio Sertão
Campo Comprido	86	Patos	Médio Sertão
Tubarão	67	São José do Bonfim	Médio Sertão
Poços de Baixo	45	Teixeira	Médio Sertão
Riacho da Cruz	150	Barra de Santa Rosa	Curimataú
Campos Novos	67	Barra de Santa Rosa	Curimataú
Estrela Dalva	53	São S. Do Umbuzeiro	Cariri Ocidental
TOTAL	669	*****	*****

2.3.2.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101370427	A	3	Fam	1074	516	1105	1621	150,93	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
6.417.784,78	18.234.500,00	18.234.500,00	100	2.055.100,00	11,27	2.055.100,00	11,27

Fonte: Siafi

Execução de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar
16.179.400,00	58.300,00	7.490.000,00	3.318.300,00

Comentários

Conforme anteriormente já citado nos Relatórios de Gestão 2009 e 2010, trata-se de uma das ações de maior alcance social e de volumes de recursos geridos pela Superintendência. Desde 4, esta ação teve incrementos orçamentários significativos a cada exercício, em função do aumento das modalidades de créditos, de 3 (três) para os atuais 8(oito). Segue abaixo, a evolução dos recursos orçamentários assegurados por esta UJ para o período compreendido entre 2009 a 2011.

Exercício	Recursos Orçamentários Disponibilizados (R\$)
2009	12.669.900,00
2010	15.456.100,00
2011	18.234.500,00

Depreende-se da análise acima que há uma compatibilidade entre o surgimento da demanda por crédito disponibilizado às famílias assentadas e o seu efetivo empenho orçamentário. Na contramão desta análise, o repasse financeiro não tem acompanhado a mesma proporção, aumentando significativamente o montante de restos a pagar, bem como a necessidade da reduzida capacidade operacional das comissões técnicas para acompanhamento/aplicação de crédito de acordo com o volume de recursos disponibilizados nas contas das associações, de forma a assegurar uma maior agilidade no processo de instalação das famílias assentadas.

Fluxograma para Aplicação dos Créditos

1. Criação da associação do Projeto de Assentamento, conforme instrumentos normativos;
2. Eleição e posse da diretoria da associação e/ou eleição de 02(dois) representantes por comunidade para compor comissão objetivando o acompanhamento e aplicação dos créditos, em conjunto com a comissão do INCRA (campo). Entregue cópia da Portaria de criação do Projeto de Assentamento e Norma de Execução que regem a aplicação de créditos à associação;
3. Formalização do processo administrativo do projeto de assentamento (Superintendência);
4. Abertura de Conta Bancária específica no Banco do Brasil S/A (bloqueada) para operacionalização dos créditos (Superintendência);
5. Empenho e Pagamento dos recursos em nome da Associação (Superintendência);
6. No caso de necessidade de aplicação de créditos de material de construção para recuperação de casas, preliminarmente é efetuado um Laudo Técnico da situação (campo);
7. A Comissão responsável faz reunião com a comunidade para disseminação de informações referentes à forma de aplicação dos recursos. É entregue a planilha com lista de materiais básicos necessários para execução dos serviços em pauta, com valores referenciais para pesquisa de preço, cuja atividade é executada em conjunto com a comunidade, participação da comissão do INCRA e de fornecedores interessados (campo);
8. Abertura de proposta de pesquisa de preço e contratação da empresa vencedora. Coleta de assinaturas dos contratos de concessão de créditos pela comissão (campo);
9. Inicia-se a fiscalização da entrega dos materiais, acompanhamento e supervisão dos serviços pela comissão do INCRA, que atestam as Notas Fiscais e de Serviço em conjunto com os representantes da comunidade e as encaminham através de Ofício ao Banco para o devido pagamento (campo);
10. O acompanhamento é contínuo até que os serviços sejam concluídos e os recursos efetivamente aplicados, anexando-se a prestação de contas ao Processo (campo).

A comissão citada no item 7, é composta por no mínimo 02 (dois) servidores, nomeada por ato do Senhor Superintendente, que também orienta e informa os beneficiários sobre a forma de operacionalização e comprovação junto ao INCRA.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividade	Unid	Passivo de exercícios anteriores (restos a pagar)		Iniciadas no exercício de 2010		TOTAL	
		Pagos	A serem Pagos	Pagos	A serem pagos	Pagos	A serem Pagos
Apoio Inicial	Fam	13	0	369	115	369	115
	PA	0	0	11	5	11	5
Complementação	Fam	11	0	0	0	11	0
Apoio Mulher	Fam	58	274	0	1086	58	1360
	PA	0	26	0	58	0	84
Complementação	Fam	0	0	68	205	68	205
Aquisição de Mat. de Construção	Fam	113	57	17	565	130	622
	PA	0	3	1	17	1	20
Complementação	Fam	0	0	1	0	1	0
Fomento	Fam	341	393	76	493	417	886
	PA	0	11	4	15	4	26
Complementação	Fam	0	0	0	4	0	4
Semi-Árido	Fam	84	46	53	548	137	594
	PA	0	2	3	16	3	18
Complementação	Fam	0	15	1	0	1	15
Aquisição de Mat. para Recuperação	Fam	496	64	1	80	497	144
	PA	0	3	1	3	1	6
Complementação	Fam	167	115	29	0	196	115
Total famílias crédito		1105	834	516	2887	1608	3721
Total famílias complementações		178	130	99	209	278	339
Total Geral		1283	964	615	3096	1886	4060

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta desta Superintendência para 2011, à época da elaboração da proposta de capacidade, indicavam o atendimento de 1.074 famílias, no valor de R\$ 6.417.784,78.

Considerando as limitações do Decreto 7.466/2011 e a mudança nos procedimentos para autorização e concessão de deslocamento dos servidores, o desempenho das equipes de acompanhamento/fiscalização de créditos sofreu, inicialmente, impacto para a normalização das programações de viagens. O que se ajustou ao longo do exercício.

A meta física executada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” pagos, resultante da soma dos cinco tipos de créditos (não computadas as complementações) para famílias cujos recursos foram depositados nas contas das respectivas associações.

O percentual de 150,93% de alcance da meta é justificável considerando que uma mesma família pode ser beneficiada com mais de 1 (um) tipo de crédito.

Quanto aos resultados dos créditos efetivamente aplicados, após cumprimento das etapas descritas no fluxograma acima, foram:

Tabela de Aplicação dos créditos em campo

MODALIDADE (incluídas complementações)	FAMÍLIAS
Apoio Inicial	49
Apoio Mulher	0
Fomento	123
Semi-árido	157
Casas construídas	323
Casas reformadas/recuperadas	351

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Observa-se também que a modalidade de Crédito Apoio Mulher, criada no ano de 2009, teve grande dificuldade de ser aplicada no ano de 2011, em função de que exige um grau elevado do nível de organização das comunidades, em especial aos componentes do gênero feminino que compõe as famílias de assentados. No exercício de 2011, foi formalizado um total de 162 novos processos para aplicação desta modalidade, que representa 1.101 novas mulheres beneficiadas, com um valor total de R\$ 3.296.600,00 empenhados. Adicionalmente foram complementados os valores referente aos créditos anteriormente disponibilizados a 273 mulheres/famílias num total de R\$ 600.600,00 empenhados.

2.3.2.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112201372272	A	3	Fam	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
455.000,00	681.605,23	677.990,37	99,47	595.724,83	87,4	595.724,83	87,4

Fonte: Siafi

Detalhamento execução orçamentária/financeira

Gestão e Administração do Programa	Recebido	Empenhado	Pago	Saldo a pagar
Suporte operacional				
Diárias no país	303.535,64	303.535,64	303.535,64	0,00
Material de consumo	152.558,92	152.558,92	108.990,40	43.368,63
Combustíveis e lubrificantes automotivos			53.031,37	43.368,63
Material de processamento de dados			0,00	0,00
Material p/ manutenção de bens móveis			0,00	199,89
Material de proteção e segurança			7.898,95	0,00
Material p/ manutenção de veículos			48.060,08	0,00
Material de consumo - pagto antecipado			0,00	0,00
Despesas com deslocamentos	47.886,31	47.886,31	47.886,31	0,00
Passagens para o país			0,00	0,00
Locação de meios de transporte			47.886,31	0,00
Serviços de terceiros - pessoa física	79.269,50	79.269,50	79.269,50	0,00
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	88.740,00	88.740,00	50.680,41	38.059,59
Manutenção e conserv. De veiculos			27.445,41	31.284,59
Serviços de comunicação em geral			0,00	2.000,00
Serviços de áudio, vídeo e foto			0,00	0,00
Outros serv.de terceiros pj- pagto antecipado			0,00	0,00
Despesas com teleprocessamento			23.235,00	4.775,00
Outros serviços intra-orç	6.000,00	6.000,00	5.362,57	637,43
Serviços de comunicação em geral			5.362,57	637,43
Total da ação	677.990,37	677.990,37	595.724,83	82.065,65

Fonte: Siafi

Principais Problemas:

A Tabela acima denominada “Detalhamento da execução orçamentária/financeira”, demonstra a execução de despesas administrativas necessárias para acompanhamento/supervisão das metas físicas relativas ao Programa, mais especificamente as Ações denominadas Concessão de Crédito Instalação, Implantação e Recuperação de Infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento, Fomento à Agroindustrialização e Comercialização-Terra Sol, Serviços Topográficos, atividades do Pronaf, que não possuem recursos para custeio dentro da própria ação, a exemplo da Titulação. Conforme já descrito nas respectivas páginas, referidas ações exigiram deslocamento permanente ora para identificação/contratação de novas demandas ora para acompanhamento, aplicação e fiscalização dos créditos liquidados e da medição das obras contratadas (de outros exercícios).

Em geral os recursos das ações denominadas GAP, suporte dos programas finalísticos, não são descentralizados na sua totalidade (conforme programado) em função dos contingenciamentos anuais, que em 2011 ocorreu através do Decreto 7445. Essa limitação obriga os gestores a mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, para atendimento das despesas fixas contratuais imprescindíveis para concretização das metas (locação/manutenção de viaturas, aquisição de combustíveis, publicações, GPS ,etc) quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços.

Também ressalte-se que é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Importa registrar que a cada exercício os recursos recebidos para o custeio administrativo decresceram desproporcionalmente às demandas criadas.

2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Gerente do programa:

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero; Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios; Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher.

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principal Ação do Programa

2.3.10.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, a fim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total (d) = (b+c)		
2112214338402	A	3	Mulher atendida	0	25.873	0	25.873	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	267.660,11	267.660,11	100	242.793,36	90,71	238.793,36	90,71

Fonte: Siafi

Iniciada em 2004, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as atividades possibilitam a concessão de documentação civil e trabalhista para as mulheres do meio rural, como: assentadas da reforma agrária, quilombolas, agricultoras familiares, pescadoras, quebradoras de coco, marisqueiras, indígenas e outras. Os documentos principais emitidos são Carteira de Identidade (RG), CPF, Registro de Nascimento/Casamento e Carteira de Trabalho, documentos básicos que possibilitam o exercício da cidadania e melhoram o acesso às Políticas Públicas, porém existem outras demandas que são atendidas, de acordo com a disponibilidade de Infra-estrutura das parcerias nos mutirões.

Principais resultados:

Em 2011 a Superintendência Regional desenvolveu a ação através de mutirões, com parcerias (sem transferência de recursos) entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, ONG's, movimentos sociais, Anoreg/Aspen, BNB, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INSS, MMTR, CUNHÃ, FETAG, Defensoria Pública, SRTE, e o Instituto de Polícia Científica – IPC, alcançando a emissão 25.873 documentos básicos, de um total geral de 34.865 atendimentos.

Detalhamento da Meta física

Nº de Ordem	MUNICIPIO	DATA DO MUTIRÃO	TERRITORIOS DA CIDADANIA	RG		CPF		RN / CASAMENTO		CTPS		PESCA		TOTAL DOCUMENTAÇÃO		
				FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	TOTAL
1	ÁGUA BRANCA	5/12/2011	FORA-SERRA DE	112	98	65	78	0	0	49	50	0	0	226	226	452
2	ÁGUA BRANCA	6/12/2011	FORA-SERRA DE	108	107	66	90	0	0	85	90	0	0	259	287	546
3	AGUIA	3/12/2011	FORA-VALÉ DO	84	99	25	25	0	0	31	26	0	0	140	150	290
4	ALAGOA GRANDE	30/9/2011	FORA-PIEMONT	73	48	0	0	0	0	54	25	0	0	127	73	200
5	ALAGOA NOVA	02/09/2011	T-BORBOREMA	70	32	43	27	42	22	57	38	0	0	212	119	331
6	APARECIDA	17/10/2011	FORA-MÉDIO PI	103	96	0	0	0	0	93	92	0	0	112	96	208
7	ARARA	14/12/2011	T-BORBOREMA	92	64	36	47	30	16	62	54	0	0	220	181	401
8	AREIA	16/12/2011	T-BORBOREMA	60	96	27	36	32	27	52	45	0	0	171	204	375
9	AREIAL	19/12/2011	T-BORBOREMA	85	58	33	31	23	16	54	47	0	0	195	152	347
10	BANANEIRAS	7/11/2011	FORA	159	55	61	62	51	46	77	83	0	0	348	246	594
11	BARRA DE SANTANA	14/09/2011	FORA-CARIRI O	93	90	92	63	27	40	72	61	0	0	284	254	538
12	BARRA DE SÃO MIGUEL	15/09/2011	FORA-CARIRI O	78	78	55	72	14	9	82	75	0	0	229	234	463
13	BELÉM	12/11/2011	FORA	174	76	64	84	21	10	85	67	0	0	344	237	581
14	BELÉM	21/12/2011	FORA	145	62	49	54	53	44	68	78	0	0	315	238	553
15	BELÉM DO BREJO DO C	22/10/2011	FORA-MÉDIO PI	180	88	0	0	21	17	104	113	0	0	305	218	523
16	BOM SUCESSO	19/10/2011	FORA-MÉDIO PI	68	42	0	0	22	16	64	54	0	0	154	112	266
17	BOQUEIRÃO	27/07/2011	FORA-CARIRI O	52	43	0	0	0	0	36	21	0	0	88	64	152
18	BOQUEIRÃO	28/07/2011	FORA-CARIRI O	68	56	0	0	0	0	44	34	0	0	112	90	202
19	BREJO DOS SANTOS	20/10/2011	FORA-MÉDIO PI	67	48	0	0	16	11	34	29	0	0	117	88	205
20	CABACEIRAS	24/11/2011	FORA-CARIRI O	118	74	55	50	23	19	83	63	0	0	279	206	485
21	CABACEIRAS	25/11/2011	FORA-CARIRI O	49	34	25	30	0	0	53	29	0	0	127	93	220
22	CAPIM	22/12/2011	T-ZONA DA MAT	99	62	47	11	29	18	31	49	0	0	206	140	346
23	CASSERENGUE	15/12/2011	T-BORBOREMA	39	36	21	29	44	11	39	28	0	0	143	104	247
24	CATOLÉ DO ROCHA	23/10/2011	FORA-MÉDIO PI	55	29	0	0	38	13	48	36	0	0	141	78	219
25	CATURITE	26/11/2011	FORA	90	84	50	75	24	14	62	64	0	0	226	237	463
26	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	3/10/2011	T-ZONA DA MAT	57	47	0	0	73	44	57	43	0	0	187	134	321
27	GURINHEM	31/08/2011	FORA-VALE DO	64	53	0	0	0	0	63	66	0	0	127	119	246
28	IGARACY	4/12/2011	FORA-VALÉ DO	76	110	25	30	12	10	30	39	0	0	143	189	332
29	INGA	17/09/2011	FORA-VALE DO	29	38	0	0	31	19	28	21	0	0	88	78	166
30	ITAPORANGA	14/11/2011	FORA	147	22	71	67	0	0	82	57	0	0	300	146	446
31	ITAPORANGA	15/11/2011	FORA	121	44	53	45	0	0	61	46	0	0	235	135	370
32	ITATUBA	27/08/2011	FORA-VALE DO	65	33	0	0	30	21	78	41	0	0	173	95	268
33	JUAREZ TAVORA	01/09/2011	FORA-VALE DO	57	48	33	20	25	30	85	70	0	0	200	168	368
34	JURU	9/12/2011	FORA-SERRA DE	212	91	130	131	0	0	122	114	0	0	464	336	800
35	LAGOA DE DENTRO	13/11/2011	FORA	118	60	57	51	41	33	67	47	0	0	283	191	474
36	LAGOA SECA	13/09/2011	T-BORBOREMA	130	64	0	0	19	15	119	69	0	0	268	148	416
37	LOGRADOURO	11/11/2011	FORA-PIEMONT	64	63	35	25	16	11	48	23	0	0	163	122	285
38	MÃE D'ÁGUA	23/11/2011	T-MÉDIO SERTÃO	103	56	50	53	11	22	103	70	0	0	267	201	468
39	MAMANGUAPE	1/10/2011	T-ZONA DA MAT	59	69	0	0	46	35	84	80	0	0	189	184	373
40	MASSARANDUBA	12/09/2011	T-BORBOREMA	96	76	0	0	31	19	78	71	0	0	205	166	371
41	MOGEIRO	28/08/2011	FORA-VALE DO	63	40	0	0	30	21	76	50	0	0	169	111	280
42	MONTADAS	18/12/2011	T-BORBOREMA	96	50	39	47	9	4	58	60	0	0	202	161	363
43	MONTEIRO	27/05/2011	T-CARIRI OCIDE	51	61	0	0	0	0	35	45	0	0	86	106	192
44	MONTEIRO	28/05/2011	T-CARIRI OCIDE	51	38	0	0	0	0	28	33	0	0	79	71	150
45	MULUNGU	30/08/2011	FORA-PIEMONT	49	55	68	30	64	66	97	79	0	0	278	230	508
46	NATUBA	26/08/2011	FORA-VALE DO	53	51	0	0	12	14	107	95	0	0	172	160	332
47	PATOS	21/11/2011	T-MÉDIO SERTÃO	110	57	53	42	0	0	61	43	0	0	224	142	366
48	PATOS	22/11/2011	T-MÉDIO SERTÃO	97	59	61	34	0	0	41	53	0	0	199	146	345

Nº de Ordem	MUNICÍPIO	DATA DO MUTIRÃO	TERRITÓRIOS DA CIDADANIA	RG		CPF		RN / CASAMENTO		CTPS		PESCA		TOTAL DOCUMENTAÇÃO			
				FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	TOTAL	
49	PILAR	27/9/2011	T-ZONA DA MAT	71	56	0	0	32	24	103	86	0	0	206	166	372	
50	PILÕES	9/11/2011	T-BORBOREMA	93	51	60	50	0	0	58	52	0	0	211	153	364	
51	PRINCESA ISABEL	7/12/2011	FORA-SERRA DE	107	90	31	51	0	0	43	58	0	0	181	199	380	
52	PRINCESA ISABEL	8/12/2011	FORA-SERRA DE	105	75	64	56	0	0	64	46	0	0	233	177	410	
53	QUEIMADAS	16/09/2011	T-BORBOREMA	92	68	0	0	34	16	77	42	0	0	203	126	329	
54	REMIGIO	17/12/2011	T-BORBOREMA	121	54	58	38	0	0	89	56	0	0	268	148	416	
55	RIACHO DOS CAVALOS	18/10/2011	FORA-MÉDIO PI	99	91	0	0	38	13	81	78	0	0	218	182	400	
56	RIO TINTO	2/10/2011	T-ZONA DA MAT	56	41	0	0	0	0	54	27	0	0	110	68	178	
57	SALGADO DE SÃO FELI	29/08/2011	FORA-VALE DO	61	50	42	20	10	9	45	59	0	0	158	138	296	
58	SANTANA DE MANGUE	1/12/2011	FORA-VALÉ DO	101	85	58	72	33	29	88	87	0	0	280	273	553	
59	SÃO JOSÉ DE ESPINHAR	24/10/2011	T-MÉDIO SERTÃO	73	47	0	0	22	18	52	43	0	0	147	108	255	
60	SÃO JOSÉ DE LAGOA DE	20/12/2011	FORA	100	66	45	63	25	11	99	54	0	0	269	194	463	
61	SÃO JOSÉ DO BREJO DO	21/10/2011	FORA-MÉDIO PI	78	32	0	0	149	91	133	61	0	0	360	184	544	
62	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	26/09/2011	T-ZONA DA MAT	66	64	0	0	0	0	86	79	0	0	152	143	295	
63	SÃO MIGUEL DE TAIPUÍ	19/09/2011	T-ZONA DA MAT	80	55	0	0	0	0	46	47	0	0	126	102	228	
64	SAPÉ	29/9/2011	T-ZONA DA MAT	62	58	0	0	28	28	53	41	0	0	143	127	270	
65	SERRA GRANDE	2/12/2011	FORA-VALÉ DO	95	66	48	40	29	32	93	90	0	0	265	228	493	
66	SERRARIA	8/11/2011	T-BORBOREMA	148	73	75	65	0	0	108	90	0	0	331	228	559	
67	SOBRADO	28/9/2011	T-ZONA DA MAT	71	56	0	0	0	0	75	56	0	0	146	112	258	
68	SOLANEA	10/11/2011	T-BORBOREMA	70	39	33	39	13	9	43	43	0	0	159	130	289	
69	TEIXEIRA	30/11/2011	T-MÉDIO SERTÃO	128	57	80	115	55	38	146	110	0	0	409	320	729	
70	UMBUZEIRO	18/09/2011	FORA-VALE DO	54	57	0	0	64	42	59	69	0	0	177	168	345	
62 MUNICÍPIOS				TOTAL 2011	6220	4271	2083	2048	1492	1073	4822	4040	0	0	14533	11340	25873

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Detalhamento execução orçamentária/financeira

Documentação da Trabalhadora Rural	Recebido	Empenhado	Pago	Saldo a pagar
Diárias no país	29.612,35	29.612,35	29.612,35	0,00
Despesas com deslocamentos	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00
Locação de meios de transporte			8.000,00	0,00
Aquisição de material permanente	932,8	932,8	0,00	932,80
Sub-total	38.545,15	38.545,15	37.612,35	932,80
Ir 8402 999tc				
Diárias no país	82.274,00	82.274,00	82.274,00	0,00
Material de consumo	28.355,00	28.355,00	14.355,00	14.000,00
Combustíveis e lubrificantes automotivos			7.000,00	14.000,00
Material de expediente			0,00	0,00
Material de processamento de dados			0,00	0,00
MATERIAL DE copa/cozinha			0,00	0,00
Material der limpeza e higienização			0,00	0,00
Material p/ manutenção de veículos			1.000,00	0,00
Material de consumo - pagto antecipado			6.355,00	0,00
Despesas com deslocamentos	8.000,00	8.000,00	7.820,44	179,56
Passagens para o país			1.927,49	179,56
Locação de meios de transporte			5.892,95	0,00
Serviços de terceiros - pessoa física	55.312,50	55.312,50	55.312,50	0,00
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	55.173,46	55.173,46	45.419,07	9.754,39
Manutenção de software			0,00	1.800,00
Manutenção e conserv. de veículos			3.575,65	6.954,39
Serviços de energia elétrica			0,00	0,00
Serviços de telecomunicações			20.850,00	0,00
Serviços de áudio, vídeo e foto			7.776,28	0,00
Serviço de apoio adm.tec.operacional			6.266,32	0,00
Outros serv.de terceiros pj- pagto antecipado			1.740,82	0,00
Despesas com teleprocessamento			5.210,00	1.000,00
Sub-total	229.114,96	229.114,96	205.181,01	23.933,95
Total cidadania e efetivação dos direitos	267.660,11	267.660,11	242.793,36	24.866,75

Fonte: siafi

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-as unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2160614274470	A	3	Família	4462	2086	7446	9532	213,63	9532*

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.685.463,83	4.214.713,07	4.214.713,07	100	3.206.094,40	76,07	3.205.838,96	76,06

Fonte: Siafi

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividades	Unid	Iniciadas em exercícios anteriores		Iniciadas no exercício de 2011		Total	
		Excluídas e/ou remanejadas para outro contrato	Em execução	Concluídas	Em execução	Excluídas e/ou remanejadas para outro contrato	Em execução
Serviço de Assistência Técnica	Fam	277	7.169	0	2.086	277	9.255
	Pa	8	137	0	56	8	193
Elaboração de PDA	Fam	901	281	0	282	901	563
	Pa	25	9	0	11	25	20
Elaboração de PRA	Fam	303	913	0	124	303	1037
	Pa	7	18	0	2	7	20

Fonte: SIR - Módulo de Monitoramento

Antecedentes

O cumprimento desta ação quanto aos valores e critérios estão fixados através da NE/INCRA/ nº 71/2008, e Manual de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES.

As primeiras ações da Superintendência Regional com vistas à prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, tiveram início através de convênios plurianuais, período de 2004 a 2007.

Neste período, no transcorrer da execução das atividades do plano de trabalho das convenientes, várias dificuldades, entraves e intercorrências foram aflorados, de modo a não ser possível atingir os objetivos pactuados, proporcionando conseqüências graves, prejudicando, sobremaneira as famílias assentadas, tais como: descontinuidade dos serviços de ATES, em razão das interrupções periódicas na liberação de recursos; falta de orientação pautada em práticas voltadas ao paradigma agroecológico; interrupção de projetos produtivos; migração de várias famílias para a ATER - Assistência Técnica do PRONAF-A; aumento do passivo de regularização ambiental, sobretudo, em função da não contratação de PDA/PRA (metas de outros Programas/Ações à época); diminuição abrupta do número de famílias assistidas, pois iniciou, em 2004, com 8.628 famílias e encerrou 2007 com apenas 2.387 famílias. Portanto, as famílias assentadas no Estado da Paraíba tiveram uma trajetória negativa, no que concerne à política de assistência técnica neste período de análise (2004-2007).

Com o entendimento de que a experiência da prestação dos serviços de Assessoria técnica, social e ambiental - ATES, mediante celebração de convênios entre INCRA e entidades prestadoras de serviço, não obteve o êxito desejado anteriormente, a Superintendência Regional do INCRA na Paraíba adotou como estratégia a execução desta ação via Contratos, através de processo licitatório, tendo ao final do exercício financeiro de 2008 contratados os serviços de assessoria técnica para 6.892 famílias, de 146 PA's, elaboração de 12 PDA's e 15 PRA's.

No exercício de 2009, através de Termos Aditivos, foi assegurada a continuidade dos serviços de ATES para 6.799 famílias, contratação para mais 678 famílias e elaboração de mais 12 PDA's e 15 PRA's.

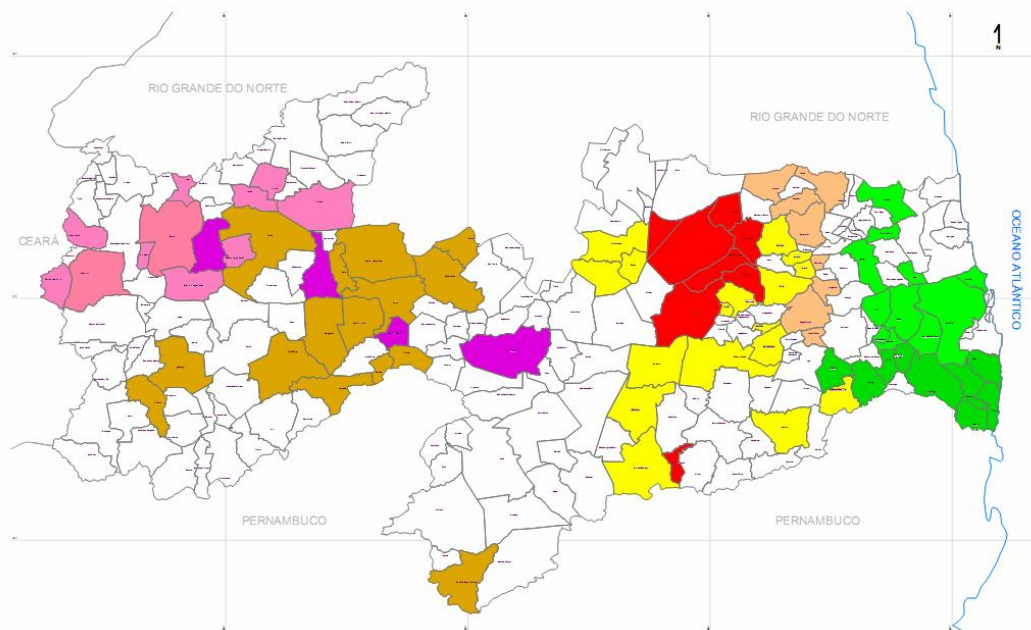
Em 2010 foi iniciada a prestação dos serviços para um número de 7.473 famílias, ao longo do exercício, por motivos de exclusão, houve um decréscimo de 1.656 famílias da previsão inicial. Após os ajustes realizados no exercício, inclusive com a inclusão de 1.619 novas famílias atendidas pelos contratos vigentes, encerrou-se o exercício com uma execução de 7.436 famílias atendidas por ATES e o recebimento de mais 15 PDA's e 6 PRA's, das metas assumidas por esta Superintendência Regional no Plano de Ação Ambiental encaminhado ao TCU em 2009, em cumprimento ao Acórdão 2633/2007.

Ainda no exercício de 2010 foi realizada pesquisa de Avaliação sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos, que organizou um conjunto de indicadores e dados sobre o

desenvolvimento dos assentamentos de todos os estados brasileiros referentes a aspectos sócio-econômicos, institucionais, ambientais, dentre outros.

Em 2011 a SR-18 ofereceu, por meio 07 (sete) contratos, com 05 entidades, assistência técnica, social e ambiental – ATEs para 9.232 famílias em 196 assentamentos. Além destas, há 874 famílias, em 13 assentamentos, que foram assistidas pelo Projeto Dom Helder Câmara- PDHC; também 16 famílias sendo assistidas por meio do PRONAF- ATER. Portanto das 12.931 famílias assentadas no Estado da Paraíba pelo INCRA, 71,4% estão atendidas com ATEs/INCRA e distribuídas geograficamente conforme quadro abaixo:

(Situação: Municípios com Projetos de Assentamento assistidos por ATEs/INCRA)



No final de 2011, a ação de ATES apresentava desempenho conforme quadros abaixo:

PRESTADORAS	EXECUÇÃO ATES				
	Dezembro 2010-fam	Família excluída ou remanejada para outro contrato 2011	Família incluída 2011	Em execução para 2012	Quant PA's
Territórios					
AGEMTE MATA NORTE	2106	0	42	2148	27
COONAP	1218	456	29	791	20
CONSPLAN	1468	70	0	1398	21
COOPTERA	0	0	1747	1747	46
SUB-TOTAL	4792	526	1818	6084	114
Jurisdição					
AGEMTE BREJO	1431	104	54	1381	35
COONAP	303	0	241	544	12
CONSPLAN	0	0	70	70	1
COOPTERA	0	0	243	243	8
CAAASP	910	0	0	910	26
SUB-TOTAL	2644	104	608	3148	82
TOTAL	7436	630	2426	9232	196

Fonte: Setor de ATES

PRESTADORAS	ELABORAÇÃO PDA								ELABORAÇÃO PRA							
	Dezembro-2010		Incluída 2011		Concluída 2011		Em execução para 2012		Dezembro-2010		Incluída 2011		Concluída 2011		Em execução para 2012	
	fam	PA's	fam	PA's	fam	PA's	fam	PA's	fam	PA's	fam	PA's	fam	PA's	fam	PA's
Territórios																
AGEMTE MATA NORTE	70	2	0	0	70	2	0	0	276	4	0	0	42	1	234	3
COONAP	285	11	0	0	218	7	67	4	91	3	0	0	16	1	75	2
CONSPLAN	128	2	0	0	128	2	0	0	301	5	0	0	216	4	85	1
COOPTERA	0	0	89	4	0	0	89	4	0	0	124	2	0	0	124	2
COOPAGEL (Contrato encerrado)	190	5	0	0	125	4	65	1	29	1	0	0	29	1	0	0
SUB-TOTAL	673	20	89	4	541	15	221	9	697	13	124	2	303	7	518	8
Jurisdição																
AGEMTE BREJO	42	1	0	0	0	0	42	1	519	12	0	0	0	0	519	12
COONAP	62	2	0	0	62	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONSPLAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COOPTERA	0	0	193	8	0	0	193	7	0	0	0	0	0	0	0	0
COOPAGEL (Contrato encerrado)	114	3	0	0	70	2	44	1	0	0	0	0	0	0	0	0
CAAASP	291	8	0	0	229	6	62	2	0	0	0	0	0	0	0	0
SUB-TOTAL	509	14	193	8	361	10	341	11	519	12	0	0	0	0	519	12
TOTAL	1182	34	282	12	902	25	562	20	1216	25	124	2	303	7	1037	20

Fonte: Setor de ATES

Da análise e acompanhamento da evolução desta Ação de ATES, para o período apresentado (2004-2007 e 2008-2011), confirmamos que representa papel estratégico no fomento ao desenvolvimento dos assentamentos constituídos no Estado da Paraíba, proporcionando a efetiva presença do Poder Público nas áreas reformadas. Como dado adicional e resultado das ações de ATES, especificamente elaboração de PDA's e PRA's, foram contratados 118 PRONAF's nas modalidades A, A/C, num montante de R\$ 1.422.172,70

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112214272272	A	3	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
212.588,00	383.742,08	370.743,80	96,61	368.164,73	95,94	363.928,95	95,94

Fonte: Siafi

Detalhamento execução orçamentária/financeira

GAP -ATES	Recebido	Empenhado	Pago	Saldo a pagar
Suporte operacional				
Diárias no país	211.866,16	211.866,16	211.866,16	0,00
Material de consumo	78.851,86	78.851,86	78.851,86	0,00
Combustíveis e lubrificantes automotivos			46.300,00	0,00
Material p/ manutenção de veículos			32.551,86	0,00
Despesas com deslocamentos	50.008,78	50.008,78	49.429,71	579,07
Passagens para o país			4.220,93	579,07
Locação de meios de transporte			45.208,78	0,00
Serviços de terceiros - pessoa física	9.912,00	9.912,00	9.912,00	0,00
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.105,00	20.105,00	18.105,00	2000,00
Manutenção e conserv. de veículos			8.000,00	0,00
Despesas com teleprocessamento			10.105,00	2000,00
Sub-total	370.743,80	370.743,80	368.164,73	2.579,07
Total da ação	370.743,80	370.743,80	368.164,73	2.579,07

Fonte: Siafi

A Tabela acima denominada “Detalhamento da execução orçamentária/financeira”, demonstra a execução de despesas administrativas necessárias para acompanhamento/supervisão das metas físicas relativas ao Programa.

Em geral os recursos das ações denominadas GAP, suporte dos programas finalísticos, não são descentralizados na sua totalidade (conforme programado) em função dos contingenciamentos anuais, que em 2011 ocorreu através do Decreto 7445. Essa limitação obriga os gestores a mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, para atendimento das despesas fixas contratuais imprescindíveis para concretização das metas (locação/manutenção de viaturas, aquisição de combustíveis, publicações, GPS, etc) quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços.

Também ressalte-se que é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Importa registrar que a cada exercício os recursos recebidos para o custeio administrativo decresceram desproporcionalmente às demandas criadas.

Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2136313508370	A	3	Profissional formado	120	0	96	96	80	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
509.335,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi

Em 2011, foram concluídos dois cursos superiores de Licenciatura em Pedagogia e História, executados desde 2008, em parceria com o Incra/Sede e a Universidade Federal da Paraíba, através de Destaque Orçamentário, supervisionados por esta Superintendência Regional, conforme Tabelas a seguir:

TABELA 36 -
HISTÓRIA

Exercício	Meta inicial	Desistentes	Reprovados	Concluintes
	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
2008	60	3	0	57
2009	57	6	0	51
2010	51	3	0	48
2011	48	0	0	48
TOTAL	0	9	0	48

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 37 -
PEDAGOGIA

Exercício	Meta inicial	Desistentes	Reprovados	Concluintes
	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
2008	59	1	0	58
2009	51	3	0	48
2010	48	0	0	48
2011	48	4	0	44
TOTAL	0	8	0	44

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Principais resultados:

É de extrema importância a inserção da escola nas áreas de assentamento e vice-versa, através da participação de professores e alunos assentados em visitas técnicas e de intercâmbio. Com a implantação de campos experimentais que aos poucos se delineiam os educandos têm a chance de captar/vivenciar a realidade dos assentamentos da reforma agrária e da EAFS, o que propicia uma particular troca de saberes entre o popular e o científico. Como resultado, tais profissionais certamente formularão novos conceitos e atitudes com relação às políticas públicas educacionais mais eficazes que possibilitem um desenvolvimento mais harmônico, sustentável e ecologicamente correto, valorizando a agricultura familiar e dando condições para permanência do homem no campo

Constatou-se ainda que através desta parceria e com recursos relativamente pequenos, obteve-se uma extraordinária relação custo/benefício, uma vez que as convenientes dispõem de ótima estrutura física e de um corpo docente altamente qualificado e sensibilizado com as questões da Reforma Agrária. O resultado é uma excelente formação dos alunos beneficiários, com resposta favorável para o desenvolvimento sustentável das áreas de assentamento e da agricultura familiar. Os alunos aumentam, através da qualificação profissional, suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ao retornarem para suas comunidade, promovem mudanças qualitativas.

O acompanhamento e supervisão do Convênio cumprem os seguintes critérios:

1. Visitas realizadas *in loco*;
2. Aplicação de formulário de avaliação do curso/etapa pelos próprios alunos;
3. Fiscalização das contratações junto aos fornecedores;
4. Relatório de atividades, contendo a avaliação da execução das etapas, tabulação dos formulários de avaliação do curso pelos alunos, checagem da relação nominal dos educandos entrevistados;
5. Análise formal da prestação de contas pelo setor de convênios.

No entender da Superintendência, os maiores avanços ocorreram a partir da realização dos cursos através de “Destaque Orçamentário”, pois evita os transtornos decorrentes da não liberação de recursos financeiros devido a problemas nas prestações de contas de parcelas, que em função disso, acarretava descontinuidade da ação.

2.3.7.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112213502272	A	3	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
17.500,00	53.276,41	46.234,97	86,78	42.658,04	80,07	42.658,04	80,07

Fonte: Siafi

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP, visa o suporte para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para a concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos para gestão foram utilizados para o acompanhamento e supervisão do convênio dos cursos superiores de Licenciatura em História e em Pedagogia, realizados através de Destaque Orçamentário, porém, acompanhado por esta superintendência.

A regular disponibilidade de recursos, aliada à redução da quantidade de convênios anteriormente acompanhados, permitiu aos asseguradores do Pronera, no exercício de 2011, a adequada supervisão dos dois acima referidos, o que se traduziu em uma melhoria para os mesmos, em decorrência de um maior contato INCRA/Instituição de Ensino/Educandos assentados.

Detalhamento execução orçamentária/financeira

GAP - PRONERA	Recebido	Empenhado	Pago	Saldo a pagar
Serviços de suporte operacional				
Diárias no país	31.613,56	31.613,56	31.613,56	0,00
Material de consumo	9.473,41	9.473,41	9.473,41	0,00
Material p/ manutenção de veículos			9.473,41	0,00
Despesas com deslocamentos	900	900	723,07	176,93
Passagens para o país			723,07	176,93
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.248,00	4.248,00	848	3.400,00
Manutenção e conserv. de veículos			848	3.400,00
Total da ação	46.234,97	46.234,97	42.658,04	3.576,93

Fonte: Siafi

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101382105	A	3	Imóvel	3559	6236	0	6236	175,22	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
32.031,00	30.532,23	23.398,38	76,64	23.398,38	76,64	23.398,38	76,64

Fonte: Siafi

O Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, é um documento fornecido pelo INCRA aos proprietários ou detentores de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, sem o qual não poderão os proprietários, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda os imóveis rurais. Em caso de sucessão *causa mortis*, nenhuma partilha, amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente sem apresentação do referido certificado.

É o que prevê o artigo 22 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, com as alterações dadas pela Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que alterou dispositivos das Leis nº 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e 9.393, de 19 de dezembro de 1966.

Portanto, é obrigatório para a transmissão de domínio e lavratura das escrituras nos serviços de registro de imóveis, conforme especifica o Decreto nº 93.240, de 09 de setembro de 1986, que regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, comprovação da regularidade cadastral nas operações de financiamento junto às instituições financeiras e para apresentação junto à Previdência nos requerimentos de aposentadoria, dentre outros. Sua validade está condicionada às competências dos exercícios nele estabelecidas e pode ser emitida diretamente nas Superintendências; nas Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, através do SNCR, ou via Internet, disponibilizado desde 2009, para garantir aos detentores de imóveis uma maior acessibilidade ao ato de requerimento do CIR conforme tabela abaixo:

Tabela de Detalhamento da Meta Física

MÊS	Atualizações Cadastrais	Emissão de CCIR	
	SNCR_WEB	SNCR_WEB	INTERNET
Janeiro	320	639	991
Fevereiro	499	907	1088
Março	442	940	1110
Abril	391	797	951
Maio	544	1209	1346
Junho	473	839	1003
Julho	356	340	1129
Agosto	515	859	1.728
Setembro	648	1.137	2.737
Outubro	724	982	1.261
Novembro	812	832	1.208
Dezembro	512	773	1.144
	6236	10254	15696

Através da conjugação de esforços materiais e humanos para a execução das atividades de análise cadastral em suporte operacional às atividades desenvolvidas na UJ, é possível a celebração de Acordos de Cooperação Técnica, sem transferência de recursos, com as Prefeituras Municipais, responsáveis pelas Unidades, que funcionam como redes auxiliares do SNCR nos municípios, para a Manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a prestação de informações e formulários aos interessados sobre quaisquer questões relacionadas ao cadastramento de imóveis rurais e emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR possibilitando cumprir o

estabelecido no art. 46 da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, no art. 52 do Decreto n.º 55.891, de 31 de março de 1965, e no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990.

No exercício de 2011 foram celebrados 54 (cinquenta e quatro) Acordos de Cooperação Técnica com as prefeituras municipais do Estado que manifestaram interesse em manter ou implantar a Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, somando-se aos 26 (vinte e seis) Acordos renovados no exercício de 2010, chega-se a um total de 80 (oitenta) Acordos de Cooperação Técnica em vigor com as prefeituras paraibanas.

A partir da celebração desses Acordos é possível promover a qualificação, por meio da capacitação dos funcionários representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC. Nesse sentido, a Superintendência Regional, no exercício de 2011, por meio do Serviço de Cadastro Rural, realizou atividades de treinamentos e supervisões nas Unidades Municipais de Cadastramento - UMC's sobre preenchimento, distribuição, recepção, bem como da análise e digitação das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, no SNCR para as propriedades com áreas de até 4 módulos fiscais.

Estas atividades são imprescindíveis refletindo diretamente na melhora da qualificação dos dados, dando agilidade na inclusão/atualização destes no SNCR, observando que instrutores são os mesmos servidores do quadro da Superintendência responsáveis pelos serviços de atualizações cadastrais.

Detalhamento das principais atividades

Nº ordem	Unidades Municipais de Cadastro	Ações desenvolvidas em 2011
1	Serraria	Treinamento para análise, comandos e digitação das Declarações p/ Cadastro de Imóveis Rurais no SNCR/WEB
2	Monteiro	Treinamento para análise, comandos e digitação das Declarações p/ Cadastro de Imóveis Rurais no SNCR/WEB
3	Monte Horebe	Treinamento para análise, comandos e digitação das Declarações p/ Cadastro de Imóveis Rurais no SNCR/WEB
4	Esperança	Treinamento para análise, comandos e digitação das Declarações p/ Cadastro de Imóveis Rurais no SNCR/WEB
5	Areia	Treinamento para análise, comandos e digitação das Declarações p/ Cadastro de Imóveis Rurais no SNCR/WEB
6	Jacaraú	Treinamento para análise, comandos e digitação das Declarações p/ Cadastro de Imóveis Rurais no SNCR/WEB
7	Bonito de Santa Fé	Treinamento para recepção e preenchimento dos formulários das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais
8	São Sebastião de Lagoa de Roça	Treinamento para recepção e preenchimento dos formulários das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais
9	Monte Horebe	Supervisão aos trabalhos dos funcionários responsáveis pela UMC
10	Itaporanga	Supervisão aos trabalhos dos funcionários responsáveis pela UMC
11	Igaracy	Supervisão aos trabalhos dos funcionários responsáveis pela UMC
12	Patos	Supervisão aos trabalhos dos funcionários responsáveis pela UMC
13	Lagoa Seca	Supervisão aos trabalhos dos funcionários responsáveis pela UMC

Fiscalização Cadastral

A atividade de Fiscalização engloba o controle da aquisição de terras por estrangeiros; a elaboração dos extratos de cadeias sucessórias de domínio de imóveis rurais, para serem utilizadas em instrução de processo administrativo de desapropriação e regularização de território remanescente de quilombo; participação nas vistorias técnicas para aferição do cumprimento da função social da propriedade rural e classificação do imóvel rural com base no Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE; subsidiar a Comissão de Vistoria e a Procuradoria nas contestações e impugnações aos Laudos Agrônômicos de Fiscalização, das vistorias realizadas; análise das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais passíveis de georreferenciamento e certificação pelo INCRA; análise de processos administrativos de certificação; abertura e análise dos processos administrativos de fiscalização cadastral; visitas e diligências nos Serviços Registros de Imóveis, visando repassar as orientações quanto ao cumprimento da Lei nº 5.709/1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.964/1974 e a Lei 10.267/2001 e seus decretos regulamentadores, relativamente ao Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais-CCIR, Georreferenciamento com a Certificação do INCRA, desmembramento de imóveis rurais.

Outras atividades Desenvolvidas:

- Participação de fiscal em análise de processos de fiscalização cadastral na Superintendência Regional de Alagoas – SR-22/AL;
- Atendimento a proprietários, técnicos e Oficiais de Registro de Imóveis para esclarecimento sobre as pendências cadastrais e no exame da certidão imobiliária referente ao processo de certificação;
- Análise e parecer em processos administrativos referente ao desmembramento de imóvel rural para outros fins, com base no Decreto nº 62.504/1968;
- Participação de fiscal em Grupo de Trabalho de homologação do “módulo de Usuário/Perfis de Usuários” do SNCR. Preparação da logística para recadastramento geral de usuários do SNCR a ser realizado em 2011, mediante convocação do Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF, em Brasília/DF;
- Participação de fiscal na Ordem de Serviço INCRA/DF/002/2011, publicada no Boletim de Serviço de 28/02/2011, para coordenar Grupo de Trabalho para elaboração de Norma de Execução com vistas a normatizar procedimentos para cadastro no SNCR e registro no SNCR de imóveis em Território Quilombolas;
- Participação de fiscal, por meio de convocação da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Coordenação-Geral de Cadastro Rural, para análise e informações em processos administrativos que tratam de assuntos inerentes ao SNCR e o cadastro rural;
- Participação de fiscal para integrar equipe que realizou a revisão da minuta do Manual de Orientação para Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro, por convocação da DF;
- Participação de fiscal, por convocação da DF, para compor equipe que desenvolveu os trabalhos de revisão da Instrução Normativa nº 66/2010;
- Participação de fiscal, mediante convocação do Diretor da DF, em reunião de grupo técnico e procuradores sobre os procedimentos de Certificação de Imóvel Rural e Cadastro Rural.

Principais Dificuldades:

- Carência de servidor técnico especializado para as atividades de análise e digitação das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais

Ressalte-se que no Serviço de Cadastro Rural há apenas 03 (três) servidores para realizar os trabalhos de análise e processamentos das Declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, cerca de 4 mil ano. Sendo que 02 (dois) servidores têm tempo para se aposentar, podendo requerer o benefício a qualquer momento.

- Carência de servidor técnico especializado para o desenvolvimento das atividades do Serviço de Cartografia.

O Serviço de Cartografia não dispõe de nenhum Engenheiro Cartógrafo e/ou Agrimensor. Conta atualmente com uma servidora de Nível Médio, no cargo de Técnico em Desenvolvimento Agrário, que responde pelo Setor e o Comitê de Certificação Regional, se responsabilizando por todos os processos de certificação de imóveis rurais que tramitam nesta Regional, além de atender os trabalhos de campo referente georreferenciamento dos Projetos de Assentamentos, fiscalização de trabalhos feitos por empresas particulares, atividades de vistorias, demarcação do perímetro das comunidades quilombolas e demais atividades que requer procedimentos cartográficos.

Os demais servidores, em número de três, também de nível médio, ajudam nas atividades dentro do limite técnico e de suas funções (um Assistente de Administração, um Assistente Técnico e um Técnico Agrícola). Desses três um se encontra à disposição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD e outro com tempo e idade para aposentadoria (40 anos de serviço).

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101384426	A	3	Hectare	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	77.901,39	77.539,47	99,54	36.362,47	46,68	36.362,47	46,68

Fonte: Siafi

O cumprimento desta ação está fixado através Lei nº. 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº. 4.449/2002, que alterou dispositivos da Lei nº. 6.015/1973, NE/INCRA/96, de 15/09/2010 - Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Antecedentes:

Convênio plurianual em vigência celebrado entre o INCRA e o Governo do Estado da Paraíba, tendo como órgão executor o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA), iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondente registro imobiliário (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

O convênio em pauta tem sofrido solução de continuidade desde início de 2009, em função da conjuntura política ocorrida no Estado, com a mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e no do Instituto de Terras da Paraíba - INTERPA, aliado ao processo eleitoral em 2010. Em que pese todo o esforço por parte da Superintendência em 2010 no sentido de retomar as atividades, não houve interesse do Governo do Estado, havendo apenas prorrogação de sua vigência por meio de termo aditivo para junho/2011, na perspectiva de que novo Governo demonstre interesse em concluir os trabalhos.

Por tudo isso e por solicitação do INTERPA, foram publicados 5 (cinco) Termos Aditivos de prazos, justificados em razão das mudanças de Governo do Estado e da presidência do órgão estadual, acarretando dificuldades administrativas na continuidade e na retomada das atividades do Convênio.

O último Termo Aditivo prorroga o prazo de vigência do Convênio do dia 31/07/2011 para o dia 31/07/2012, visando à continuidade dos trabalhos e conclusão da 2ª Etapa do Convênio, comprometendo-se a fazer, ainda no mês de junho de 2011, a entrega dos objetos faltantes para comprovação de conclusão da 1ª Etapa, ou seja, os 300 títulos definitivos emitidos.

Os trabalhos e metas da 1ª Etapa foram cumpridos, com a arrecadação da área devoluta do Estado, devidamente registrado no Serviço de Registro de Imóveis e emitidos os títulos definitivos, com a realização dos trabalhos de georrefecimento, atualização cadastral dos imóveis no SNCR e abertura dos processos de certificação.

Situação do convênio/prestação de contas e incidentes

Após a publicação da última prorrogação do Convênio, por meio do Quinto Termo Aditivo, ocorreu a entrega das peças técnicas objeto das metas da 1ª Etapa pelo INTERPA, as quais foram aprovadas tecnicamente pelo Serviço de Cartografia desta SR-18/PB, uma vez que atendiam os termos do convênio. Posteriormente, o Núcleo de Convênio desta SR-18/PB emitiu parecer impugnando as despesas realizadas após o período de 02/07/2008 a 31/03/2009, com base no princípio da anualidade orçamentária, estabelecido no art. 2º, da Lei nº 4.320/64 combinado com o art. 30, § 1º do Decreto nº 93.872/86 (doc. de fls. 3974/3990, do processo administrativo 54320.00322/2008-21 – Vol. XIX).

O entendimento do setor de Convênios é que os recursos repassados no exercício de 2008 seriam exatamente para as execuções das atividades previstas para àquele exercício, estendido excepcionalmente, a 31/03/2009. Enfatizando, também, que não houve autorização do órgão cedente (INCRA) para que o INTERPA continuasse utilizando o saldo dos recursos do Convênio existente na conta específica, para retomada das atividades.

Finalmente, o referido parecer, sugere notificar o INTERPA para atendimento aos questionamentos constantes na prestação de contas visando possibilitar a sua conclusão.

O INTERPA apresentou sua defesa acompanhada vários documentos que instruem o processo, posteriormente encaminhou um Plano de Execução do Projeto para 2ª Etapa do Convênio para apreciação do INCRA. Foi expedida uma Nota Técnica sob o nº 11/2011, sobre a viabilidade técnica da execução do Projeto.

O Projeto e a Nota Técnica foram juntados ao processo administrativo do convênio INCRA/PB 54320.000322/2008-21, hoje com 19 volumes e mais de 4 mil páginas, permitindo assim, uma análise pelo Núcleo de Convênio e pela Procuradoria Federal Especializada INCRA/PB, no sentido de que possam emitir pareceres, dentro de suas competências, acerca da viabilidade do Convênio, levando-se em consideração a nova metodologia apresentada para execução do Projeto, bem como, observando-se o prazo previsto para empenho do crédito orçamentário próprio ainda para o exercício de 2011 — que estava disponível nesta Unidade Gestora o montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) —, que tinha como data-limite para o compromisso de despesa o dia 16/12/2011, conforme comunicado contido no MEMO/INCRA/CIRCULAR nº 591/DA, de 29 de novembro de 2011, que informava a retificação do item 2.2.1 da OS/INCRA/DA nº 21, de 24 de novembro de 2011.

O Núcleo de Convênio emitiu parecer em 13/12/2011 apontado uma série de irregularidades na Planilha de Custo e solicitando ajustes e depois retorno dos autos aquele Núcleo para análise da documentação complementar da prestação de contas e providências necessárias.

Retornando o processo ao Núcleo de Convênio, este emitiu parecer (fls. 4274/4285) com o entendimento que o INTERPA deverá devolver os recursos do saldo do Convênio existente em 01/04/2009, devidamente corrigido, na forma estabelecida para os débitos com a Fazenda Nacional, referente às despesas realizadas no período de 02/07/2008 a 31/03/2009, correspondente ao valor atualizado de R\$ 968.628,28, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Os autos foram encaminhados a Procuradoria Federal Especializada INCRA/PB, que por sua vez, encaminhou ao Gabinete da Superintendência para que fosse intimado o INTERPA para regularizar a pendência (recolhimento dos recursos) dentro do prazo estipulado.

O Superintendente encaminhou Ofício/INCRA/SR-18/G Nº 057/2012 ao INTERPA com a Guia de Recolhimento da União – GRU, no valor acima especificado com data de vencimento de 31/012012.

São as informações do Convênio referente ao exercício de 2011.

Finalmente, com referência aos recursos foi liberada uma única parcela no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) quando da publicação do Convênio, em 2008. Nos exercícios subsequentes não houve liberação de recursos por parte do INCRA, em face dos entendimentos emitidos pelo Núcleo de Convênio e pela Procuradoria Federal Especializada INCRA/PB e decisão do Superintendente Regional.

Atividades	Unid	Iniciadas em exercícios anteriores		Iniciadas no exercício de 2011		Total	
		Concluídas	Em	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Imóvel Georreferenciado	ha	0	55.000,00	0	0	0	55.000,00
	Imóv	0	1600	0	0	0	1600

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

O georreferenciamento é a perfeita identificação do imóvel rural, consistindo na descrição do imóvel rural, em seus limites, características e confrontações, através de memorial descritivo firmado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, "contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA" (art. 176, § 4º, da Lei 6.015/75, com redação dada pela Lei nº 10.267/01).

Tal procedimento veio a corrigir as imprecisões e distorções que constam nos Livros dos Serviços Registrais de Imóveis, possibilitando a perfeita identificação do imóvel. Com efeito, tornando-se eficaz o princípio da especialidade que rege os atos registraes.

Caberá ao INCRA certificar que a poligonal objeto do memorial descritivo não se sobrepõe a nenhuma outra constante de seu cadastro georreferenciado e que o memorial atende as exigências técnicas (art. 9º, do Decreto nº 4.449/2002), devendo os Serviços Notariais e Registraes de Imóveis observarem e exigirem esse procedimento em qualquer situação de transferência ou no momento de proceder a qualquer ato relacionado a desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóvel rural, de acordo com os prazos previstos no Decreto nº 4.449/2002, alterado pelos Decretos 5.570/2005 e 7.620/2011.

É importante ressaltar que as atividades da tabela que trata das Atividades Imóvel Georreferenciado continuam como *em execução* e possivelmente não serão *concluídas* com o quantitativo descrito, devido a todos os entraves (já relatado anteriormente) ocorridos no Convênio nº 038/2008, objeto do processo administrativo INCRA nº 54320.00322/2008-21, que trata do georreferenciamento dos imóveis rurais localizados no município de Monteiro/PB.

Observe-se que as atividades de georreferenciamento de imóveis rurais são feitas também pelo particular — proprietário de imóvel rural —, obedecendo aos ditames do art. 176 da Lei nº 6.015/1976, com nova redação dada pela Lei nº 10.267/2001, de acordo como os prazos previstos no art. 10 do Decreto nº 4.449/2002, alterado pelos Decretos 5.570/2005 e 7.620/2011, com a certificação do INCRA.

Os prazos para o cumprimento do georreferenciamento foram determinados de acordo com o tamanho da área do imóvel em hectares (art. 10, do Decreto nº 4.449/2002 com suas alterações).

Juntamente com o georreferenciamento de imóveis rurais, o processo de Certificação dos imóveis, representa uma das atividades mais importantes sob responsabilidade da Instituição, que por ser relativamente nova, demanda volume considerável de recursos operacionais (orçamento/humanos/equipamentos, etc.).

Apesar do escasso número de servidores lotados no Serviço de Cartografia e apenas uma servidora na área de cartografia que participa como membro do Comitê Regional de Certificação - CRC houve um aumento significativo na execução dessas atividades com a análise de processos administrativos de certificação, face o apoio técnico dos estagiários daquele serviço.

O expressivo aumento nas atividades de certificação se deu devido à entrega das peças técnicas (memoriais descritivos e plantas) oriundas da conclusão dos trabalhos da 1ª Etapa do Convênio entre o INCRA e o Governo do Estado, para georreferenciamento e certificação dos imóveis rurais situados no município de Monteiro/PB, bem como, a entrada em vigor do prazo para georreferenciamento com a certificação do INCRA dos imóveis rurais com área a partir de 500,0 hectares.

Atividades	Unid	Iniciadas em exercícios anteriores		Iniciadas no exercício de 2011		Total	
		Concluídas	Em	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Imóvel Certificado	ha	13804	16941	14772	25096	28576	42,036,0000
	Imóv	8	21	100	170	108	191
Processos analisados e arquivados/indeferidos	ha	1590	0	10349	0	11939	0
	Imóv	1	0	15	0	16	

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Sobre a ação, ressalta-se que dos 290 projetos de assentamento constantes no Sipra, 33 reconhecidos do Estado, 239 não possuem os perímetros ajustados e materializados conforme se determina na atual Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, sendo, portanto, demanda potencial de atuação desta SR nos próximos exercícios, juntamente com os respectivos certificados.

Principais Dificuldades

Insuficiência de recursos humanos (quantitativa/qualitativamente), no desenvolvimento das atividades de Geoprocessamento. A Certificação é acompanhada por apenas 01 (um) servidor com habilitação para trabalhar nesta ação.

O Serviço de Cartografia conta atualmente com uma servidora de Nível Médio, no cargo de Técnico em Desenvolvimento Agrário, que responde pelo Setor e o Comitê de Certificação Regional, se responsabilizando por todos os processos de certificação de imóveis rurais que tramitam nesta Regional, além de atender os trabalhos de campo referente georreferenciamento dos Projetos de Assentamentos, fiscalização de trabalhos feitos por empresas particulares, atividades de vistorias, demarcação do perímetro das comunidades quilombolas e demais atividades que requer procedimentos cartográficos.

Os demais servidores, em número de três, também de nível médio, ajudam nas atividades dentro do limite técnico e de suas funções (um Assistente de Administração, um Assistente Técnico e um Técnico Agrícola). Desses três um se encontra à disposição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD e outro com tempo e idade para aposentadoria (40 anos de serviço).

A defasagem de pessoal no quadro desta Autarquia é notória, por conseguinte, a concorrência para conseguir vagas para contratação de profissionais na área de cartografia tem sido acirrada dentro desta Autarquia, pois todas as Superintendências carecem desses profissionais.

Ultimamente o Serviço de Cartografia tem contado com o apoio de 03 (três) estagiários, sendo um deles cedido pela Divisão de Obtenção para fazer os trabalhos cartográficos relativos ao Meio Ambiente.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112701372110	A	3	imovel	450	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
200.000,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi

Antecedentes:

O cumprimento desta ação está fixado através Lei nº. 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº. 4.449/2002, que alterou dispositivos da Lei nº. 6.015/1973, NE/INCRA/96, de 15/09/2010 - Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Convênio plurianual em vigência celebrado entre o INCRA e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba INTERPA, iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondentes registros imobiliários (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

Detalhamento da Meta Física

Atividades	Unid	Iniciadas em exercícios anteriores		Iniciadas no exercício de 2011		Total	
		Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Imóvel	ha	0	79.721,00	0	0	0	79.721,00
Regularizado	Imóv	0	2.252	0	0	0	2.252

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A tabela acima demonstra a situação do convênio comentado que tem sofrido solução de continuidade desde início de 2009, em função da conjuntura política ocorrida no Estado, com a mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e no do Instituto de Terras da Paraíba - INTERPA, aliado ao processo eleitoral em 2010. Em que pese todo o esforço por parte da Superintendência em 2010 no sentido de retomar as atividades, não houve interesse do Governo do Estado, havendo apenas prorrogação de sua vigência por meio de termo aditivo para junho/2011, na perspectiva de que novo Governo demonstre interesse em concluir os trabalhos.

Foram publicados 5 (cinco) Termos Aditivos de prazos, justificados em razão das mudanças de Governo do Estado e da presidência do órgão estadual, acarretando dificuldades administrativas na continuidade e na retomada das atividades do Convênio.

O último Termo Aditivo prorroga o prazo de vigência do Convênio do dia 31/07/2011 para o dia 31/07/2012, visando à continuidade dos trabalhos e conclusão da 2ª Etapa do Convênio, comprometendo-se a fazer, ainda no mês de junho de 2011, a entrega dos objetos faltantes para comprovação de conclusão da 1ª Etapa, ou seja, os 300 títulos definitivos emitidos.

Os trabalhos e metas da 1ª Etapa foram cumpridos, com a arrecadação da área devoluta do Estado, devidamente registrado no Serviço de Registro de Imóveis e emitidos os títulos definitivos, com a realização dos trabalhos de georrefecimento, atualização cadastral dos imóveis no SNCR e abertura dos processos de certificação.

Situação do convênio/prestação de contas e incidentes

Após a publicação da última prorrogação do Convênio, por meio do Quinto Termo Aditivo, ocorreu a entrega das peças técnicas objeto das metas da 1ª Etapa pelo INTERPA, as quais foram aprovadas tecnicamente pelo Serviço de Cartografia desta SR-18/PB, uma vez que atendiam os termos do convênio. Posteriormente, o Núcleo de Convênio desta SR-18/PB emitiu parecer impugnando as despesas realizadas após o período de 02/07/2008 a 31/03/2009, com base no princípio da anualidade orçamentária, estabelecido no art. 2º, da Lei nº 4.320/64 combinado com o art. 30, § 1º do Decreto nº 93.872/86 (doc. de fls. 3974/3990, do processo administrativo 54320.00322/2008-21 – Vol. XIX).

O entendimento do setor de Convênios é que os recursos repassados no exercício de 2008 seriam exatamente para as execuções das atividades previstas para àquele exercício, estendido excepcionalmente, a 31/03/2009. Enfatizando, também, que não houve autorização do órgão

cedente (INCRA) para que o INTERPA continuasse utilizando o saldo dos recursos do Convênio existente na conta específica, para retomada das atividades.

Finalmente, o referido parecer, sugere notificar o INTERPA para atendimento aos questionamentos constantes na prestação de contas visando possibilitar a sua conclusão.

O INTERPA apresentou sua defesa acompanhada vários documentos que instruem o processo, posteriormente encaminhou um Plano de Execução do Projeto para 2ª Etapa do Convênio para apreciação do INCRA. Foi expedida uma Nota Técnica sob o nº 11/2011, sobre a viabilidade técnica da execução do Projeto.

O Projeto e a Nota Técnica foram juntados ao processo administrativo do convênio INCRA/PB 54320.000322/2008-21, hoje com 19 volumes e mais de 4 mil páginas, permitindo assim, uma análise pelo Núcleo de Convênio e pela Procuradoria Federal Especializada INCRA/PB, no sentido de que possam emitir pareceres, dentro de suas competências, acerca da viabilidade do Convênio, levando-se em consideração a nova metodologia apresentada para execução do Projeto, bem como, observando-se o prazo previsto para empenho do crédito orçamentário próprio ainda para o exercício de 2011 — que estava disponível nesta Unidade Gestora o montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) —, que tinha como data-limite para o compromisso de despesa o dia 16/12/2011, conforme comunicado contido no MEMO/INCRA/CIRCULAR nº 591/DA, de 29 de novembro de 2011, que informava a retificação do item 2.2.1 da OS/INCRA/DA nº 21, de 24 de novembro de 2011.

O Núcleo de Convênio emitiu parecer em 13/12/2011 apontado uma série de irregularidades na Planilha de Custo e solicitando ajustes e depois retorno dos autos aquele Núcleo para análise da documentação complementar da prestação de contas e providências necessárias.

Retornando o processo ao Núcleo de Convênio, este emitiu parecer (fls. 4274/4285) com o entendimento que o INTERPA deverá devolver os recursos do saldo do Convênio existente em 01/04/2009, devidamente corrigido, na forma estabelecida para os débitos com a Fazenda Nacional, referente às despesas realizadas no período de 02/07/2008 a 31/03/2009, correspondente ao valor atualizado de R\$ 968.628,28, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Os autos foram encaminhados a Procuradoria Federal Especializada INCRA/PB, que por sua vez, encaminhou ao Gabinete da Superintendência para que fosse intimado o INTERPA para regularizar a pendência (recolhimento dos recursos) dentro do prazo estipulado.

O Superintendente encaminhou Ofício/INCRA/SR-18/G Nº 057/2012 ao INTERPA com a Guia de Recolhimento da União – GRU, no valor acima especificado com data de vencimento de 31/01/2012.

São as informações do Convênio referente ao exercício de 2011.

Finalmente, com referência aos recursos foi liberada uma única parcela no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) quando da publicação do Convênio, em 2008. Nos exercícios subsequentes não houve liberação de recursos por parte do INCRA, em face dos entendimentos emitidos pelo Núcleo de Convênio e pela Procuradoria Federal Especializada INCRA/PB e decisão do Superintendente Regional.

2.3.3.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112201382272	A	3	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.210,00	43.389,96	43.354,47	99,92	3.354,47	7,73	3.354,47	7,73

Fonte: SIAFI

A Tabela acima denominada “Detalhamento da execução orçamentária/financeira”, demonstra a execução de despesas administrativas necessárias para acompanhamento/supervisão das metas físicas relativas ao Programa, em cujas ações não existam recursos próprios para custeio. Conforme já descrito nas respectivas páginas, referidas ações exigiram deslocamento de técnicos a diversos municípios bem como para outros Estados da Federação, ora na condição de instrutores ora na condição de membro de grupos de trabalhos. Em geral os recursos das ações denominadas GAP, suporte dos programas finalísticos, não são descentralizados em um só montante no início do exercício em função dos contingenciamentos anuais, que em 2011 ocorreu através do Decreto 7444/. Essa limitação obriga os gestores a mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, para atendimento das despesas fixas contratuais imprescindíveis para concretização

das metas (locação/manutenção de viaturas, aquisição de combustíveis, publicações, GPS ,etc) quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços.

Também ressalte-se que é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total (d) = (b+c)		
2112713361642	A	3	Hectare	324	0	16	16	4,94%	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
107.910,00	316.595,00	299.910,95	94,73	41.216,95	13,02	41.216,95	13,02

Fonte: Siafi

De acordo com o PPA-2008-2011, o Programa Brasil Quilombola tem como objetivo específico, assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

O que é uma comunidade quilombola?

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco,

o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Auto-reconhecimento em nome da mesma. Devem ainda encaminhar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização.

Como é feita a regularização do território?

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. A elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID (composto por sete peças que abrangem informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, históricas, socioeconômicas e levantamento da cadeia dominial) é o que demanda maior complexidade, custo e tempo, quer na coleta de dados no campo, quer nas pesquisas (arquivos, bibliotecas e cartórios) e em sua redação.

Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território.

Ao final do processo, é concedido título de propriedade coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. Os títulos garantem a posse da terra, além do acesso a políticas públicas como educação, saúde e financiamentos por meio de créditos específicos.

Avanço da Regularização Quilombola na PB

No Estado da Paraíba encontram-se 35 comunidades auto-reconhecidas pela Fundação Palmares com 28 processos abertos. Dos 28 abertos, 04 foram em 2011, sendo 3 a pedido da Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba - CECNEQ, comunidades de Domingos Ferreira, Fonseca, Cruz da Menina e Lagoa Rasa e, a pedido de um representante da própria comunidade, a de Serra Feia.

Até dezembro de 2011, 9 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) foram iniciados e destes, 5 publicados nos Diários Oficiais do Estado e da União: Engenho do Bonfim; Matão, em Gurinhém; Comunidade Urbana do Talhado, em Santa Luzia; e Pedra D'Água, em Ingá e em 2011, comunidade Grilo, em Riachão do Bacarmate.

Em 2011 publicada Portaria de Reconhecimento da comunidade urbana Serra do Talhado, 16,14 há, aproximadamente 200 famílias.

Em 2011 o INCRA foi imitado na posse da comunidade quilombola do Bonfim, no município de Areia, no Território da Borborema, com 122,11 ha, para benefício de 22 famílias. Também em 2011, foram assegurados recursos para elaboração de 06 relatórios antropológicos, cujo contrato será com as empresas Demacamp e S.A Consultoria em Gestão de Processos de Qualidade LTDA, que venceram licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

PRINCIPAIS ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2011		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Relatório Técnico – RTID- Publicado	Relatório	1	4	0	6	1	10
	família	71	0	0	0	71	0
	ha	138,9	0	0	0	138,9	0
Portaria de Reconhecimento	imóvel	1	0	0	0	1	0
	ha	16,14	0	0	0	16,14	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Nordeste	Comunidades	Município	Nome do Território	nº fam	Área	Situação 2010	Situação 2011
1	Negra do Matão	Gurinhém/Mogeiro	Jurisdição SR	28	214,00	RTID publicado	Em elaboração do KIT Portaria de reconhecimento
2	Engenho Bonfim	Areia	Borborema	22	122,11	Iniciado processo de ind	Imissão de posse em 2011
3	Pedra D'Água	Ingá	Jurisdição SR	100	132,40	RTID publicado em 201	Preparação KIT portaria de reconhecimento
4	Comunidade Urbana de Serra do T	Santa Luzia	Médio Sertão	200	16,14	EM PUBLICAÇÃO DE	Publicada Portaria de reconhecimento 2011
5	Comunidade Negra de Paratibe	João Pessoa	Zona da Mata St	100		RTID em andamento pa	RTID em andamento
6	Caiana dos Grioulos	Alagoa Grande	Jurisdição SR	140	810,00	RTID em andamento pa	RTID em andamento
7	Barreiros	Coremas	Jurisdição SR	54		RTID em andamento pa	RTID em andamento
8	Comunidade Negra de Mãe D'Água	Coremas	Jurisdição SR	125		RTID em andamento pa	RTID em andamento
9	Grilo	Riachão do Bacam	Jurisdição SR	71	138,90	RTID em andamento pa	RTID publicado em 2011
10	Engenho Mundo Novo	Areia	Borborema	?		Processo Aberto.	Incluída em licitação a ser feita pela DFQ
11	Comunidade Negra de Gunugi	Conde	Zona da Mata St	253		Processo Aberto.	Incluída em licitação a ser feita pela DFQ
12	Sítio Vaca Morta	Diamante	Jurisdição SR	48		Processo Aberto.	Iniciado processo de contratação de Relatório antropológico
13	Comunidade Negra Contendas	São Bento	Jurisdição SR	38		Processo Aberto.	Iniciado processo de contratação de Relatório antropológico
14	Comunidade Ipiranga	Conde	Zona da Mata St	50		Processo Aberto.	Iniciado processo de contratação de Relatório antropológico
15	Fonseca	Manairá	Jurisdição SR	55		Auto Reconhecida pela	Iniciado processo de contratação de Relatório antropológico
16	Pitombeira	Várzea	Médio Sertão	50		Processo Aberto.	Iniciado processo de contratação de Relatório antropológico
17	Barra de Otis	Diamante	Jurisdição SR	150		Processo Aberto.	Iniciado processo de contratação de Relatório antropológico
18	Sítio Livramento	São José da Princes	Jurisdição SR	39		Auto Reconhecida pela	Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
19	Sussuarana	Livramento	Cariari Ocidental	?		Auto Reconhecida pela	Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
20	Areia de Verão	Livramento	Cariari Ocidental	?		Auto Reconhecida pela	Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
21	Vila Teimosa	Livramento	Cariari Ocidental	?		Auto Reconhecida pela	Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
22	São Pedro dos Migueis	Catolé do Rocha	Jurisdição SR	38		Auto Reconhecida pela	Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
23	Sítio dos Rufinos	Pombal	Jurisdição SR	?			Auto Reconhecida pela Fundação Palmares em 2011
24	Daniel	Pombal	Jurisdição SR	?			Auto Reconhecida pela Fundação Palmares em 2011
25	Cruz da Menina	Santa Inês	Jurisdição SR	?		Auto Reconhecida pela	Processo aberto em 2011
26	Lagoa Rasa	Catolé do Rocha	Jurisdição SR	32		Auto Reconhecida pela	Processo aberto em 2011
27	Domingos Ferreira	Tavares	Jurisdição SR	90		Auto Reconhecida pela	Processo aberto em 2011
28	Serra Feia	Cacimba	Médio Sertão	150		Auto Reconhecida pela	Processo aberto em 2011
29	Comunidade Negra Sítio Matias	Serra Redonda	Borborema	50		Processo Aberto.	Processo aberto.
30	Comunidade Negra de Santa Tere	Coremas	Jurisdição SR	150		Processo Aberto.	Processo aberto.
31	Serra do Talhado	Santa Luzia	Médio Sertão	40		Processo Aberto.	Processo aberto.
32	Umburatinhas	Cajazeirinhas	Jurisdição SR	?		Processo Aberto.	Processo aberto.
33	Vinhas	Cajazeirinhas	Jurisdição SR	?		Processo Aberto.	Processo aberto.
34	Cumalinho/Jatobá	Catolé do Rocha	Jurisdição SR	38		Processo Aberto. Realiz	Processo aberto. Realização de Reunião na Comunidade.
35	Comunidade Mituaçu	Conde	Zona da Mata St	225		Processo aberto- pedido	Processo aberto..- pedido Reintegração de Posse, movido contra a Con

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112801394572	A	3	Servidor	49	37	0	37	75,51	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
21.119,00	49.220,38	48.709,88	98,96	41.228,34	83,76	41.120,68	83,54

Fonte: Siafi

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas.

Em 2011, A Superintendência viabilizou oportunidades de capacitação para 37 servidores em diversos tipos de treinamento/reciclagem, com carga horária total de 1017 horas.

Tabela de detalhamento da Meta Física

Cursos	Quant servidores	Carga horária
OFICINA NACIONAL SOBRE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE CONTRATOS DE ATES NO AMBITO DO INCRA	1	16
CONGRESSO NACIONAL DOS PERITOS FEDERAIS AGRÁRIOS	6	144
SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES – CGU/PAD	2	16
CURSO DE PEDOLOGIA	4	160
CURSO COMPLETO E PRATICO COM TODO PASSO A PASSO DAS FUNCIONALIDADES DO SICONV: PROPOSICAO, EXECUCAO E PRESTACAO DE CONTAS	5	125
CURSO DE GESTÃO E FISCALIZACAO DE CONTRATOS	5	100
CURSO DEPRECIACAO E CONBTROLE PATRIMONIAL	1	20
CAPACITACAO NA ELABORACAO DE MAPAS TEMATICOS COM A FERRAMENTA QUANTUM GIS	9	360
II ENCONTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	1	24
ENCONTRO NACIONAL DE COMUNICADORES SOCIAIS DO INCRA	1	20
COMO DEPRECIAR E REAVALIAR O PATRIMONIO PUBLICO	2	32
TOTAL	37	1017

Fonte: Recursos Humanos

Detalhamento execução orçamentária/financeira

Capacitação e qualificação de servidores públicos	Recebido	Empenhado	Pago	Saldo a pagar
Capacitação e qualificação de servidores públicos				
Diárias no país	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com deslocamentos			0,00	0,00
Passagens para o país			0,00	0,00
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	13.281,25	13.281,25	12.921,25	360,00
Serviço de seleção e treinamento			11.831,25	360,00
Serviços gráficos e editoriais			800,00	0,00
Serviço de apoio ao ensino			290,00	0,00
Outros serviços intra-orç	1.469,36	1.469,36	1.469,36	0,00
Serviços de comunicação em geral			0,00	0,00
Serv seleção e treinamento			1.469,36	0,00
Sub-total	14.750,61	14.750,61	14.390,61	360,00
Suporte operacional p/ capacitação				
Diárias no país	14.955,34	14.955,34	14.955,34	0,00
Despesas com deslocamentos	19.003,93	19.003,93	11.882,39	7.121,54
Passagens para o país			11.882,39	7.121,54
Sub-total	33.959,27	33.959,27	26.837,73	7.121,54
Total	48.709,88	48.709,88	41.228,34	7.481,54

Fonte: Siafi

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁰

¹⁰

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2112207502000	A	3	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.027.259,00	1.766.421,74	1.763.748,32	99,85	1.433.303,10	81,11	1.418.768,48	80,32

Fonte: Siafi

A Sede da Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba, é própria, possui 5.400 m² (cinco mil e quatrocentos metros quadrados) de área interna, e 2.400 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados) de área externa, totalizando 7.800m².O quadro de pessoal do INCRA na Paraíba totaliza 132 servidores.

Possui 37 (trinta e sete) viaturas oficiais, porém 17 (dezesete) em processo de doação (veículos com no mínimo 11 anos de uso). Para diminuir esta deficiência, foram locados 12 veículos, totalizando 31 (trinta e uma) viaturas em uso. As despesas com combustíveis, locação, manutenção e demais insumos são arcadas pelas ações finalísticas. Com vistas a melhorar a eficiência da Superintendência Regional, encontra-se em andamento contrato para colocação de GPS em todos os veículos através de conexão via satélite, que possibilitará maior e melhor controle dos gastos, e por consequência a otimização dos recursos.

Em 2011 foi dada continuidade ao Projeto de Modernização Tecnológica, ação estruturante do ponto de vista da Gestão da Informação, iniciada em 2008, com vistas à reestruturação e modernização da Rede lógica Dados/Voz. A arquitetura passou a ter adequação a um objetivo básico de uma rede de computadores que garante que todos os recursos de informação sejam compartilhados rapidamente, com segurança e de forma confiável. A rede possui hoje meios de transmissão eficientes, regras básicas (protocolos) e mecanismos capazes de garantir o transporte das informações entre os seus elementos constituintes. Sua operacionalização provem da comunicação confiável entre os vários sistemas de informação, melhorando o fluxo e o acesso às informações, agilizando a tomada de decisões administrativas, facilitando a comunicação entre seus usuários. Este foi um projeto que teve a facilidade de uso e manutenção, tanto para os usuários da rede quanto para seus administradores, por possuir um conjunto básico de componentes e ferramentas capazes de oferecer os serviços necessários com qualidade para seus usuários, mas também facilidades para viabilizar a adição de novos equipamentos e manutenção do sistema como um todo para os seus administradores.

Visando o atendimento das normas de acessibilidade arquitetônica das pessoas portadoras de necessidades especiais e da Ação Civil Publica de nº 1.24.000.000040/2004-04, manejada pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/Procuradoria da República na Paraíba, a Superintendência do INCRA/SR-18 abriu processo de nº 54320.000442/2011-23, objetivando a reforma de imóvel sede da Superintendência, obtendo a autorização do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, no dia 16 de dezembro de 2011, estando esta Regional no aguardar da devolução do antecitado processo para adotar os procedimentos relativos às contratações para consecução da reforma.

Em 2011 a distribuição dos servidores por Unidade de Lotação era a seguinte:

UNIDADE DE LOTAÇÃO					TOTAL
	QUANTITATIVO				
	ÁREA-MEIO		ÁREA-FIM		
	NI*	NS**	NI*	NS**	
1.Gabinete	17	6	0	0	23
2.Divisão Administrativa	12	8	12	1	33
3.Divisão de Obtenção	0	0	5	14	19
4.Divisão de Desenvolvimento de PA´s	0	0	12	22	34
5.Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	0	0	7	11	18
6.Procuradoria Jurídica	3	2	0	0	5
TOTAL	32	16	36	48	132

Fonte: Siapenet

Detalhamento da Meta Orçamentária/Financeira

ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
DIARIAS NO PAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	12.051,70	12.051,70	8.726,70	3.325,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			3.000,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE			375,00	425,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			0,00	0,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM			0,00	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO			1.399,50	0,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALAÇÕES			0,00	0,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS			0,00	2.900,00
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO			0,00	0,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA			960,00	0,00
MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL. E OUTROS			0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			2.992,20	0,00
DESPESAS COM DESLOCAMENTOS			0,00	0,00
PASSAGENS PARA O PAIS			0,00	0,00
CONTRATOS SERVIÇOS	1.020.490,14	1.020.490,14	865.417,78	155.072,36
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL			330.090,51	92.927,51
LIMPEZA E CONSERVACAO			164.670,00	37.280,10
VIGILANCIA OSTENSIVA			243.213,51	4.485,29
SERVICOS DE COPA E COZINHA			127.443,76	20.379,46
SERV DE TERC-PESSOA JURÍDICA(CUSTEIO	482.801,77	482.801,77	480.577,91	2.223,86
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES			1.044,00	0,00
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS			19.500,00	0,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS			43.898,32	0,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS			26.158,47	0,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			0,00	0,00
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA			241.680,44	0,00
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO			35.215,78	313,28
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL			2.968,00	32,00
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES			78.621,58	1.878,58
SERVIÇO DE CONSER.-REBENEFIC. DE MERCADORIA			6.630,00	0,00
SEGUROS EM GERAL			6.205,77	0,00
LIMPEZA E CONSERVACAO			0,00	0,00
MANUT-CONSERV-EQUIP-PROC-DADOS			0,00	0,00
OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			90,36	0,00
DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			18.565,19	0,00
INDENIZAÇÃO TRANS SERVIDOR	6.250,00	6.250,00	6.250,00	0,00
RESTITUIÇÃO			6.250,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇ	7.226,42	7.226,42	7.226,42	0,00
TAXAS			7.226,42	0,00
OUTROS SERVICOS INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL			0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES			0,00	0,00
TAXAS			0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS			0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	169.824,00	169.824,00	0,00	169.824,00
SUB-TOTAL	1.698.644,03	1.698.644,03	1.368.198,81	330.445,22

SUPORTE OPERACIONAL				
DIARIAS NO PAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	4.499,93	4.499,93	4.499,93	0,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			0,00	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE			0,00	0,00
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			0,00	0,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM			0,00	0,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALAÇÕES			4.499,93	0,00
MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
SERV DE TERC-PESSOA JURÍDICA(CUSTEIO	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGUROS EM GERAL			0,00	0,00
LIMPEZA E CONSERVACAO			0,00	0,00
OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇ	2.922,02	2.922,02	2.922,02	0,00
TAXAS			2.922,02	0,00
INDENIZAÇÃO TRANS SERVIDOR	15.873,94	15.873,94	15.873,94	0,00
INDENIZAÇÃO			12.823,94	0,00
RESTITUIÇÃO			3.050,00	0,00
OUTROS SERVICOS INTRA-ORÇ	500,00	500,00	500,00	0,00
SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL			500,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES			0,00	0,00
TAXAS			0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS			0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	37.948,00	37.948,00	37.948,00	0,00
SUB-TOTAL	61.743,89	61.743,89	61.743,89	0,00
SUB-TOTAL ADMINISTRAÇÃO	1.760.387,92	1.760.387,92	1.429.942,70	330.445,22
TOTAL ADMINISTRAÇÃO	1.760.387,92	1.760.387,92	1.429.942,70	330.445,22

2.1.1 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
2163101358384	A	3	Fam	510	336	284	620	121,57%	0
2163101358387	A	3	Ha	17.000	7.404,00	2.564,00	9.968,00	58,63	0
2163101358374	A	3	Licença protocolada	19	7	0	7	36,84	0
2163101358384	A	3	Ha	12600	8959,99	0	8959,99	71,11	0
2163101358384	A	3	0	0	0	0	0	0	0
2163111202109	A	3	Fam	642	17.780	0	17.780	2769,47	0
2163101378396	A	3	Fam	512	0	1687	1687	329,5	2031*
2163101378398	A	3	Fam	477	0	62	62	13	0
2163101374320	A	3	Fam	0	0	0	0	0	0
2163101374358	A	3	Fam	155	1058	0	1058	682,58	0
2163101372B06	A	3	Fam	0	0	0	0	0	0
2163101370427	A	3	Fam	1074	516	1105	1621	150,93	0
2112201372272	A	3	Fam	0	0	0	0	0	0
2112214338402	A	3	Mulher atendida	0	13.511	0	13.511	0	0
2160614274470	A	3	Fam	4462	2086	7446	9532	213,63	9532*
2112214272272	A	3	0	0	0	0	0	0	0
2136313508370	A	3	Profissional formado	120	0	96	96	80	0
2112213502272	A	3	0	0	0	0	0	0	0
2163101382105	A	3	Imóvel	3559	6236	0	6236	175,22	0
2163101384426	A	3	Ha	0	0	0	0	0	0
2112701372110	A	3	Imóvel	450	0	0	0	0	0
2112201382272	A	3	0	0	0	0	0	0	0
2112713361642	A	3	Ha	324	0	20	20	6,17	0
2163113360859	OP	3	Ha	0	0	0	0	0	0
2112801394572	A	3	Servidor	49	37	0	37	75,51	0
2112207502000	A	3	0	0	0	0	0	0	0

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAIBA-SR(18)PB	49201	373047

Fonte: SIAFI

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹²

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹³

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3.2 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	373047	0927200890181	4.737,76		
			2112201352272			146.623,94
			2112201372272			681.605,23
			2112201382272			43.389,96
			2112207502000	3.360,40		1.555.289,34
			2112211204300			2.478,00
			2112211204304			9.381,00
			2112213502272			53.276,41
			2112214272272			383.742,08
			2112501382105			30.532,23
			2112701384426			22.409,04
			2112713361642			316.595,00
			2112801394572			49.220,38
			2118311204284			7.080,00
			2142214338402			266.727,31
			2160614274470			4.214.713,07
			2163101358374			157.457,14
			2163101358384			33.342,00
			2163101358387			227.031,76
			2163101372B06			1.301.710,00
			2163101374358			90.460,00
			2163101378396			1.770,00
			2163111202109			104.990,42
			2169101374320			886,00
Total			8.098,16		9.700.710,31	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos	373047	2112207502000	207.772,00		
			2112701384426	55.492,35		
			2142214338402	932,80		
			2163101354460		2.789.957,67	
			2163101370427		18.234.500,00	
			2163101378396	6.437.992,47		
			2169101374320	598.415,40		
Total			7.300.605,02	21.024.457,67		

Fonte: Siafi

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite		24.394,37		24.394,37
Tomada de Preços	68.999,43		68.999,43	
Concorrência	1.408.492,51	325.392,74	1.408.237,07	325.392,74
Pregão	1.718.455,89		1.694.363,83	
Concurso				
Consulta				
Não se aplica	4.650.878,90	8.277.257,24	4.650.878,90	8.276.529,83
Contratações Diretas				
Dispensa	1.830.955,24	339.094,58	1.830.169,24	338.559,89
Inexigibilidade	76.814,46	116.277,45	76.814,46	116.277,45
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	16.676,63	22.791,41	16.676,63	22.791,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	8.098,16	13.450,00	8.098,16	13.450,00
Diárias	945.636,29	1.479.313,29	945.636,29	1.478.585,88
Outros				

Fonte:Siafi

A.2.12. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	8.098,16	13.450,13	8.098,16	13.450,13	0,00	0,00	8.098,16	13.450,13
339008 -Outros Benefícios Assistenciais	8.098,16	13.450,13	8.098,16	13.450,13	0,00	0,00	8.098,16	13.450,13
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	10.201.472,92	7.425.317,53	6.567.818,36	4.083.560,83	3.633.654,56	3.341.756,70	6.542.684,86	4.079.991,55
339039-Serviços Terceiro Pessoa Juridica	6.354.588,35	4.000.282,96	3.699.417,42	965.432,18	2.655.170,93	3.034.850,78	3.698.375,98	962.609,92
339037- Locação de Mão de Obra	1.060.490,14	953.873,44	865.417,78	953.873,44	195.072,36	0,00	851.669,16	953.853,83
339014-Diarias	945.636,29	1.479.313,29	945.636,29	1.479.313,29	0,00	0,00	945.636,29	1.478.585,88
Demais elementos do grupo	1.840.758,14	991.847,84	1.057.346,87	684.941,92	783.411,27	306.905,92	1.047.003,43	684.941,92

Fonte: Siafi

A.2.13 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	6.672.302,95	467.015,84	122.112,78	175.192,02	6.550.190,17	291.823,82	122.112,78	175.192,02
449051- Obras e Instalações	6.396.933,81	50.688,11	68.999,43	11.802,02	6.327.934,38	38.886,09	68.999,43	11.802,02
449052-Equipamentos e Material Permanente	275.369,14	416.327,73	53.113,35	163.390,00	222.255,79	252.937,73	53.113,35	163.390,00
5 – Inversões Financeiras	21.024.224,61	20.189.884,82	3.081.341,92	6.696.116,51	17.942.882,69	13.493.768,31	3.081.341,92	6.696.116,51
449066-Concessão de Empréstimo	18.234.500,00	14.843.500,00	2.055.100,00	3.989.200,00	16.179.400,00	10.854.300,00	2.055.100,00	3.989.200,00
449061- Aquisição de imóveis	2.789.724,61	5.346.384,82	1.026.241,92	2.706.916,51	1.763.482,69	2.639.468,31	1.026.241,92	2.706.916,51
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi

2.4.2.4. Análise Crítica

Do montante aplicado em despesas correntes destacaram-se R\$ 6.354.588,35 (seis milhões trezentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos) referente a Serviços Prestados por Pessoa Jurídica, R\$ 1.060.490,14 (um milhão sessenta mil quatrocentos e noventa reais e quatorze centavos), relativo à Locação de mão-de-obra e R\$ 945.636,29 (novecentos e quarenta e cinco mil seiscientos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos) referente a Diárias. Ressalte-se que em 2010 o montante disponível para Diárias foi de R\$ 1.479.313,29 (um milhão quatrocentos e setenta e nove mil trezentos e treze reais e vinte e nove centavos) o que representou a redução muito significativa (36%) no exercício de 2011.

Em relação às despesas de capital, destacam-se as inversões financeiras: Concessão de Crédito e Aquisição de imóveis, cujos valores pagos respectivamente em 2011, foram R\$ 3.989.200,00 (três milhões novecentos e oitenta e nove mil e duzentos reais) e R\$ 2.706.916,51 (dois milhões setecentos e seis mil novecentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos). É importante salientar que apesar das demandas estarem sendo atendidas do ponto de vista orçamentário, o aporte financeiro não tem chegado suficientemente.

2.5- Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. ☐ Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	82%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	270x100/108=40%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. ☐ Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0,00

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	R\$ 972,17 p/ha
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	7 x 100/1= 700 %
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	109 x 100/257= 42,41 %

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	1087x 100/620 = 17,53
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	90 x 100 / 290= 31,03 %
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	323 x 100/620 = 52,09 %
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	118 x 100/13.799= 0,85%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	9232 x 100/14.102= 67,59%
Renda média das famílias (por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência a/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentage m	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	204 x 100/14.102= 1,44%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Não se aplica a UJ

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	Não se aplica a UJ

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	☐ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$37/132 \times 100 = 28\%$
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	☐ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$1017/132 = 7,7$
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	☐ SIAFI e SICONV	Não existe Convênio na situação a comprovar
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	Não se aplica

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes).

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
373047 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA DA PARAÍBA - SR(18) PB					
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
					-
Razões e Justificativas: Verificou-se que não existem dados para as consultas realizadas no Siafi nas contas: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00					

Fonte: Siafi

3.1 Análise Crítica

Constatou-se que não existe registro de nenhum dado para as consultas realizadas no Siafi nas contas: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

RAP PROCESSADOS				
Ano de inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2009	-	-	-	-
2010	3.569,28	0,00	19,61	3.549,67
RAP NÃO PROCESSADOS				
Ano de inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	6.504.697,22	524.016,60	5.980.680,62	0,00
2008	11.415.371,50	473.751,91	10.941.619,59	0,00
2009	8.763.356,93	2.839.016,47	5.813.458,81	110.881,65
2010	17.127.348,83	124.115,35	13.019.167,92	3.984.065,56

Fonte: Siafi

4.1 Análise Crítica

Os restos a pagar processados a pagar referentes ao exercício de 2010, totalizam R\$ 3.549,67 (três mil quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos). Já os não processados referem-se a R\$ 110.881,65 (cento e dez mil oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos) relativos a 2009 e R\$ 3.984.065,56 (três milhões novecentos e oitenta e quatro mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) referente ao exercício de 2010.

Os montantes de recursos inscritos em Restos a Pagar referem-se dentre outras as seguintes ações: Infra-estrutura, Assistência Técnica e Concessão de Créditos.

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		132	1	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		132	1	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		125	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		6	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)		0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		132	1	3

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Exercício de Função Gratificada (FG)	
1.4. Atribuição de GSISTE	
1.5. Lei Complementar 73/93 (AGU)	
1.6. Lei 10.683/03	
1.7. Lei 6.999/82 (Tribunal Regional Eleitoral)	
1.8. Lei 9.007/95 (Presidência da República)	
1.9. Lei 9.020/95 (Defensoria Pública da União)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação (no País)	
2.5. Servidores em exercício em outros órgãos (§ 7º, art. 93, Lei 8.112/90)	
2.6. Afastamento para Curso de Formação	
2.7. Servidores exercício provisório	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
4.3. Licença p/Tratamento da Saúde	
4.4. Licença Gestante (120 dias, art. 207, Lei 8.112/90)	
4.5. Licença-Prêmio por Assiduidade	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1. Decisão Judicial	
6.2. Condenação à pena privativa de Liberdade	
6.3. Abandono de Cargo ou Emprego (art. 138, Lei 8.112/90)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: Extração SIAPE fev/12.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	14	5	5
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	14	5	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		7	3	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	1	
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1	1	
1.2.4. Sem vínculo		4		2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	0	2	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	16	5	5

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	5	14	24	48	31
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	5	14	24	48	31
1.3. Servidores CLT (Anistiados)					
2. Provimento de cargo em comissão	0	3	6	6	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		2	6	5	
2.3. Funções gratificadas		1		1	
3. Totais (1+2)	5	17	30	54	31

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	3	10	0	39	70	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		3	10		39	70			
1.3. Servidores CLT (Anistiados)									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	5	10	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					4	9			
2.3. Funções gratificadas					1	1			
3. Totais (1+2)	0	3	10	0	44	80	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	51	3
1.1 Voluntária	42	2
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	9	1
1.4 Outras		
2. Proporcional	28	0
2.1 Voluntária	28	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	79	3
Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS		

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	30	0
1.1. Integral	21	0
1.2. Proporcional	9	0
2. Em Atividade	6	0
3. Total (1+2)	36	0

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	7	5	4	R\$ 55.271,52
1.1 Área Fim	4	4	3	2	R\$ 31.138,88
1.2 Área Meio	3	3	2	2	R\$ 24.132,64
2. Nível Médio	2	2	2	1	R\$ 12.093,00
2.1 Área Fim	1	1	1	0	R\$ 5.257,83
2.2 Área Meio	1	1	1	1	R\$ 6.835,17
3. Total (1+2)	9	9	7	5	R\$ 67.364,52

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4-Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Tipologias/ exercícios	Venc e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total geral
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benef assist/prev	Demais desp variáveis			
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2.009,00	7.911.642,35		744.661,70	251.390,60	1.025.020,92	495.156,61	3.212,87	18.302,88	154.151,08	10.603.539,01
2.010,00	8.060.050,44		686.602,82	227.850,96	1.600.509,00	902.828,44	4.583,20	16.116,54	85.645,28	11.584.186,68
2.011,00	7.996.076,99		680.452,15	213.127,80	1.204.975,71	1.090.446,76	20,64	0,00	69.584,28	11.254.684,33
Servidores com contratos temporários										
2.009,00										0,00
2.010,00										0,00
2.011,00										0,00
Servidores cedidos com ônus ou em licença										
2.009,00										0,00
2.010,00										0,00
2.011,00										0,00
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior										
2.009,00		386.146,37			107.696,05					493.842,42
2.010,00		346.571,58			123.693,61					470.265,19
2.011,00		326.671,88			119.436,51					446.108,39
Servidores ocupantes de funções gratificadas										
2.009,00		10.104,24			10.872,47					20.976,71
2.010,00		10.525,25			20.113,32					30.638,57
2.011,00		10.104,24			1.842,94					11.947,18

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 117.053,61
2010	R\$ 202.622,65
2011	R\$ 175.082,50

5.5 - Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Obs: Não se aplica no âmbito da UJ

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Obs: Não se aplica no âmbito da UJ

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Obs: Não se aplica no âmbito da UJ

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.13 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA													
UG/Gestão: 373047							CNPJ: 003.75972/0022-95						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	CRT/PB01/2010	10.746.436.0001/88	4/1/2010	3/1/2013	10	10					A
2009	V	O	CRT/PB27/2009	02.322.136/0001-43	1/9/2009	31/8/2012	9	9					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante																			
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA																			
UG/Gestão: 373047							CNPJ: 003.75972/0022-95												
Informações sobre os contratos																			
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.						
					Início	Fim	F		M		S								
P	C	P	C	P	C	2008	13	O	CRT/27/2008	10.746.436/0001-88	9/5/2008	10/5/2012			14	15			A
2011	5	O	CRT/063/2011	06.347.226/0001-40	2/1/2012	2/1/2013			1	1	3	3					A		
2009	2	O	CRT/019/2009	10.548.761/0001-36	17/6/2009	16/6/2012	1	1	1	1							A		
2012	9	O	CRT/024/2012	10.746.436/0001-88	14/3/2012	13/6/2012			3	3							A		
2011	6	O	CRT/38/2011	10.548.761/0001-36	17/7/2011	16/7/2012	4	4									A		
Observações:																			
LEGENDA																			
Área:																			
1. Conservação e Limpeza; 8. Reprografia;																			
2. Segurança; 9. Telecomunicações;																			
3. Vigilância; 10. Manutenção de bens móveis																			
4. Transportes; 11. Manutenção de bens imóveis																			
5. Informática; 12. Brigadistas																			
6. Copeiragem; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes																			
7. Recepção; 14. Outras																			
Natureza: (O) Ordinária; (E)																			
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental;																			
(M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																			
Situação do Contrato: (A) Ativo																			
Quantidade de trabalhadores: (P)																			

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

As informações referentes a este item são de responsabilidade do Incra Sede.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR (18)									
CNPJ: 00.375.972/0001-60					UG/GESTÃO: 373047/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	CRT/PB/38/2008 SIAFI 626813	INST. TERRAS E PLAN AGR ESTADO PARAÍBA – INTERPA	2.925.176,00	300.000,00	-	800.000,00	30/06/2008	31/07/2012	1
3	CRT/PB/022/2011	INTERPA					31/03/2011	31/03/2015	1
3	CRT/PB/048/2011	P. M. DE AGUIAR	-	-	-	-	08/11/2011	08/11/2016	1
3	CRT/PB/048/2011	P. M. DE AGUA BRANCA	-	-	-	-	23/12/2010	23/12/2015	1
3	CRT/PB/024/2011	P. M. DE ALCANTIL	-	-	-	-	31/03/2011	31/03/2016	1
3	CRT/PB/059/2010	P. M. DE AREIA	-	-	-	-	29/12/2010	29/12/2015	1
3	CRT/PB/023/2011	P. M. DE ASSUNÇÃO	-	-	-	-	31/03/2011	31/03/2016	1
3	CRT/PB/058/2011	P. M. DE BANANEIRAS	-	-	-	-	14/11/2011	14/11/2016	1
3	CRT/PB/052/2011	P. M. DE BARRA DE SANTA ROSA	-	-	-	-	14/11/2011	14/11/2016	1
3	CRT/PB/054/2011	P. M. DE BARRA DE SANTANA	-	-	-	-	14/11/2011	14/11/2016	1
3	CRT/PB/030/2011	P. M. DE BARAÚNA	-	-	-	-	08/06/2011	08/06/2016	1
3	CRT/PB/028/2011	P. M. DE BREJO DO CRUZ	-	-	-	-	08/06/2011	08/06/2016	1
3	CRT/PB/066/2011	P. M. DE BREJO DOS SANTOS	-	-	-	-	23/12/2011	23/12/2016	1
3	CRT/PB/052/2011	P. M. DE BOM SUCESSO	-	-	-	-	23/12/2010	23/12/2015	1
3	CRT/PB/042/2011	P. M. DE BOM JESUS	-	-	-	-	04/08/2011	04/08/2016	1
3	CRT/PB/050/2011	P. M. DE BOA VISTA	-	-	-	-	08/11/2011	08/11/2016	1
3	CRT/PB/018/2011	P. M. DE BONITO DE SANTA FÉ	-	-	-	-	28/03/2011	28/03/2016	1
3	CRT/PB/060/2011	P. M. DE CARAÚBAS	-	-	-	-	14/11/2011	14/11/2016	1
3	CRT/PB/049/2011	P. M. DE CAIÇARA	-	-	-	-	08/11/2011	08/11/2016	1
3	CRT/PB/056/2011	P. M. DE CAJAZEIRAS	-	-	-	-	14/11/2011	14/11/2016	1
3	CRT/PB/026/2011	P. M. DE CAMALAU	-	-	-	-	23/05/2011	23/05/2016	1
3	CRT/PB/055/2010	P. M. DE CAMPINA GRANDE	-	-	-	-	29/12/2010	29/12/2015	1
3	CRT/PB/065/2011	P. M. DE CALDAS BRANDÃO	-	-	-	-	23/12/2011	23/12/2016	1
3	CRT/PB/067/2011	P. M. DE CATOLÉ DO ROCHA	-	-	-	-	23/12/2011	23/12/2016	1
3	CRT/PB/043/2011	P. M. DE COXIXOLA	-	-	-	-	04/08/2011	04/08/2016	1
3	CRT/PB/033/2011	P. M. DE CUITÊ	-	-	-	-	08/06/2011	08/06/2016	1
3	CRT/PB/072/2011	P. M. DE CURRAL DE CIMA	-	-	-	-	30/12/2011	30/12/2016	1
3	CRT/PB/032/2011	P. M. DE DONA INÊS	-	-	-	-	08/06/2011	08/06/2016	1
3	CRT/PB/048/2010	P. M. DE ESPERANÇA	-	-	-	-	23/12/2010	23/12/2015	1
3	CRT/PB/050/2010	P. M. DE IMACULADA	-	-	-	-	23/12/2010	23/12/2015	1
3	CRT/PB/009/2010	P. M. DE IGARACY	-	-	-	-	24/03/2011	24/03/2016	1
3	CRT/PB/005/2011	P. M. DE INGÁ	-	-	-	-	11/02/2011	11/02/2016	1
3	CRT/PB/012/2011	P. M. DE JACARAÚ	-	-	-	-	24/03/2011	24/03/2016	1
3	CRT/PB/027/2011	P. M. DE JURÚ	-	-	-	-	23/05/2011	23/05/2016	1
3	CRT/PB/069/2011	P. M. DE JURIPIRANGA	-	-	-	-	28/12/2011	28/12/2016	1
3	CRT/PB/046/2010	P. M. DE LAGOA SECA	-	-	-	-	22/12/2010	22/12/2015	1
3	CRT/PB/057/2011	P. M. DE LIVRAMANETO	-	-	-	-	14/11/2011	14/11/2016	1
3	CRT/PB/031/2011	P. M. DE MASSARANDUBA	-	-	-	-	08/06/2011	08/06/2016	1
3	CRT/PB/006/2011	P. M. DE MOGEIRO	-	-	-	-	11/02/2011	11/02/2016	1
3	CRT/PB/049/2010	P. M. DE MONTADAS	-	-	-	-	23/12/2010	23/12/2015	1
3	CRT/PB/037/2010	P. M. DE MONTE HOREBE	-	-	-	-	24/11/2010	24/11/2015	1
3	CRT/PB/043/2010	P. M. DE MONTEIRO	-	-	-	-	13/12/2010	13/12/2015	1
3	CRT/PB/021/2011	P. M. DE PARARI	-	-	-	-	28/03/2011	28/03/2016	1
3	CRT/PB/062/2010	P. M. DE PATOS	-	-	-	-	30/12/2010	30/12/2015	1
3	CRT/PB/053/2011	P. M. DE PEDRAS DE FOGO	-	-	-	-	14/11/2011	14/11/2016	1
3	CRT/PB/070/2011	P. M. DE PEDRO RÉGIS	-	-	-	-	28/12/2011	28/12/2016	1
3	CRT/PB/010/2011	P. M. DE PIANCÓ	-	-	-	-	24/03/2011	24/03/2016	1
3	CRT/PB/071/2011	P. M. DE PIRPIRITUBA	-	-	-	-	28/12/2011	28/12/2016	1
3	CRT/PB/036/2010	P. M. DE POMBAL	-	-	-	-	26/10/2010	26/10/2015	1
3	CRT/PB/047/2011	P. M. DE POÇO DE JOSÉ DE MOURA	-	-	-	-	07/11/2011	07/11/2016	1
3	CRT/PB/003/2011	P. M. DE PRINCESA ISABEL	-	-	-	-	11/02/2011	11/02/2016	1
3	CRT/PB/036/2011	P. M. DE POCINHOS	-	-	-	-	20/12/2011	20/12/2016	1
3	CRT/PB/042/2010	P. M. DE PUXINANÁ	-	-	-	-	13/12/2010	13/12/2015	1
3	CRT/PB/029/2011	P. M. DE REMÍGIO	-	-	-	-	08/06/2011	08/06/2016	1
3	CRT/PB/056/2010	P. M. DE RIACHÃO DO BACAMARTE	-	-	-	-	29/12/2010	29/12/2015	1

Fonte: SIAFI e Divisão de Ordenamento

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR (18)					
CNPJ:	00.375.972/0001-60					
UG/GESTÃO:	373047/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	59.777,00	161.611,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação Técnica	55	26	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	55	26	-	-	59.777,00	161.611,00

Fonte: Siafi

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
CNPJ: 00.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373047/37201	
Modalidade	instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	2.925.176,00	800.000,00	2.125.176,00	27%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação Técnica	82	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	83	2.925.176,00	800.000,00	2.125.176,00	27%

Fonte: Siafi

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR (18)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373047/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	2	*	-
		Montante Repassado	1.171.388,00	*	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	*	-
		Montante Repassado	-	*	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	*	-
		Montante Repassado	-	*	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	*	-
		Montante Repassado	-	*	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	*	-
		Montante Repassado	757.267,00	*	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	*	-
		Montante Repassado	-	*	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	*	-
		Montante Repassado	-	*	-

Fonte: Siafi

* Os Termos de Cooperação Técnica não contam com repasse de recursos, não implicando, portanto em prestações de contas.

Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR (18)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373047/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			2	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	1	-
			Contas Não analisadas	1	-
		Montante repassado (R\$)			1.171.388,00
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	1	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		1	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: Siafi

6.2 Análise Crítica

No presente exercício não houve transferência de recursos, em razão de estar sendo adotado o seguinte:

- **ATES** – contratos para execução dos serviços de Assistência Técnica, Social e Ambiental, em razão de muitos problemas na execução e apresentação de prestação de contas de convênios;
- **PRONERA** – não houve repasse de recursos. Tal fato ocorreu em função de problemas apresentados nas prestações de contas dos convênios. Está sendo, no entanto, adotado o sistema de repasse por meio de “Destaque Orçamentário” diretamente à Universidade Federal da Paraíba para execução dos cursos necessários nas áreas da Reforma Agrária;
- **TERRA SOL** – Não houve transferência para esse Programa, muito embora exista demanda nos assentamentos, mas pela falta de recursos orçamentários e financeiros não foi aprovado nenhum projeto.

As decisões tomadas por esta Regional já foram implementadas há mais de quatro anos, com adoção de medidas para a contratação de serviços, via licitação ou chamada pública, assim evitando inúmeros problemas com a execução por meio de convênios.

Existe previsão para repasse de recursos por meio de convênios no exercício de 2012, sendo uma parcela no valor de R\$ 2.125.176,00 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil, cento e setenta e seis reais). Esta Superintendência fechou o exercício de 2011 com 21(vinte e um) convênios em estoque, com a seguinte classificação no SIAFI: 9 (nove) a aprovar, 9 (nove) em inadimplência efetiva e 3 (três) em inadimplência suspensa. Dos 9 (nove) a aprovar, 7 (sete) convênios tiverem as análises concluídas e as dívidas deles decorrentes foram parceladas com fundamento na Lei nº 10.522/2002.

Vale ressaltar que, não obstante os problemas observados nas prestações de contas de convênios, nossos técnicos estarão aptos ao Acompanhamento e Fiscalização “in loco” da execução de planos de trabalhos relativos a novas transferências de recursos por meio de convênios que venham a ser pactuados.

7 Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR18(PB)

DECLARAÇÃO

Eu, Lenildo Dias de Moraes, CPF nº 345.123.814-49, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme o art. 19 da Lei 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

João Pessoa, 30 de Março de 2012.

Lenildo Dias de Moraes

CPF nº 345.123.814-49

Superintendente Regional

8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	0	0
	Entregaram a DBR	20	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Siafi e Siape

Análise Crítica

Os agentes registrados no Rol de Responsáveis, que atuaram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2011, estão em dia com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendas, na forma do disposto na Lei nº 8.730/93, de 10 de novembro de 1993.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		x			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais bens, de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Sim, cartuchos de tinta para impressoras				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A Superintendência Regional vem adquirindo recarga de cartuchos com toner para impressora considerando que dessa forma impede-se o acúmulo de mais carcasas a serem decompostas no meio ambiente, além de o custo ser menor.				x	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Desde 2009, em atenção ao Decreto nº. 5.940, em 25 de outubro de 2006 (que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, segundo os princípios da agenda ambiental da administração pública/A3P, foi criada uma Comissão de Meio Ambiente composta por cinco membros de diversos setores da SR que dentre outras atividades, providenciou palestras e impressão de papel com dicas para a redução do consumo de energia, que foram afixadas atrás das portas dos ambientes de trabalho .				x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? O maior volume de resíduos sólidos produzidos na SR é de papel – são gerados aproximadamente 30 kg de recicláveis a cada 15 dias, o que se configura na necessidade de coleta quinzenal por cooperativa de catadores cadastrada pela Emlur. Para minimizar os custos com a implantação da coleta seletiva, foram utilizadas caixas de papelão obtidas através de doação para o acondicionamento temporário do papel. Também, através da campanha Recincra, que está sendo promovida pelo Incra Sede, foi estimulada a diminuição no uso de copos de plástico através da adoção de canecas pessoais.				x
Considerações Gerais: 1- Os quesitos foram respondidos pelos Chefes das Divisões de Obtenção, Desenvolvimento e Ordenamento. 2- Itens 1, 2, 3, 4 e 7 sobre os aspectos da gestão ambiental - observa-se que nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia.				
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Paraíba	1	1
	João Pessoa	1	1
Fonte: Setor de Patrimonio			

Fonte: Setor de Patrimônio

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
	UF “n”	0	0
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		0	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0
Fonte: Setor de Patrimonio			

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373047	2051.000133.500-1	21	4	161.289,29	02/08/2000	3.377.970,88	0	4.499,93
Total							0	4.499,93

Fonte: Setor de Patrimônio

Análise crítica:

O montante de R\$ 4.499,93 refere-se a aquisição de material para conservação de bens imóveis/instalações. Ressalte-se que a necessidade da Superintendência Regional foi muito maior do que o recurso aplicado, tendo em vista a vedação do decreto nº 7445/2011, não foi possível a realização de reformas desejadas.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2 Servidores e 3 Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	70%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: A Superintendência Regional vem buscando melhorar os termos de referência com vistas a obtenção de melhorias na eficiência dos serviços juntamente com redução de custos.					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Código da UG: 373047		Limite de Utilização da UG:		R\$ 80.000,00	
Portador	CPF/CNPJ	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
BANCO DO BRASIL SA	00000000000191		-	2.916,89	2.916,89
JORGE LUIZ DE SOUSA LIMA	09425764387	15.399,00	-	7.716,25	7.716,25
MARIA INES BARBOSA GUEDES	18316409291	43.479,00	-	3.558,49	3.558,49
IVALDO LEITE DA SILVA	21841969400	6.403,00	-	2.485,00	2.485,00
Total utilizado pela UJ			-	16.676,63	16.676,63

Fonte: Siafi/Gerenciador Financeiro Banco do Brasil

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Exercícios	Saque	(a) Valor	Fatura	(b) Valor	Total (R\$)
	Quantidade		Quantidade		(a+b)
2011	0	-	16	16.676,03	16.676,03
2010	1	350,00	25	25.023,86	25.373,86
2009	0	-	21	14.710,28	14.710,28

Fonte: Siafi/Gerenciador Financeiro Banco do Brasil

14 Informações sobre Renúncia Tributária.¹⁴

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	011.643/2010-2	1793/2011		DE	OF/310/2011/TCU/Sefti
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Descrição da Deliberação:					
Determinar a Superintendência Regional do INCRA na Paraíba que observe estritamente os limites de valores previstos para as modalidades de licitação, em cumprimento ao disposto no art.23, incisos I e II da lei 8.666/93.					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					49490
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 021.453/2008/3	1631/2011	9.4 e 9.5	DE	OF/1042/2011/TCU/SECEX-PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Descrição da Deliberação:					
9.4. Determinar ao Incra/PB que:					
9.4.1. adote providências, caso ainda não tenha feito, para, no prazo de 30 (trinta) dias, anular o Contrato nº 3/2008, firmado com a empresa Agclean - Locação de Mão de Obra e Comércio Ltda., originário do Pregão nº 9/2007, para a contratação de empresa especializada na área de informática, por se tratar de mera locação de mão de obra, com pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço, ao arrepio do art. 4º, incisos II e IV, do Decreto nº 2.271, de 1997, do Enunciado nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho e da consolidada jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 786/2006, 1.329/2007, 1.238/2008, 1.453/2009, 265/2010 e 2.746/2010 do Plenário;					
9.4.2. adote, em procedimento licitatório na área de tecnologia da informação, a remuneração dos serviços em função dos resultados obtidos, abstendo-se, por conseguinte, de prever mera locação de mão de obra e pagamento por hora-trabalhada ou por posto de serviço, sempre que a prestação do serviço puder ser avaliada por determinada unidade quantitativa de serviço prestado ou por nível de serviço alcançado, em observância art. 3º, § 1º, do Decreto nº 2.271, de 1997, c/c os arts. 6º e 14, inciso II, alínea "i", e § 2º, da Instrução Normativa SLTI nº 4, de 19 de maio de 2008;					
9.4.3. promova sempre o levantamento prévio de preços nos processos de aquisição, considerando as especificações e características dos produtos, conforme exigência do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;					
9.4.4. dê preferência ao uso do pregão eletrônico na aquisição de bens e serviços comuns, em observância ao disposto no art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, salvo casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente no respectivo processo;					
9.5. recomendar ao Incra/PB que tome as devidas providências a fim de assegurar que o servidor José Vandilson do Nascimento Silva, matrícula 1548437, esteja apto a dirigir viaturas oficiais da entidade, submetendo-o, se assim entender, à junta médica constituída pela direção do Incra, para que emita parecer circunstanciado que possa subsidiar a decisão da administração;					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência do INCRA no Estado na Paraíba – SR-18					4140
Síntese da providência adotada:					
Foram tomadas as seguintes providências:					
9.4.1,9.4.2, 9.4.3 e 9.4.4 – Anulado o contrato denominado CRT/INCRA/PB/Nº 003/2008, firmado com a empresa Agcean – Locação de Mão de obra e Comércio LTDA, CNPJ nº07.395.989/0001-29, originário do pregão nº 9/2007 e adotado procedimento licitatório para contratação de serviços na área de tecnologia da informação, através do pregão 006/2011, que originou o processo administrativo nº 54320.000691/2011-19					

conforme determinações dos itens 9.4.3 e 9.4.4 .
9.5, O Servidor José Vandilson do Nascimento Silva, matrícula 1548437, embora seja habilitado pelo DETRAM/PB, CNH nº 02520351159, categoria AB, validade 26/06/2012, formalizou a sua decisão de não mais dirigir viaturas oficiais o INCRA.
Síntese dos resultados obtidos
Com relação ao item 9.4.2 a celebração de um novo contrato verificou-se uma maior agilidade e eficiência por parte dos técnicos no atendimento das solicitações e demais demandas afetas a área.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	018.563/2010-4	5.4921/2011	9.2	DE	OF/1667/TCU/SECEX-PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Descrição da Deliberação:					
Determinar aos Órgãos e entidades federais jurisdicionados, sediados no Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Controle Externo daquela unidade federativa, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência desta deliberação, confirme junto aos respectivos servidores ou empregados as possíveis acumulações indevidas de funções, cargos e empregos públicos relacionadas nas planilhas do CD anexo ao autos, e, em caso de procedência das irregularidades, deem cumprimento ao artigo 37 incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas emendas constitucionais no. 19/1998 e 34/2001) c/c com artigo 133 da Lei no. 8112/1993, informando a este tribunal, findo aquele prazo e nas respectivas contas anuais os resultados alcançados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete					
Síntese da providência adotada:					
Os servidores foram notificados para manifestação através dos Memorandos SR/18/PB/G no. 33 e 35, ambos de 2012 . Os referidos servidores apresentaram suas respostas, as quais foram inseridas no processo 54320.000123/2012-07, o qual foi encaminhado para a Procuradoria Federal Especializada para análise e manifestação, ainda não conclusa.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR – COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA		373047	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta unidade jurisdicionada, exceto no tocante a:			
a) Passivos de Contratos Internos x Compensado			
b) Obrigações a recolher			
c) Valores Recebidos Por GRU			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	29.03.2010
Contador Responsável	Jorge Luiz de Sousa Lima	CRC nº	2820/MA

17 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

BALANCO - ORCAMENTARIO				
RECEITAS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO/INSUF. ARRECADACAO
TOTAL	0	0	0	0
DEFICIT TOTAL	0	0	37.906.098,64	-37.906.098,64
TOTAL GERAL	0	0	37.906.098,64	-37.906.098,64
DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA/EXCESSO EXECUCAO DESPESA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0	38.033.871,16	37.906.098,64	127.772,52
DESPESAS CORRENTES	0	9.708.808,47	9.583.954,96	124.853,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	8.098,16	8.098,16	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	9.700.710,31	9.575.856,80	124.853,51
DESPESAS DE CAPITAL	0	28.325.062,69	28.322.143,68	2.919,01
INVESTIMENTOS	0	7.300.605,02	7.297.919,07	2.685,95
INVERSOES FINANCEIRAS	0	21.024.457,67	21.024.224,61	233,06
SUBTOTAL I	0	38.033.871,16	37.906.098,64	127.772,52
TOTAL	0	38.033.871,16	37.906.098,64	127.772,52
TOTAL GERAL	0	38.033.871,16	37.906.098,64	127.772,52

Fonte: Siafi

BALANCO - FINANCEIRO		
	EXERCICIO	EXERCICIO
INGRESSOS	2011	2010
INGRESSOS	99.845.637,47	68.600.547,77
RECEITAS CORRENTES	113.331,98	166.358,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113.331,98	166.358,34
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0	0
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	8.796.728,12	11.012.411,73
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	8.435.820,75	10.652.250,73
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.174.049,26	10.390.479,21
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	8.174.049,26	10.390.479,21
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	261.771,49	261.771,52
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	360.907,37	360.161,00
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	360.907,37	360.161,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	360.907,37	360.161,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	90.935.577,37	57.421.777,70
VALORES EM CIRCULACAO	22.772.583,40	11.901.825,49
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	22.772.583,40	11.901.825,49
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	262.432,37	261.771,49
VALORES DIFERIDOS	262.432,37	261.771,49
DEPOSITOS	363,1	0
RECURSOS DO TESOUREO NACIONAL	363,1	0
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	35.756.971,65	22.563.242,05
FORNECEDORES	129.351,60	2.841,87
DO EXERCICIO	24.770,40	2.841,87
DE EXERCICIOS ANTERIORES	104.581,20	0
RESTOS A PAGAR	35.595.179,92	22.557.963,37
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	32.089.915,69	22.508.197,37
CANCELADO	3.505.264,23	49.766,00
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	30.000,00	0
EM CONTRATOS	30.000,00	0
VALORES EM TRANSITO	1.712,72	1.709,40
OUTROS DEBITOS	727,41	727,41
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	32.143.226,85	22.694.938,67
INCORPORACAO DE DIREITOS	32.143.226,85	22.641.738,67
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	32.143.226,85	22.641.738,67
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	0	53.200,00
EXERCICIOS ANTERIORES	0	53.200,00

	EXERCICIO	EXERCICIO
DISPENDIOS	2011	2010
DISPENDIOS	99.845.637,47	68.600.547,77
DESPESAS CORRENTES	9.583.954,96	7.438.767,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.098,16	13.450,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.505.384,20	7.329.328,48
OUTRAS DESPESAS	9.505.384,20	7.329.328,48
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	70.472,60	95.989,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.472,60	95.989,05
DESPESAS DE CAPITAL	28.322.143,68	20.656.900,66
INVESTIMENTOS	7.297.919,07	467.015,84
INVERSOES FINANCEIRAS	21.024.224,61	20.189.884,82
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	495.164,35	726.729,83
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	262.432,37	261.771,49
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	262.432,37	261.771,49
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	232.731,98	464.958,34
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	119.400,00	298.600,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	11.000,00	0
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	108.400,00	298.600,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	113.331,98	166.358,34
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	61.444.374,48	39.778.149,62
VALORES EM CIRCULACAO	32.742.889,87	22.772.583,40
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	32.742.889,87	22.772.583,40
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	261.771,49	261.771,52
VALORES DIFERIDOS	261.771,49	261.771,52
DEPOSITOS	0	624,61
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0	624,61
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	22.513.476,05	11.641.648,27
FORNECEDORES	2.841,87	37.682,75
DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.841,87	37.682,75
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	22.508.197,37	11.546.473,67
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	0	53.200,00
EM CONTRATOS	0	53.200,00
VALORES EM TRANSITO	1.709,40	4.291,85
OUTROS DEBITOS	727,41	0
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	5.926.237,07	5.101.521,82
BAIXA DE DIREITOS	5.926.237,07	5.101.521,82
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.926.237,07	5.101.521,82

Fonte: Siafi

BALANCO - PATRIMONIAL		
	EXERCICIO	EXERCICIO
ATIVO	2011	2010
ATIVO	243.766.529,96	221.150.210,34
ATIVO FINANCEIRO	32.742.889,87	22.772.583,40
CREDITOS EM CIRCULACAO	32.742.889,87	22.772.583,40
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	599.663,02	130.844,73
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	32.143.226,85	22.641.738,67
ATIVO NAO FINANCEIRO	185.692.895,05	175.558.583,52
REALIZAVEL A CURTO PRAZO -	31.975.844,12-	22.409.993,31-
CREDITOS EM CIRCULACAO	32.023.433,23	22.521.946,69-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	32.143.226,85-	22.641.738,67-
DIVERSOS RESPONSAVEIS	119.791,98	119.791,98
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	1,64	0
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	47.589,11	111.953,38
ESTOQUES	47.589,11	111.953,38
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	188.713.836,27	178.251.785,13
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	237,3	237,3
DEPOSITOS COMPULSORIOS	237,3	237,3
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	188.713.598,97	178.251.547,83
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	106.780.819,86	97.205.719,86
CREDITOS A RECEBER	81.932.779,11	81.045.827,97
PERMANENTE	28.954.902,90	19.716.791,70
INVESTIMENTOS	29,17	29,17
OUTROS INVESTIMENTOS	29,17	29,17
IMOBILIZADO	28.947.675,71	19.709.564,51
BENS MOVEIS E IMOVEIS	29.109.510,24	19.779.926,54
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	161.834,53-	70.362,03-
INTANGIVEL	7.198,02	7.198,02
ATIVO REAL	218.435.784,92	198.331.166,92
ATIVO COMPENSADO	25.330.745,04	22.819.043,42
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.330.745,04	22.819.043,42
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	327.464,51	212.621,95
GARANTIAS DE VALORES	17.501,59	43.035,81
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	11.031.500,18	12.868.643,96
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.713.525,21	3.830.573,71
OUTRAS COMPENSACOES	11.240.753,55	5.864.167,99

	EXERCICIO	EXERCICIO
PASSIVO	2011	2010
PASSIVO	243.766.529,96	221.150.210,34
PASSIVO FINANCEIRO	32.514.502,89	22.775.247,54
DEPOSITOS	363,1	0
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	363,1	0
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	32.251.707,42	22.513.476,05
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	130.079,01	3.569,28
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	24.770,40	2.841,87
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	104.581,20	0
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0	0
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	727,41	727,41
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	32.089.915,69	22.508.197,37
A LIQUIDAR	32.089.915,69	22.508.197,37
CREDORES DIVERSOS	30.000,00	0
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.712,72	1.709,40
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	262.432,37	261.771,49
VALORES DIFERIDOS	262.432,37	261.771,49
PASSIVO NAO FINANCEIRO	32.089.915,69-	22.508.197,37-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	32.089.915,69-	22.508.197,37-
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0	0
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	32.089.915,69-	22.508.197,37
PASSIVO REAL	424.587,20	267.050,17
PATRIMONIO LIQUIDO	218.011.197,72	198.064.116,75
PATRIMONIO/CAPITAL	198.064.116,75	187.856.896,77
PATRIMONIO	198.064.116,75	187.856.896,77
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	16.470,67	0
RESULTADO DO PERIODO	19.930.610,30	10.207.219,98
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	218.435.784,92	198.331.166,92
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	505.174,62-	188.123.946,94-
PASSIVO COMPENSADO	25.330.745,04	22.819.043,42
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.330.745,04	22.819.043,42
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	327.464,51	212.621,95
VALORES EM GARANTIA	17.501,59	43.035,81
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	11.031.500,18	12.868.643,96
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	2.713.525,21	3.830.573,71
COMPENSACOES DIVERSAS	11.240.753,55	11.240.753,55

Fonte: Siafi

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL		
	EXERCICIO	EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS	2011	2010
VARIACOES ATIVAS	118.590.734,55	77.382.917,16
ORCAMENTARIAS	46.034.756,63	35.147.159,52
RECEITAS CORRENTES	113.331,98	166.358,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113.331,98	166.358,34
INTERFERENCIAS ATIVAS	8.435.820,75	10.652.250,73
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	8.435.820,75	10.652.250,73
SUB-REPASSE RECEBIDO	8.174.049,26	10.390.479,21
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	261.771,49	261.771,52
MUTACOES ATIVAS	37.485.603,90	24.328.550,45
INCORPORACOES DE ATIVOS	9.358.876,48	7.201.201,62
AQUISICOES DE BENS	7.287.098,21	3.189.210,21
INCORPORACAO DE CREDITOS	2.071.778,27	4.011.991,41
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	28.126.727,42	17.127.348,83
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	72.555.977,92	42.235.757,64
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.270.260,80	2.742.796,93
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	909.353,43	2.382.635,93
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	360.907,37	360.161,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	71.285.717,12	39.492.960,71
INCORPORACOES DE ATIVOS	67.780.452,89	39.389.994,71
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	4.153.093,57	1.799.907,38
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	271.063,96	352.321,67
INCORPORACAO DE DIREITOS	63.356.295,36	37.237.765,66
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.505.264,23	102.966,00
DEFICIT	0	0

	EXERCICIO	EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS	2011	2010
VARIACOES PASSIVAS	118.590.734,55	77.382.917,16
ORCAMENTARIAS	38.185.207,64	28.380.231,22
DESPESAS CORRENTES	9.583.954,96	7.438.767,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.098,16	13.450,13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.505.384,20	7.329.328,48
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	70.472,60	95.989,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.472,60	95.989,05
DESPESAS DE CAPITAL	28.322.143,68	20.656.900,66
INVESTIMENTOS	7.297.919,07	467.015,84
INVERSOES FINANCEIRAS	21.024.224,61	20.189.884,82
INTERFERENCIAS PASSIVAS	262.432,37	261.771,49
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	262.432,37	261.771,49
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	262.432,37	261.771,49
MUTACOES PASSIVAS	16.676,63	22.791,41
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	16.676,63	22.791,41
LIQUIDACAO DE CREDITOS	16.676,63	22.791,41
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	60.474.916,61	38.795.465,96
INTERFERENCIAS PASSIVAS	232.731,98	464.958,34
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	119.400,00	298.600,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	113.331,98	166.358,34
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	60.242.184,63	38.330.507,62
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	41.589.232,36	32.094.520,46
BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.049.011,92	1.647.128,31
BAIXA DE BENS MOVEIS	419.426,68	381.856,68
BAIXA DE TITULOS E VALORES	886.951,14	1.670.073,50
BAIXA DE DIREITOS	38.233.842,62	28.395.461,97
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	107.943,17	70.362,03
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	107.943,17	70.362,03
INCORPORACAO DE PASSIVOS	18.545.009,10	6.165.625,13
RESULTADO PATRIMONIAL	19.930.610,30	10.207.219,98
SUPERAVIT	19.930.610,30	10.207.219,98
RESULTADO DO PERIODO	0	0
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	0	0
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	0	0

Fonte: Siafi

Análise crítica

Está em elaboração no âmbito da Autarquia o SICCI – Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação ainda não possui data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão a curto prazo para sua operacionalização. A partir da entrada em funcionamento do software, os dados referentes aos créditos recebidos pelos parceiros serão alimentados no sistema, sendo em seguida iniciado o processo de envio da GRU – Guia de Recolhimento da União, destinada ao recebimento dos valores devidos pelos beneficiários.

Dada à complexidade do tema, a cobrança do crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, foram abordados em reunião ocorrida no dia 17 de novembro de 2011, na Sede desta Autarquia, a qual contou com a participação de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria Interna, além de técnicos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União.

Na oportunidade foram apresentados a situação atual do desenvolvimento do SICCI, da cobrança do crédito, bem assim os demais esforços empreendidos para sanear com a maior brevidade possível as recomendações dos referidos Órgãos de Controle, inclusive as dificuldades para registrar a provisão.

Enquanto não entrar em vigor da cobrança do crédito, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

Através da Resolução/INCRA/CD/ 15, de 03 de agosto de 2009 e a IN/55, que estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA, deu-se continuidade, sob coordenação da Diretoria de Gestão Estratégica, a implementação do Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Monitoramento e Avaliação. A obtenção, tratamento e análise mensal dos dados, contribuíram de forma cabal para melhoria de padronização dos conceitos e procedimentos, qualificando substancialmente as informações. O módulo viabiliza o confronto entre as ações programadas para execução, Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Planejamento (já implantado) e o efetivamente executado. A partir desses fatores e a democratização da ferramenta, possibilitou aos gestores mais atentos, acesso as informações gerenciais que permitiu tomada de decisões com maior celeridade e segurança.

Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A efetividade da administração pública é um processo lento e exige mais do que qualquer outro fator, o compromisso coletivo. No processo de reforma agrária e ordenamento fundiário, as conjunturas políticas administrativas interferem diretamente nos resultados, vez que são necessárias ações conjuntas e multisetoriais. Somam-se a esses fatores, a necessidade de dispor os recursos orçamentários e financeiros suficientes e em tempo hábil para execução.

Após análise e compreensão dos programas e ações, identificou-se as principais situações e procedimentos a serem administrados em 2011 pelos gestores da Superintendência Regional do Incra no Estado da Paraíba, com ênfase e cuidados redobrados no planejamento, organização e monitoramento de suas tarefas, no sentido de:

1. Elaborar Diagnóstico Regional para subsidiar e orientar a ação de Obtenção de Imóveis no Estado da Paraíba, compatibilizando a demanda de famílias acampadas, com variáveis tipo, estrutura fundiária da região, economia local, condição ambiental da área, tendências de processos migratórios, capacidade de uso das terras,etc;
2. Dar continuidade a ação de supervisão de parcelas com vistas a retomada e substituição de famílias, priorizando o assentamento de novas famílias nos lotes retomados, desonerando a ação de obtenção (pagamento de títulos e benfeitorias);
3. Diminuir o passivo referente às condicionantes determinadas pelo órgão ambiental com relação as Licenças Prévias e de Instalação nos projetos de assentamento;
4. Orientar as Ações de Assistência Técnica, Social e Ambiental, objetivando uma maior participação dos assentamentos na economia local, identificando o conjunto de arranjos produtivos disponíveis na região, o uso de práticas agroecológicas e experiências positivas já consolidadas, de forma ao estabelecimento de Pólos de desenvolvimento da reforma agrária;
5. Continuidade no diagnóstico da demanda e redução dos passivos de infra-estrutura e de serviços nos projetos de assentamento, prioritariamente nos PA's criados há mais de 10 anos com vistas à sua consolidação e titulação definitiva das famílias;
6. Realizar a licitação do Projeto Básico para implantação de infra-estrutura nas Várzeas de Sousa;
7. Sistematizar demanda e realizar instrução processual com vistas à aplicação da IN/64/10, que trata sobre cobrança dos créditos de instalação concedidos as famílias assentadas;

8. Reacomodar/capacitar os recursos humanos em vista das aposentadorias ocorridas em 2011 e as previstas para os próximos 5 anos;
9. Diminuir o passivo existente referentes às despesas inscritas em Restos a Pagar;

18 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

No Estado da Paraíba não existem imóveis acima de 10.000,0000ha matriculados no SNCR.